

**O Conflito Armado Russo-Georgiano
– Um Bloqueio no Espaço Pós-Soviético**

José Miguel Bernardes Pinto

Dissertação de Mestrado em Ciência Política e Relações Internacionais

Área de Especialização – Relações Internacionais

21 de setembro de 2018

Declaração

Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Ciência Política e Relações Internacionais, na área de especialização de Relações Internacionais, pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, realizada sob a orientação científica de Ana Santos Pinto, Professora Auxiliar do Departamento de Estudos Políticos da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, e coorientação científica de Maria Raquel Freire, Professora Associada com Agregação da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.

O candidato,

José Miguel Bernardes Pinto

Figueira da Foz, 21 de setembro de 2018

Dedicatória

Aos meus pais, que me mostram que a conquista se alcança com amor e educação

Agradecimentos

O primeiro agradecimento a ser feito não pode ser dirigido a outros que não os meus pais, a quem devo todo o meu percurso académico e o qual contou em cada dia com o incessante e ternurento apoio de ambos. Decerto que sem eles o caminho seria incomensuravelmente mais difícil e com muito menos sorrisos.

À Mana, pelo percurso que foi sempre uma inspiração, e acima de tudo pela personalidade destemida que mostra que não há limites quando a vontade é real.

Aos amigos, que de tão variadas formas foram sempre uma fonte de alento, quer nos períodos de menos motivação, quer nas fases de mais energia.

Um agradecimento especial às Professoras Ana Santos Pinto e Maria Raquel Freire, que mantiveram a confiança neste trabalho apesar dos seus inevitáveis interregnos, disponibilizando-se para me ajudarem o máximo que lhes fosse possível.

O Conflito Armado Russo-Georgiano – Um Bloqueio no Espaço Pós-Soviético

José Miguel B. Pinto

Resumo

Palavras-chave: Rússia, Geórgia, Abecásia, Ossétia do Sul, conflitualidade, geopolítica, conflito congelado, agosto de 2008.

O fim da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas desencadeou um vastíssimo conjunto de consequências geopolíticas que causou profundas modificações no equilíbrio de poderes a uma escala global. Como é evidente, o epicentro das maiores mudanças tomou lugar nas repúblicas que outrora integravam o bloco. Uma das que mais sentiu a turbulência dessa nova etapa da história do mundo foi a Geórgia, vizinha da Rússia a sul, já que este novo país contava no território sob sua responsabilidade com duas regiões de aspirações independentistas, a Abecásia e a Ossétia do Sul. Ora esses sentimentos de separatismo foram responsáveis por altos níveis de tensão e conflitualidade violenta que viriam a conhecer o seu apogeu em agosto de 2008, altura em que se registaram confrontações entre georgianos e russos, que se afirmaram apoiantes das pretensões abecásias e ossetas. A presente dissertação irá levar a cabo uma investigação destinada a compreender com clareza as motivações que estiveram no cerne destas discórdias, ao mesmo tempo que procurará compreender o que é um conflito congelado e de que forma pode este conceito enquadrar-se neste tipo de crise.

The Russo-Georgian Armed Conflict – A Deadlock in the Post-Soviet Space

José Miguel B. Pinto

Abstract

Keywords: Russia, Georgia, Abkhazia, South Ossetia, conflicts, geopolitics, frozen conflict, august 2008.

The collapse of the Union of Soviet Socialist Republics has originated a wide variety of geopolitical consequences which were responsible for deep modifications in the power balance of the world as a whole. Arguably, the most affected areas by these new changes were the republics that used to integrate the former block. Among them, one felt with particular impact this new chapter of world history, Georgia, a neighbour in the south of Russia, since in this region were located two independentist regions, Abkhazia and South Ossetia. In that context, those goals fed high levels of violence and conflicts, being the most chaotic moment in August 2008, when Georgians fought against Russians, supporters of the secessionists' causes. Therefore, this dissertation will go deep into the motivations and circumstances that led to these severe confrontations, meanwhile it will understand what represents a frozen conflict and how it can be adapted to this crisis situation.

Índice

Introdução.....	1
Identificação do tema.....	1
Estado da arte.....	3
Pergunta de investigação e objetivos a alcançar.....	6
Metodologia de análise e estrutura da dissertação.....	6
1. Pressupostos teóricos.....	8
1.1. Uma introdução à noção de conflito.....	9
1.2. A conflitualidade estatal na sua expressão interna.....	13
1.3 A conflitualidade estatal na sua expressão internacional.....	15
1.4. Uma breve análise à guerra e à nova conflitualidade.....	19
1.5. Uma abordagem aos conflitos congelados.....	26
2. Estudo de caso: da Rússia à Geórgia.....	32
2.1. Breves apontamentos históricos sobre a Geórgia.....	32
2.2. Breves apontamentos históricos sobre a Abecásia.....	37
2.3. Breves apontamentos históricos sobre a Ossétia do Sul.....	42
2.4. A eminência da eclosão do conflito.....	47
2.5. Cronologia do Conflito Russo-Georgiano de 2008.....	49
2.5.1. 7 de agosto – Ataque georgiano à Ossétia do Sul.....	49
2.5.2. 8 de agosto – A reação da Rússia.....	51
2.5.3. 9 de agosto – A Abecásia junta-se à discórdia.....	52
2.5.4. 10 de agosto – Troca de avisos na Organização das Nações Unidas.....	53
2.5.5. 11 de agosto – A Rússia entra na Geórgia.....	54
2.5.6. 12 de agosto – Cessar-fogo acordado entre as partes.....	55
2.6. Principais ocorrências no pós-conflito.....	56
2.7. Herança Histórica do Conflito.....	58

3. Abordagens ao conflito armado russo-georgiano.....	62
3.1. Análise do contexto geopolítico.....	63
3.2. Multiplicidade de interpretações e reações.....	76
3.2.1. Organização para a Segurança e Cooperação na Europa.....	76
3.2.2. Organização do Tratado do Atlântico Norte.....	79
3.2.3. Organização das Nações Unidas.....	82
3.2.4. União Europeia e Estados europeus.....	84
3.2.5. Federação da Rússia.....	87
3.2.6. Geórgia.....	90
3.2.7. Abecásia.....	92
3.2.8. Ossétia do Sul.....	94
3.3. Dimensões do conflito congelado.....	95
Conclusões finais.....	99
Referências bibliográficas.....	106
Fontes primárias.....	106
Fontes secundárias.....	107
Artigos.....	109
Conferências, palestras e comunicados.....	114
Dissertações.....	115
Fontes noticiosas.....	115
Livros.....	121
Relatórios e documentos.....	123
Websites.....	124
Anexos.....	127
Anexo 1. Diversidade étnica na região do Cáucaso.....	127
Anexo 2. Entorno geográfico do conflito.....	128
Anexo 3. Representações das confrontações registadas.....	129

Introdução

. Identificação do tema

Um dos grandes eventos históricos que mais marcaram o final do século XX foi, indubitavelmente, a dissolução da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, um acontecimento que viria a alcançar um impacto comprovadamente global. Ora, por isso mesmo, um pouco por todo o mundo se registaram diferentes géneros de reações para com esta tão significativa mutação na distribuição do poder a nível internacional.

Entre as particularidades impulsionadas por este marco histórico consta o surgimento de grandes correntes de pensamento e ação materializadas em movimentos políticos ou grupos organizados. Para os nossos propósitos propomo-nos a salientar duas que se nos afiguram especialmente relevantes. De um lado, posicionavam-se aqueles que queriam tirar partido do momento para cimentar a independência do seu território. O outro lado continha os cidadãos mais atraídos pela ideia de manutenção de um *status quo* no qual eram seguidas as linhas de ação definidas por Moscovo.

Com base nesta duplicidade de premissas, muitas e consistentes análises poderiam ser levadas a cabo. No entanto, um estudo de caso em concreto estimulou-nos particularmente para que nos aprofundássemos na sua investigação. Dessa forma, entendemos concentrar o nosso foco no conflito armado russo-georgiano, que tomou lugar no ano de 2008 e que, de forma indireta, foi causado pela repercussão resultante do desaparecimento da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas. Vale a pena salientar que, nesta crise, a Geórgia encetou esforços no sentido de recuperar a soberania sobre dois territórios independentistas que, de acordo com a Organização das Nações Unidas, estão sob sua alçada, a Abecásia e a Ossétia do Sul. No entanto, os secessionistas aí presentes contaram com o consistente apoio da Rússia.

Importa, desde já, chamar a atenção para um aspeto fundamental. A nossa investigação irá ter como estudo de caso este momento histórico, porém, entendemos que seria mais proveitoso socorrer-nos do mesmo para atestar a aplicabilidade de um elemento teórico das relações internacionais afeto ao estudo dos conflitos, a saber-se, a circunstância de impasse prolongado, vulgarmente apelidada de conflito congelado pela sua habitual expressão em inglês *frozen conflict*.

Importa, pois, clarificar quais os motivos que nos fizeram levar a cabo uma análise deste tipo. Naquilo que se refere ao estudo de caso propriamente dito, moveu-nos, especificamente, o conjunto de características nele presentes que se enquadram na tipologia da nova conflitualidade que caracterizam as Relações Internacionais no século XXI. Concretizando, houve uma confrontação militar sem ter existido uma formal declaração de guerra, houve o apoio declarado e a ingerência direta de uma grande potência estatal e houve tendências independentistas, só para tipificar algumas das características reunidas neste estudo de caso.

Mas consideremos, individualmente, os dois grandes intervenientes. No que concerne à Geórgia, era do nosso maior interesse investigar e compreender as dificuldades que um Estado situado junto à fronteira sul da Rússia, e na qualidade de antigo território integrante da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, ainda em fase de consolidação estatal e aprofundamento democrático enfrenta quando se vê obrigado a lidar com tendências separatistas, presentes, neste caso, nos territórios da Ossétia do Sul e da Abecásia.

Quanto à Rússia, julgamos ser altamente relevante estudar aquela que foi a primeira ofensiva militar de Moscovo contra um Estado soberano e autónomo desde o final da Guerra Fria. Além disso, tratando-se a Federação Russa de um elemento sempre fundamental e incontornável no sistema internacional, que, inclusivamente, pretende voltar a assumir-se como potência para lá da sua esfera regional, importa analisar de que maneira interferiu nesta disputa.

A propósito da vertente teórica da nossa dissertação, fomos especialmente motivados pela compreensão e sintetização das grandes propriedades que, uma vez reunidas, possibilitam que uma determinada situação de conflito em que se verifique um bloqueio de duração considerável seja digna da atribuição de conflito congelado. Ou seja, no nosso entendimento, era crucial realizar o cruzamento conceptual necessário para a aferir a pertinência da utilização dessa subcategoria neste conflito em particular.

Em traços gerais, estes foram os principais vetores que nortearam as nossas investigações. Adicionalmente, não descuramos que uma dissertação orientada por este tipo de abordagens possa vir a constituir um contributo inicial da nossa parte que se traduza numa mais valia para o universo académico da Ciência Política e Relações Internacionais, eventualmente induzindo a futuras pesquisas, tanto referentes ao conceito aqui estudado como em relação ao estudo de caso sobre o qual nos debruçaremos.

. Estado da arte

A conflitualidade está presente em todos os momentos da história do ser humano, oscilando apenas entre períodos de maior ou menor presença. Partido deste ponto de vista, é amplamente reconhecido que um conflito reflete uma competição entre, pelo menos, duas pessoas e/ou grupos que é originada a partir de uma incompatibilidade de posições referente a um conjunto de ideias, valores, crenças, necessidades ou objetivos (Pia e Diez, 2007).

No que concerne à noção de conflito congelado, os aprofundamentos teóricos geralmente partilhados consideram que esta realidade se trata de uma forma de conflitualidade na qual a violência física, direta e imediata, pode ter diminuído, sido interrompida e até cessado. Contudo, por mais que não se verifiquem hostilidades a crise evoluiu em latência, dada a ausência de uma completa e formal resolução do diferendo. E essa latência perpetua o conflito, pois, ao mantê-lo aberto, este fica disponível tanto para a sua solução como para um retorno aos confrontos, conforme esquematizado por Aggestam e Björkdahl (2011: 4-5).

Quanto ao estudo de caso selecionado para a nossa dissertação, importa mencionar desde logo a multidimensionalidade que o caracteriza. Isto porque o conflito georgiano (amplamente apontado como sendo um dos casos paradigmáticos da noção de conflito congelado) que opõe o regime de Tbilisi às regiões da Ossétia do Sul e da Abecásia mistura, conforme observou Manuel Ramírez (2013, 101) considerações separatistas, energéticas, políticas, étnicas, culturais e territoriais. Perante um contexto que já se antevê como sendo de grande complexidade, junta-se a variável de que a Rússia deseja manter a sua hegemonia e poder de influência naquela que é a sua vizinhança, nomeadamente na região pós-soviética.

Vale a pena fazer uma ressalva acerca do Estado georgiano. Isto porque, a atual ausência de soberania em territórios que a 9 de abril de 1991 (dia em que o Soviete Supremo da Geórgia declarou a independência da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas) dizia serem seus se deve, em grande parte, a uma transição democrática excessivamente veloz, e que, por isso mesmo, veio comprometer a solidez de instituições estatais recém-fundadas. Acresce referir que essas mesmas instituições não terão lidado da forma mais eficaz com a emergência de grupos de cidadãos que clamavam pelo reconhecimento da sua autenticidade identitária e da sua diferenciação como não

georgianos do ponto de vista étnico. A comprovar essa ação deficitária por parte de Tbilisi está o facto de, até aos dias de hoje, essas duas regiões não aceitarem ser governadas pela Geórgia, tal como foi explicado por Aphrasidze e Siroky (2010).

Em suma, aquilo que se verificou no Estado georgiano foi uma notável emancipação política sem uma correspondente institucionalização que permitisse incorporar esta realidade na sociedade civil como sendo uma conquista referente a todos aqueles que habitavam dentro das fronteiras da Geórgia. Esta circunstância rapidamente conduziu a uma muito tímida valorização das identidades minoritárias (sobretudo predominantes na Abecásia e na Ossétia do Sul), o que veio a redundar numa percepção, por parte destes povos, de que em Tbilisi se encontrava a génese de uma ameaça às suas idiossincrasias étnicas (Aphrasidze e Siroky, 2010), sendo importante, desde já, referir que a região caucasiana alberga uma ampla variedade étnica (consultar Anexo 1). E, desta forma, foram-se intensificando e aguçando velozmente os sentimentos de suspeição entre os georgianos e as populações destas duas regiões que, em pouco tempo, se viriam a tornar em áreas classificadas como independentistas.

Abordando agora, brevemente, o papel da Rússia, importa frisar que este Estado foi um dos coprotagonistas do conflito. Veja-se, porém, que rejeitou sempre a atribuição do rótulo de intervenção militar para classificar as ações empreendidas pelas suas forças armadas em solo georgiano aquando da ocorrência destes eventos. De acordo com o contributo de Roy Allison (2009) plasmado num artigo publicado pela European Security e no qual se reportou às confrontações de agosto de 2008, Moscovo socorreu-se de um conjunto de argumentos em nome da defesa dos independentistas que incluíram a consideração de que os ataques de Tbilisi à Ossétia do Sul e à Abecásia constituíram um ataque aos agentes de manutenção de paz russos aí presentes e que, por conseguinte, havia-se tratado de um ataque à própria Rússia. Para além disso, o executivo de Dmitri Medvedev insistiu sempre que a Geórgia tinha sido responsável pelo princípio das hostilidades.

Adicionalmente, o governo russo afirmou que as ações por si levadas a cabo se destinavam a defender os cidadãos russos conforme estipulado pela Constituição da Federação. Na mesma linha de raciocínio, o Kremlin alegou que as ações da Geórgia na Ossétia do Sul equivaliam a um crime humanitário ao nível de um genocídio que cabia à Rússia deter (Allison, 2009).

Entre as grandes conclusões que a nossa revisão bibliográfica apurou encontra-se claramente a existência de situações de bloqueio e divergências de posições com a Rússia

a assumir uma substancial parcela de protagonismo em virtude da sua influência regional no espaço pós-soviético (Fânzeres, 2014: 81-82). Sendo certo que a cada um correspondem características próprias, um elemento que a todos os une é o facto de não terem sido devidamente resolvidos. Ou seja, de terem sido mantidas no tempo situações de instabilidade. Perante esse cenário, muitos são os receios de que estas crises não finalizadas representem bombas relógio, de que nos respetivos casos as armas voltem a superar as potencialidades políticas e diplomáticas enquanto meios de resolução de processos de conflito, pois isso significaria um retorno à violência e às confrontações.

Em traços gerais, estas conclusões constituíram as principais reflexões que conseguimos apurar referentes quer ao conflito armado russo-georgiano, quer à temática dos conflitos congelados num sentido mais amplo desta noção. Ora, quer no aspeto prático quer na vertente teórica, detetámos algumas lacunas que redundavam em vazios conceptuais.

No aspeto prático, foi imediatamente por nós percecionado que muito do material bibliográfico existente não tinha sido devidamente atualizado, ou seja, teria sido, em certa medida, vítima do gelo do próprio conflito, tendo este caso ficado, aparentemente, esquecido no tempo. Porém, e por mais que isso constituísse um sinal de que nada mais haveria a acrescentar, considerámos que um conflito que permanece aberto é um conflito que será digno de acompanhamento e de atualizações pontuais, até porque, com o passar do tempo, é possível fazer uma leitura mais fiel à realidade dos factos, que não é tão provável assim que os acontecimentos acabam de ocorrer.

Quanto à dimensão teórica, aos conflitos congelados, às situações de bloqueio, pareceu-nos também evidente que estava a ser pouco considerada uma sistematização específica de uma das modalidades da nova conflitualidade, um tema bastante em voga no seio das Relações Internacionais. Acima de tudo, a sustentar esta nossa posição está o facto de que muitas das análises a estudos de caso de conotação semelhante serem investigadas e, posteriormente, classificadas com este termo de duas palavras sem que, no entanto, este fosse suficientemente descrito e, em muitos casos, sequer explicado. Ora, a nossa proposta encaminha-se no sentido de expandir um pouco mais aqueles que são os traços característicos inerentes a situações deste género.

Com base nestes raciocínios, entendemos que a nossa dissertação poderá constituir um simbólico passo no sentido de serem aprofundados os estudos em matérias que impliquem algumas das duas dimensões que, no presente trabalho, nos propomos a cruzar.

. Pergunta de investigação e objetivos a alcançar

Perante tudo o que foi acima avançado, e atendendo àquilo que consideramos ter ficado por responder em estudos conduzidos anteriormente, a pergunta de investigação que presidirá à nossa dissertação de mestrado poderá formular-se do seguinte modo, *quais as dimensões que fazem do conflito armado russo-georgiano uma situação de bloqueio?*

Com base nesta pergunta, interessa-nos desde logo compreender o que é que se concebe como sendo uma situação de bloqueio, que dimensões encerra em si mesma, que perigos trazem às regiões nas quais tomam lugar.

Mas e neste estudo caso, verificar-se-á uma carga de aplicabilidade total ou apenas parcial com base no tempo que passou desde as confrontações? Que mudanças surgiram com a passagem desse tempo? De que forma contribuiu o entorno geopolítico russo-georgiano para a evolução dos eventos? Quais as principais leituras feitas pelos intervenientes diretos e por outros Estados e organizações internacionais? As respostas a estas perguntas são somente alguns dos objetivos que nos propomos a alcançar com a realização do nosso trabalho de investigação. É partindo destas interrogações que nos permitimos sistematizar algumas das mais importantes características deste conflito enquanto situação de bloqueio no espaço pós-soviético.

. Metodologia de análise e estrutura da dissertação

No que diz respeito à metodologia empregue no nosso trabalho, as opções privilegiadas incidiram particularmente sobre a análise de artigos científicos, do acervo livresco especializado nos eixos principais da nossa investigação e nos contributos presentes em meios de comunicação social nacionais e internacionais.

De forma a poder corresponder o mais eficazmente possível aos desafios que levantámos, entendemos ser pertinente dividir o nosso trabalho em três grandes capítulos. Assim sendo, após a introdução, iniciaremos o desenvolvimento com a abordagem teórica. Nesta fase, debruçar-nos-emos desde logo com especial ênfase sobre a noção de conflito, o que são, o que representam, qual a sua expressão a nível intranacional e a nível internacional. Ainda neste âmbito, trataremos o assunto da guerra para fazer a ligação ao tema da nova conflitualidade. A fechar, iremos, já devidamente contextualizados, sintetizar algumas das mais relevantes matérias afetas aos conflitos congelados. Ao

optarmos por este encadeamento, é nossa intenção que aquando da exposição ao estudo de caso, o leitor possa já dispor de um conjunto de ferramentas para interpretar o conflito à luz desses elementos conceptuais.

No segundo capítulo, iremos iniciar a análise ao conflito armado russo-georgiano. Contudo, tendo em consideração que os conflitos não brotam do vazio, entendemos ser pertinente compreender um pouco da história dos grandes envolvidos no estudo de caso. Dessa forma, começaremos por observar, individualmente, alguns aspetos do passado da Geórgia, da Abecásia e da Ossétia do Sul e as respetivas interligações entre si.

Vale a pena o esclarecimento de que nesta etapa a Rússia não surge, propositadamente, contemplada devido a dois grandes aspetos. Em primeiro lugar, esta nação surge suficientemente implicada nas abordagens que dedicaremos aos territórios acima especificados para que se possa compreender a influência de Moscovo nessas zonas. Em segundo lugar, importa sublinhar que este conflito, ainda que tivesse envolvido a Rússia como coprotagonista e com uma participação altamente significativa, partiu dos esforços de recuperação da integridade territorial da Geórgia em relação à Abecásia e à Ossétia do Sul, portanto, considerámos existir uma necessidade acrescida de desenvolver as respetivas relações e ligações históricas, as quais, refira-se, são menos comumente divulgadas.

Este capítulo irá aprofundar-se, também, na fase eminente da eclosão do conflito, onde surgem patentes os últimos motivos que desencadearam a disputa. Seguir-se-á uma narração, dia-a-dia, dos principais eventos da crise. Após este momento, sumariaremos as principais ocorrências no pós-conflito e, para finalizar, incidiremos sobre a herança histórica do mesmo.

O terceiro e último capítulo, justamente por encerrar o desenvolvimento da dissertação irá ter um peso especial, pois esta parcela textual, pelo seu posicionamento na estrutura do trabalho, propõe-se a realizar a simbiose entre os dois capítulos anteriores. Nesta fase, registar-se-á uma subdivisão em três partes: a análise do contexto geopolítico em que tomou lugar o estudo de caso, a multiplicidade de abordagens e reações aos eventos verificados e, finalmente, as dimensões do conflito congelado.

De seguida, a encerrar a nossa dissertação encontra-se uma secção dedicada às conclusões finais, na qual irá ficar patente um resumo daquelas que serão algumas das principais conclusões de cada etapa da nossa pesquisa. Aí ficarão explicitados os mais significativos préstimos da nossa investigação bem como a resposta à pergunta de partida que acima lançámos.

1. Pressupostos teóricos

“A questão sobre quem tem culpa e responsabilidade não é prioritária quando há pessoas a sofrer, que perderam os seus pertences e são forçadas a fugir”¹

Frank-Walter Steinmeier (2008), Ministro dos Negócios Estrangeiros da Alemanha

Para iniciarmos a nossa dissertação iremos começar com uma exposição de cariz eminentemente teórico. Nesta fase inicial, procuraremos, por isso, sistematizar e elencar um conjunto de elementos de estudo referentes à conflitualidade no âmbito das Relações Internacionais. O nosso objetivo passa, numa primeira fase, por compreender aquilo que são e o que representam os conflitos nesse universo de análise. Numa etapa mais avançada, iremos observar de que forma estes evoluem para situações de bloqueio como aquela em que redundou a crise entre a Geórgia e a Rússia no ano de 2008.

Assim, começaremos por tecer algumas breves considerações iniciais acerca das possibilidades de abordagem ao tema da conflitualidade. De seguida, trataremos de estreitar progressivamente a análise para o nosso campo de interesse, os conflitos aplicados à esfera estatal numa lógica interna, isto é, a situações de divergência de matriz governativa cujo alcance não transpõe fronteiras. Iremos avançar para a conflitualidade estatal na sua expressão externa, subcapítulo no qual nos aprofundaremos nas variações de intensidade, expressão e dos desenvolvimentos dessas circunstâncias de litígio.

Posteriormente, trataremos a noção de guerra e da nova conflitualidade, pretendendo com isso sintetizar alguns dos principais traços caracterizadores destes dois tipos de confrontação, o primeiro imemorial na história da Humanidade, enquanto que o segundo tem sido cada vez mais incidido por estudiosos na área das Relações Internacionais como sendo elucidativo de uma geração diferenciada de ambientes de tensão. A finalizar iremos prosseguir nesta lógica de afinamento para compreender o que se entende por conflitos congelados enquanto elemento conceptual academicamente relevante e potencialmente adequado para se compreender a crise russo-georgiana.

¹ Tradução livre do autor. No original “The question of who bears guilt and responsibility is not the priority when people are suffering, have lost their possessions and are forced to flee...” (Steinmeier, 2008).

1.1. Uma introdução à noção de conflito

Comecemos, pois, por abordar a questão da conflitualidade. E a esse nível a primeira nota deve obrigatoriamente frisar que estamos a tratar de uma noção que acarreta complexidades variadas e profundas, atendendo a que esta noção conceptual pode encontrar cobertura numa profusão interminável de dimensões da vida. Ora, por isso mesmo, daremos início à nossa reflexão começando desde logo por introduzir o fator político, de governação. Estes serão os aspetos transversais a toda a dissertação e, como tal, entendemos que desde o começo os devemos colocar na evidência devida.

De forma complementar, contaremos com um conjunto de autores de vínculo à escola realista e neorrealista, nos quais suportaremos uma substancial parcela do raciocínio que se segue, entre os quais se encontram: Thomas Hobbes, Hans Morgenthau, Kenneth Waltz ou John Mearsheimer.

Vejamos, um conflito reflete uma circunstância de antagonismo ou discordância entre indivíduos ou grupos. Ora, quando existe uma hipótese de reconciliação elevada, as divergências irão ter tendência a ser solucionadas por intermédio da via diplomática, mas no caso do diferendo se afigurar irreconciliável, as resoluções poderão já envolver a coação, a concretizar-se através de métodos de cariz psicológico, político, económico e militar. Acresce referir que, no momento em que a via militar surge como opção válida como mecanismo para pôr termo à disputa, estaremos já perante a hipótese de estalar uma guerra (uma modalidade de conflito a ser explorada em maior detalhe um pouco mais adiante) (Sousa e Mendes, 2014: 56).

A partir destas breves linhas podemos, pois, perceber claramente que estamos a lidar com um conceito que envolve múltiplas dimensões de interpretação e poderá envolver uma igualmente vasta pluralidade de agentes ao serviço das respetivas causas que se encontram em disputa. Comecemos, então, por considerar brevemente algumas linhas de abordagem a este tema.

Primeiramente, tenhamos em particular consideração a perspetiva naturalista. Isto porque, esta tese defende que o ser humano é intrinsecamente violento, socorrendo-se dessa mesma agressividade para se afirmar aquando da existência de uma circunstância de incompatibilidade de posições (Waltz, 2001: 16). Ou seja, o recurso ao conflito

representa um instrumento à disposição do Homem para fazer valer as suas vontades e para auxiliar na prossecução dos seus objetivos (Hobbes of Malmesbury, 1983: 22).

Em segundo lugar, é também merecedora de uma muito sintética análise uma outra visão, no caso, a materialista. Esta linha de pensamento, por seu lado, atribui um grande peso às condições afetas ao poder, seja ele latente (isto é assente em pressupostos económicos, sociais, culturais e políticos) ou militar, servindo-se destes elementos para afirmar que a violência de autoria humana é o resultado da pressão exercida por estas condicionantes que atuam obedecendo a uma lógica iminentemente competitiva (Mearsheimer, 2001: 55). Seja como for, a violência está constantemente presente nas ações mais contundentes levadas a cabo pelo Homem em nome da agenda que este considera ser essencial para o seu progresso ou, no limite, para a sua sobrevivência. Ora, essa característica é fundamental para que sejam desencadeados conflitos.

Assim sendo, podemos observar que o conflito em si mesmo constitui uma característica universal das sociedades humanas por consequência direta do egoísmo e vontade de poder que se encontra na génese da natureza do Homem (Morgenthau, 1946: 168-169). Não obstante, ainda que partindo dessas referências de base, não deixa de ser intrigante que muitos dos esforços investidos nessas discórdias possam vir a originar situações tão extremas e desumanas que, no limite, resultem em circunstâncias altamente propícias à destruição e à morte, traduzindo-se esta dinâmica belicosa numa demonstração de uma certa debilidade da natureza humana (Kant, 2013: 175-176). Daí que autores como Hans Morgenthau (1946) considerem o fenómeno dos conflitos, através de qualquer que seja o modo da sua manifestação, como sendo uma endémica e inevitável propriedade das interações sociais.

Importa, por isso, estabelecer um ponto de partida teórico quanto à noção de conflito. Numa primeira abordagem, o que se pode concluir é que um conflito constitui um fenómeno social que remete para uma situação de incompatibilidade (ou, até simplesmente, de perceção de incompatibilidade) de finalidades entre, pelo menos, dois indivíduos ou grupos. Por outras palavras, trata-se de um contexto que requer o envolvimento de, no mínimo, duas partes em que subsistem dois entendimentos que se complementam mutuamente, o primeiro é de que cada um dos intervenientes realiza esforços no sentido de satisfazer a sua ambição, o segundo é de que a outra parte

representa um obstáculo ou até mesmo uma ameaça à concretização desse objetivo, desse desejo (Waltz, 2001: 34).

Para compreendermos melhor esta sinergia, propomos que seja considerado o modelo triangular desenvolvido por Johan Galtung (2009:105), um académico norueguês com um vasto historial de investigação no tema da paz e da conflitualidade. De acordo com a sua visão, os conflitos devem ser analisados a partir de cada um dos seus vértices, isto é, de cada uma das suas três componentes essenciais: a situação, as atitudes e o comportamento.

Na primeira delas, a situação, verifica-se uma circunstância na qual as partes envolvidas perseguem objetivos, resultados, metas que entram em choque com as perspetivas e os pontos de vistas defendidos pelos outros intervenientes do processo contra os quais o conflito ocorre.

Quanto às atitudes, este vértice refere-se ao conjunto de estados psicológicos (que englobam as perceções, os erros de julgamento, as avaliações, as emoções, os estados de espírito) que, permanentemente, acompanham e advêm da situação de tensão em causa. Geralmente, esta componente tem mais origens no facto de se estar em conflito do que nos motivos que, efetivamente, deram origem à disputa.

Por fim, temos o comportamento. Neste elemento, constam as ações levadas a cabo pelas partes envolvidas no conflito e que são destinadas a influenciar os opositores no sentido de estes abdicarem ou modificarem os seus objetivos. Importa fazer sobressair que, nestas circunstâncias, o comportamento pode apresentar múltiplas manifestações: cooperativo, conciliador, coercivo, violento, entre outros.

A propósito, aliás, das duas primeiras vertentes é altamente relevante destacar que um conflito enquanto desentendimento não implica na sua génese violência ou agressividade. Isto é, existem variadíssimas saídas e métodos de resolução que poderão sanar as divergências sem ter que se recorrer à ferocidade, sendo certo que em múltiplas ocasiões os contextos em redor dos intervenientes muito os encaminham para essa opção. E neste caso é importante citar Jean-Jacques Rousseau (1966) para demonstrar o quanto

o meio envolvente pode comprometer o ser humano, “O Homem nasceu livre e por toda a parte vive acorrentado²”

Posto isto, vale a pena voltar a sublinhar que o conflito existe onde quer que existam modelos de organização em sociedade. Tendo isto em consideração, parece-nos ser este o momento mais indicado para frisar que o ser humano está criticamente dependente do meio físico que o rodeia, vivendo, aliás, em sua função. Ora, nessa medida, e enquanto organismos biológicos, os Homens apresentam constantes necessidades de recursos (seja comida, água, território ou outros).

Subsequentemente, e perante os graus da escassez existente em algumas sociedades, torna-se necessariamente obrigatória a procura por mais recursos (Sprout e Sprout, 1968: 21). Ora, essa mesma premência dita que se enverede por métodos de captação desses mesmos bens que poderão fazer do conflito uma alternativa que se apresente como garante da manutenção do nível de vida ou até da mais elementar sobrevivência dos indivíduos.

Em conclusão, trata-se de uma impossibilidade conceber interações humanas sem este elemento central da sua condição coletiva, pois conforme defendeu Rousseau (1966), as contingências da pressão da sociedade têm um impacto permanente. Adicionalmente, o estudo de caso que iremos estudar encerra uma dimensão de beligerância assinalável, e como tal, interessa-nos privilegiar uma análise tendencialmente mais focada na escalada de tensões.

Dito isto, é relevante clarificar que não se coloca nesta investigação a possibilidade, sob qualquer ponto de vista, de sugerir uma solução capaz de por termo à conflitualidade. Isto é, ainda que um conjunto de tensões possam ser amenizadas e alguns focos de violência possam redundar em reconciliação, haverá sempre novos pontos de discórdia a surgir. Ou seja, mesmo que determinadas disputas sejam temporariamente suspensas ou até permanentemente sanadas, outras colisões de interesses irão acabar por ocorrer entre esses mesmos ou outros protagonistas (Mitchell, 1981: 8).

² Tradução livre do autor. No original “L’homme est né libre, et partout il est dans les fers” (Rousseau, 1966).

Posto isto, e sendo então os conflitos algo tão comum e transversal a todas as esferas das relações entre os seres humanos, é correto concluirmos que os propósitos a alcançar poderão variar enormemente consoante os mais diversos fatores. A título de exemplo, a dimensão dos atores envolvidos e, logicamente, a natureza das razões que despoletam a contenda entre si são apenas algumas das variáveis que decerto irão ter uma influência direta no desenvolvimento dessa mesma desavença. Dessa forma, e atendendo a que o nosso foco científico nesta dissertação são as Relações Internacionais, interessa que nos debrucemos com particular incidência nos conflitos que se reportam às esferas estatais.

1.2. A conflitualidade estatal na sua expressão interna

No que concerne à conflitualidade aplicada à realidade estatal, consideramos que merece um destaque inicial a questão dos conflitos internos. Por isso mesmo, afigura-se-nos essencial começar por mencionar que esta modalidade de conflito opõe os atores sociais aos órgãos e respetivos membros do poder político de um determinado Estado-Nação. Vale a pena acrescentar que, no que respeita a esta modalidade de conflito, a organização estabelecida entre os atores sociais poderá variar enormemente, oscilando entre um grupo de indivíduos descontrolados e um coletivo formalmente constituído e organizado por dissidentes do regime. Importa lembrar, por isso, que existe uma ampla gama de elementos constitutivos a serem considerados nestes casos, como, novamente, os atores envolvidos, objetivos, comportamentos, atitudes, entre outros (Galtung, 2009: 35-38).

Acresce mencionar, de igual forma, que, nos conflitos internos, há um conjunto específico de motivos passíveis de serem responsáveis pelo desencadeamento deste género de tensão. Nesse sentido, os atores sociais envolvidos no litígio deverão, em princípio, ser movidos pela insatisfação em algumas das seguintes categorias de valores: os de prosperidade, interpessoais e de poder, elemento de constante procura por parte do Homem (Waltz, 2001: 35). Sobre os primeiros, deveremos incluir o acesso à informação, à instrução, ao estilo de vida e ao rendimento; em suma, os valores de realização pessoal e económica.

Quanto aos os valores interpessoais, estes dizem respeito à coesão social, ao estatuto individual e sentimento de pertença. Encontramos aqui espaço para incluir a mobilidade social, a proteção dos direitos civis e até mesmo os fluxos migratórios. Aquando da perceção, por parte de uma determinada parcela populacional, de que estes índices estão sob ameaça ou potencial ameaça, a cisão entre este grupo e os agentes de governação eclode.

Por fim, os valores de poder, podemos entendê-los como referindo-se à participação política e social e às questões securitárias. Isto é, nesta categoria insere-se o acesso a cargos públicos e de governação, as despesas com a segurança social e a manutenção da ordem pública.

Posto isto, e recorrendo ao contributo de António Bispo (1998) impõe-se uma breve nota que nos permita verificar as diferentes formas de expressão dos conflitos internos. Dessa forma, vale a pena salientar que o desenvolvimento da hostilidade e da disputa oscila consoante a relação existente entre o poder detido pelos atores sociais e a capacidade de reação por parte das forças do regime para lidar com os primeiros.

Assim sendo, caso a força do movimento social seja residual, poderemos estar perante um conflito latente, no qual não se exteriorizam intenções claras de anseios de alteração da ordem vigente.

Porém, à medida que as forças sociais se vão fortalecendo, o grau de hostilidade irá aumentar na mesma proporção. Segue-se, pois, a convulsão social. E neste caso, já encontramos agitação que poderá fazer sentir-se por intermédio de manifestações descoordenadas, pilhagens e destruição de bens e violência anárquica. Trata-se, igualmente, do momento em que se registam greves e confrontações políticas.

Subindo, uma vez mais, o nível das hostilidades, poderemos afirmar que os tumultos já contemplam a conspiração. Nesta fase, poderão ocorrer assassinatos políticos, terrorismo seletivo e guerrilha localizada. Os motins e as rebeliões multiplicam-se a alto ritmo. As massas gozam, portanto, de uma ampla margem de perturbação da ordem pública.

No topo das expressões deste género de conflitos encontramos, por fim, a guerra interna. Nesta altura, existe já equilíbrio entre as massas e os governantes. Este cenário já

prevê golpes de Estado, revoluções, revoltas militares e guerras subversivas. Trata-se do auge da sublevação, do apogeu da insurreição (Sousa e Mendes, 2014: 115).

1.3. A conflitualidade estatal na sua expressão internacional

Ao iniciarmos este subcapítulo, consideramos que será pertinente empregar algumas linhas para fazer referência a um conceito habitualmente discutido nas Relações Internacionais e que, seguramente, constituirá um dos alicerces responsáveis pela conflitualidade presente neste universo de análise, a anarquia.

Desde logo, importa fazer uma ressalva para referir que, no contexto sobre o qual nos estamos a debruçar, a anarquia não implica o caos nem a desordem (conceitos que, nas suas aceções mais extremas, nos remetem para a mais pura das confusões onde parece não existir qualquer tipo de regra).

O conceito de anarquia que aqui nos interessa aflorar diz respeito àquele que foi desenvolvido por académicos como Raymond Aron (2003: 72) ou Hans Morgenthau (1993: 29-30), no qual os Estados são vistos como entidades que utilizarão os meios ao seu dispor em nome da prossecução das suas metas, já que, em última instância, nenhum Estado poderá depender de terceiros.

Num ângulo de abordagem subsequente, o anarquismo sobre o qual nos estamos a reportar pretende incidir igualmente sobre a ausência de uma autoridade que, à escala internacional e global, faça valer o seu poder para arbitrar e deliberar sobre as interações e relações entre os variados agentes³ que compõem o sistema internacional³ nos seus mais diversos formatos, assumindo-se a Organização das Nações Unidas como um agente incontornável nesse campo de atuação⁴. Desta forma, parecem conviver no ambiente internacional duas realidades que se complementam num registo de interdependência, por

³ Entenda-se o sistema internacional como sendo o conjunto de unidades, entidades e organizações políticas e as respetivas relações regulares que estes atores mantêm entre si para lá das fronteiras nacionais. Ou seja, a expressão refere-se às interações existentes entre os vários órgãos que constituem a rede de multipolaridade que, na atualidade, pauta as Relações Internacionais (Sousa e Mendes, 2014: 222).

⁴ Sendo certo que a Organização das Nações Unidas se compromete a manter a paz no sistema internacional por intermédio do direito internacional, do desenvolvimento e do progresso, o seu papel acaba por ser variadíssimas vezes diminuído, quer pelos seus próprios Estados-membros, quer por outras entidades. Ou seja, o organismo cuja função e objetivo mais se aproximam daquele que, supostamente, faria dissipar a anarquia, apresenta ainda algumas carências no que concerne ao seu crédito, à firmeza dos seus pareceres e à capacidade de imposição das suas decisões.

um lado, as entidades estatais que não reconhecem qualquer autoridade superior e, por outro, são esses mesmos Estados os organismos de máxima importância a esse nível de análise (Cravinho, 2002: 34-35).

Adicionalmente, importa afirmar que é do interesse dos próprios Estados que não se crie nem estabeleça um corpo institucional deste tipo. Isto porque, a ordem internacional, tal e qual ela existe hoje em dia, resulta de todo um processo evolutivo que seria seriamente posto em causa por conta das profundas modificações que iriam ocorrer na cena internacional, o que representa um panorama muito pouco apelativo para as grandes potências. Dessa forma, a constituição desse género de autoridade é convenientemente evitada, prevalecendo e sendo preferível, no entendimento de alguns Estados (designadamente daqueles que usufruem de uma posição de poder estável no cenário internacional), a permanência da anarquia (a qual funciona, por sua vez, como terreno fértil para a ocorrência de conflitos) (Miller, 1995: 11).

Concluídos que estão estes esclarecimentos prévios, vale a pena sintetizar que um conflito internacional será o resultado advindo da perceção de incompatibilidade de objetivos a atingir, sendo que os intervenientes serão, no mínimo, dois Estados ou entidades com responsabilidades transnacionais⁵. A ocorrência do fenómeno propriamente dito é baseada, para além das condições que potenciam perturbações e tensões a nível interno e externo, na sensação de obstrução e ameaça em relação à outra parte.

Ora, é justamente esta perceção que vem determinar o grau de dedicação atribuído às ações previstas a modificarem o comportamento dessa mesma parte no sentido de se retornar a uma situação de ausência de conflito. Posto isto, fica claro que, para que se despolete um litígio deste tipo, é necessária uma alteração considerável nas variáveis críticas que sustentam os Estados, e o sistema internacional como um todo se estivermos perante uma ocorrência de proporções e gravidade superiores (Bispo, 1998: 163).

Nesta escala de análise, podem, então, verificar-se múltiplas razões responsáveis pelo surgimento de tensão entre os Estados. Entre aquelas que consideramos as principais

⁵ Entendam-se, a este respeito, instituições como a Organização das Nações Unidas, União Africana, Organização dos Estados Americanos, União Europeia, Organização do Tratado do Atlântico Norte, entre vários outros quer de âmbito mundial quer de vocação mais regional.

constam: a projeção internacional dos interesses nacionais; aspetos sociais e influência internacional.

Começamos pelo primeiro, a projeção do interesse nacional no estrangeiro (uma vez que este é um dos motivos historicamente mais relevantes e que, ainda nos dias de hoje, se verifica bastante). Esta é uma questão que já desde a época do colonialismo (isto é, no caso português, entre os séculos XV e XVI) criava múltiplos graus de atrito entre as nações detentoras de agendas que contemplassem expedições e missões no sentido da expansão territorial, comercial e civilizacional além-fronteiras (Choucri e North, 1975: 19-20).

Atualmente, o conflito que resulta desta causa prende-se, essencialmente, com o impacto de proporções internacionais surgido na sequência da expansão de um determinado Estado para a esfera de influência ou até mesmo para própria a área de soberania de um outro, isto é, materializando no exterior as suas necessidades e ambições internas (Aron, 2003: 74-75). Ora, a subsequente perceção de necessidade de defesa e a posterior execução de manobras em nome dos interesses das nações em causa ao nível do que se consideram ser os seus ganhos absolutos assentes numa noção altamente competitiva (Mearsheimer, 2001: 52) conduzem à confrontação entre os países.

Entenda-se, porém, que a colisão verificada pode incidir sobre a área comercial, diplomática, militar, entre outras, sem que a violência seja, obrigatoriamente, o primeiro recurso. Na verdade, também este género de conflitos têm as suas mais diversas manifestações e variações de intensidade, algo que iremos aprofundar um pouco mais adiante (Choucri e North, 1975: 19-20).

Mas para já, interessa que abordemos alguns dos restantes motivos acima tipificados que poderão causar mal-estar entre os Estados. Quanto ao fator social, as sustentações para a discórdia fundam-se, primeira e habitualmente, na insatisfação das camadas sociais que, assim, buscam soluções fora do seu limite territorial (o que apresenta elementos de aproximação à expansão, já acima abordada). Contudo, também a ameaça de um conjunto de valores e princípios básicos que, por norma, constituem a orientação

pela qual se norteia um Estado de Direito Democrático⁶, poderão desencadear insatisfação que esteja na raiz de um conflito (Bispo, 1998: 162-163).

No que respeita à influência do sistema internacional, vale a pena sublinhar algumas das múltiplas perturbações que, emanando a partir dele, poderão causar conflitos de proporções internacionais. Alguns desses exemplos contemplam o contágio transfronteiriço de modalidades de violência, a ignição de conflitos em estado latente, a modificação de determinadas relações de dependência ou interdependência, o agravamento de ingerências externas (ou pelo seu abrandamento, no caso de estas serem absolutamente cruciais), a pressão de um Estado no sentido de modificar e moldar o comportamento de um outro, entre outras variações (Bispo, 1998: 162-163).

Ora, como foi já referenciado anteriormente, um conflito internacional poderá assumir variadíssimas formas de manifestação e graus de intensidade. Por isso mesmo, estes poderão conhecer muitas fases, quer no sentido de um agravamento quer de desanuviamento, e desenvolver-se a uma surpreendente velocidade. Lembrando que as circunstâncias específicas de cada caso irão ditar o seu rumo e que não há dois conflitos iguais, consideramos ser pertinente clarificar algumas das etapas que, comumente, caracterizam uma situação clássica (apesar da complexidade e imprevisibilidade que, note-se, estão sempre presentes) de evolução de conflito.

Começamos, pois, pelas diferenças, isto é, pelas situações de desacordo típicas nas interações humanas. Avançamos para as contradições, em que se aguçam as posições e poderá fixar-se um mal-estar latente. Segue-se a fase da polarização, na qual o conflito é já inegável e se delimitam claramente as partes envolvidas. A partir daqui passa-se à fase da violência, que é quando a confrontação ocorre e adquire uma expressão agressiva. O estágio seguinte é a guerra (à qual, posteriormente, dedicaremos uma atenção específica), que representa o apogeu do contencioso transnacional (Ramsbotham, Woodhouse e Miall, 2011: 13).

No sentido inverso, ou seja, no que se reporta ao alívio da tensão, encontramos imediatamente o cessar-fogo, sendo que este é o primeiro passo que, usualmente, surge

⁶ No caso português, estes valores e princípios incluem, por exemplo, a soberania, dignidade da pessoa humana, vontade popular, liberdade, justiça, solidariedade e democracia participativa de natureza económica, social e cultural (Constituição da República Portuguesa, 2015: 9-10).

após os conflitos de proporções bélicas. É o primeiro passo de retorno à normalidade. Posteriormente, e mediante sejam realizados avanços bastante substanciais, segue-se o acordo, que pretenderá estabelecer as normas que irão regulamentar a paz e afastar a possibilidade de um regresso aos confrontos violentos. Após esta etapa, chega a normalização, que se trata de um período em que tanto os protagonistas do conflito como a população em geral têm já interiorizados os princípios do acordo e estão dispostos a afastar-se de uma retórica de agressividade para que seja a paz a prevalecer. Finalmente, eis que chega a reconciliação, e, com ela, poderemos vir a assistir a ações de cooperação, diálogos construtivos e, desejavelmente, relações de amizade entre as partes outrora em guerra e no epicentro de um conflito internacional (Ramsbotham, Woodhouse e Miall, 2011: 13).

1.4. Uma breve análise à guerra e à nova conflitualidade

Tal como foi mencionado acima, o fenómeno da guerra merece uma análise mais individualizada. Isto deve-se, quer ao facto de ser o estágio mais superior de qualquer conflito, como também por ser um vocábulo que nos remete hoje para uma circunstância com linhas caracterizadoras que se afastam das definições mais clássicas da guerra. Essa evolução do conceito e o recente enfoque teórico, por parte das academias de Relações Internacionais, nas novas guerras e na nova conflitualidade tornam pertinente esta junção de elementos teóricos num único subcapítulo.

No que concerne à guerra, importa, pois, começar por salientar as reflexões de Sun Tzu (1963: 139), tendo sido o próprio quem afirmou que este fenómeno é de importância vital para o Estado, representando a vida ou a morte, a sobrevivência ou a ruína. Ao mesmo militar e filósofo oriental se deveu, igualmente, a consideração de que seria necessário estudar a guerra de uma forma pormenorizada, isto porque, segundo Li Ch'uan (*apud* Tzu, 1963: 139), trata-se de um assunto grave e que exige sensatez e reflexão, pois “As armas são ferramentas de mau presságio”.

Contudo, Sun Tzu ia mais longe, tendo desenvolvido raciocínios que o imortalizaram como estudioso icónico das questões bélicas. Senão vejamos, a sua estratégia ofensiva passava não pela aniquilação e destruição do exército inimigo, mas sim pela sua captura. Nesta mesma linha de pensamento, Sun Tzu (1963: 165)

considerava que o cúmulo da perícia não residia em arrecadar cem vitórias em cem batalhas, mas sim, subjugar o inimigo sem sequer se combater. É no seguimento destas conceções que Sun Tzu (1963: 178) profere uma das suas mais conhecidas asserções, “Conhece o inimigo e conhece-te a ti próprio; numa centena de batalhas nunca estarás em perigo”.

Prosseguindo ainda no âmbito dos mais distintos pensadores da guerra como forma de introdução para o nosso subcapítulo, são absolutamente incontornáveis as contribuições de Carl von Clausewitz. Este general prussiano sintetizou a atividade bélica como sendo, por um lado, um ato de violência destinado a forçar o adversário a submeter-se à vontade da outra parte e, por outro, uma simples continuação da atividade política por outros meios (Clausewitz, 1976: 73-87).

A propósito da primeira premissa, devemos clarificar que, no entendimento de Carl von Clausewitz, considera-se que a violência se mune das invenções das artes e das ciências para causar o impacto que lhe é devido. Nesse sentido, esta representa um meio para se alcançar um determinado fim, fins esses que, quaisquer que sejam, deverão sempre passar pela imposição da nossa vontade perante o inimigo.

Ora, para que esta finalidade seja atingida em plena segurança, o inimigo deverá ser desarmado, constituindo este desarmamento o objetivo maior das operações de guerra. Acresce, porém, mencionar que o entendimento aqui feito da guerra remete para uma sucessão de acontecimentos, isto é, não consiste nunca num ato isolado ou que deflagrou subitamente como obra do instante (Clausewitz, 1976: 77). Trata-se, isso sim, do culminar de um conjunto de eventos que acicataram tensões e discórdias.

Quanto à segunda reflexão de Carl von Clausewitz (1976: 87), o militar defende que, para além de ser um inquestionável instrumento político, só se pode encarar o fenómeno da guerra como sendo uma continuação da concretização das relações políticas através de outros meios. Uma vez mais, a guerra é o meio para se atingir o fim, que são as intenções políticas. Constatamos indubitavelmente, então, que guerra e política são dois elementos fortemente interrelacionados.

Dito isto, e partindo do contributo de Sousa e Mendes (2014: 114-115), entendemos ser pertinente avançar com algumas propostas de definições de guerra. Nas

palavras de Gaston Bouthoul (1991), trata-se de uma espécie de epidemia mortal em que existe uma luta armada e sangrenta entre grupos organizados. Já no entendimento de Ortega y Gasset (1943), consiste numa invenção dos homens para resolverem determinados conflitos. Sendo este um fenómeno de violência política, uma luta armada entre Estados, que se socorrem de meios e formas regulamentadas pelo Direito Internacional com o fim de impor um ponto de vista político. Finalmente, para Quincy Wright (1971) sintetiza-se como sendo um conflito entre grupos políticos, nomeadamente entre Estados soberanos, conduzidos por contingentes de forças armadas durante um significativo período de tempo.

Importa, ainda, fazer uma ressalva para salientar a desumanidade que caracteriza os conflitos deste grau de intensidade. Chamamos a atenção para isto uma vez que, aquando das suas origens, a guerra não dispunha de regulação que não aquela que dizia respeito ao próprio uso da força. Ou seja, aquele que vencesse a disputa tinha legitimidade para levar a cabo todo o género de barbaridades que desejasse, o que envolvia aterrorizar, castigar, massacrar, escravizar e semear o sofrimento de forma perfeitamente arbitrária e gratuita entre os vencidos. Nestas ações subjazem dois objetivos, a retaliação dos vencedores como forma de vingar os prejuízos sofridos e uma dissuasão junto dos vencidos para os desencorajar a confrontações futuras. É justamente na necessidade de precaver este tipo de abusos nos cenários bélicos e pós-bélicos que são lançadas as bases daquilo que viria a constituir o Direito Internacional Humanitário e dos Conflitos Armados (Leandro, 2005: 158-159).

Neste momento, vale a pena referirmos algumas das principais abordagens e interpretações que se fazem a respeito do fenómeno da guerra. Salientamos, pois, nesse sentido, um trio de reflexões sugeridas por Margaret Mead (2000: 20-22), a saber-se: a necessidade biológica, a inevitabilidade sociológica e a má invenção.

Na primeira, os seus defensores apontam o homem como um ser de natureza conflituosa e com instintos belicosos que se refugia no comportamento agressivo para atingir a sua total plenitude, funcionando os mecanismos de prevenção de guerra como formas de retrain este comportamento socialmente destrutivo.

No caso da inevitabilidade sociológica fala-se de fatores de ordem histórica, abordando-se a guerra como sendo o normal resultado do desenvolvimento do Estado, da luta de classes, da luta pela terra e pelos recursos naturais. A guerra surge como um mal

necessário enquanto prevalecer o sistema social em vigor, contornando-se apenas com a anulação das classes, das lutas pelo poder e pelas possessões.

Por fim, temos a perspectiva da má invenção, que se refere à guerra como uma criação, uma convenção, igual a tantas outras que norteiam a nossa vida. Isto é, a guerra só se dá se for reconhecida como método de retaliação por determinada cultura perante as suas ameaças. Trata-se de uma criação humana que, supostamente, permite alcançar prestígio por requerer atributos físicos e sobretudo morais, como a resistência, a bravura, a firmeza e a lealdade, o que acarreta, num entendimento tradicional e romântico de toda a questão, uma certa nobreza e glória a esta má invenção.

Avançando para a evolução da guerra, é possível encontrarmos uma quantidade gradualmente superior de estudiosos a investirem os seus esforços no sentido de a compreenderem e de distinguirem os vários casos entre si. Ora, é precisamente graças a esses renovados contributos que conseguimos hoje identificar com clareza as várias etapas que, de resto, nos mostram que a realidade bélica assenta numa cada vez mais vasta multiplicidade de fenómenos de complexidade crescente.

Dessa forma, e tal como podemos observar em Pinheiro (*apud* Fernandes, 2016: 15), estão hoje ao nosso dispor estudos que nos possibilitam subdividir as diferentes épocas de guerra. Consideremos, por isso, as quatro grandes gerações de beligerância.

Começando pelas Guerras de Primeira Geração, estas tomaram lugar a partir de 1648, ou seja, aquando da Paz de Vestefália, nas quais predominou o Princípio da Massa (que se refere aos grandes contingentes organizados em formações rigidamente massificadas). Viriam a terminar com as Guerras Napoleónicas.

As Guerras de Segunda Geração eram já fundamentalmente sustentadas pelo apoio de fogo, por intermédio de artilharia e metralhadoras pesadas e no atrito entre as forças. Este período conheceu o seu auge na I Guerra Mundial.

Posteriormente, chegam as Guerras de Terceira Geração, cujo exemplo máximo é a II Guerra Mundial. Nesta fase, a inovação passou pela tática empregue pelas forças alemãs, que se socorriam de ataques de surpresa extremamente velozes e com auxílio aéreo, num conjunto de movimentações também designadas por guerra relâmpago.

Importa salientar que, nesta altura, os protagonistas nos mais diversos cenários eram, ainda, os Estados.

Finalmente, eis que surgem as Guerras de Quarta Geração, período que se considera estar em curso neste momento. Os respetivos conflitos advêm do processo evolutivo que visa beneficiar das mutações de ordem política, social, cultural, económica e tecnológica que têm vindo a ocorrer desde o final da II Guerra Mundial.

Partindo desta última geração, é justo entrarmos já no âmbito da nova conflitualidade. Segundo Martin Van Creveld (*apud* Fernandes, 2016: 18), o modo de conduzir a guerra tem sido alterado, sendo que a guerra nos seus moldes convencionais tem sido substituída por conflitos de baixa intensidade⁷, o que vem obrigar os agentes nelas envolvidos a repensarem a estratégia de emprego de forças.

A propósito desta nova era de conflitualidade, falamos de uma transição que ocorreu no final da segunda metade do século XX e que dita que os clássicos confrontos interestatais se tornem, progressivamente, improváveis. Trata-se, sobretudo, do resultado do desenvolvimento tecnológico, que, no que se refere a este assunto, se concretiza por intermédio de duas vias. A primeira tem que ver com o grande, e crescente, potencial destrutivo das armas e dispositivos de combate ao dispor nos dias de hoje, a segunda, relaciona-se com a crescente vulnerabilidade da indústria moderna. Ora, a junção destes aspetos redundou num grande aumento dos custos face aos benefícios advindos deste género de confrontos, algo que vem reduzir a sua probabilidade de ocorrência (Münkler, 2010: 190-194).

Tendo isto em consideração, defendemos que, a nova conflitualidade, se pauta, de forma resumida, pela exigência de contenção do uso da força, aumento da capacidade de destruição dos armamentos, reduzida probabilidade de conflitos entre as grandes potências, aumento dos contenciosos intraestatais, tendência de fragmentação das estruturas estatais que albergam este género de problemas, crescimento das ameaças de origem diversificada (que se manifestam através do terrorismo, de ciberataques, entre outras representações) e de objetivos múltiplos e sobrepostos. Nessa lógica, muitos

⁷ Conflitos em que, apesar de se incluir a utilização da força e da violência, não se regista a constituição de frentes de batalha formalmente definidas, conforme exigem os preceitos militares e a guerra na sua expressão mais convencional.

autores, debruçando-se acerca deste assunto, consideram que, no futuro, a guerra não será função protagonizada apenas pelas forças armadas, mas também por grupos mais ou menos organizados, podendo aqui incluir-se dissidentes políticos, terroristas, guerrilheiros, desordeiros, entre outros.

Aliás, nas palavras de Mary Kaldor (1999, 129), esta expressão mais recente dos conflitos reveste-se de uma violência organizada que é diferente, uma vez que dificulta a diferenciação entre guerra, crime organizado e violações maciças dos direitos humanos. Neles, constatamos, igualmente, que as distinções entre exércitos, governos e cidadãos são atenuadas, para além de também as fronteiras, outrora rígidas e bem definidas, saírem fragilizadas deste tipo de disputas, o que, aliás, poderá causar preocupação junto das esferas governativas.

Outro aspeto que merece destaque, recai sobre os elementos de combate utilizados nestes tão complexos contextos. Nestas circunstâncias, os últimos anos têm mostrado, com cada vez maior frequência, o recurso a crianças-soldado (veja-se que, nestas circunstâncias, a sociedade civil tem sido, simultaneamente, o alvo e o palco da violência organizada), o uso de armas de sofisticação progressiva, as novas tecnologias (encabeçadas pelos sistemas em rede), a criação, manutenção e disseminação de uma narrativa política assente na violência, na insegurança, no medo e no ódio. Ora, esta configuração morfológica contribui, extraordinariamente, para que se estabeleçam as diferenças entre estes casos e as velhas guerras (Moura, 2005: 79).

Nos novos conflitos, a principal característica que lhes é transversalmente atribuída é serem, na sua grande maioria e tal como já tivemos oportunidade de observar, intraestatais, sendo associados, primeiramente, a um enfraquecimento, depois a uma falência e, por fim, à dissolução da arquitetura institucional dos Estados em que os contenciosos tomam lugar. Mas não deixa de ser verdade, que as preocupações que têm surgido e que compõem este novo tempo de conflitos causam também apreensão e inquietação junto das demais nações.

Vejamos, pois, alguns dos elementos que sustentam esta incerta retórica política e que vêm alimentar a nova conflitualidade: nacionalismos exacerbados e subsequentes atos de terrorismo (individual, de grupos ou até mesmo de Estados); fundamentalismos religiosos; xenofobia; racismo; narcotráfico; criminalidade organizada; políticas de

integração deficitárias e consequente exclusão social; ausência ou desrespeito pelos direitos humanos; crimes de guerra advindos de anteriores conflitos; gestão mundial dos recursos naturais; alterações climáticas; entre outros (Nunes, 1996: 168).

Perante tudo aquilo que já foi referenciado, entendemos que este subcapítulo não poderá ser finalizado sem serem tipificadas algumas das mais usuais modalidades de conflitos que, atualmente, se verificam um pouco por todo o globo. Por isso mesmo, recorreremos a Michael Klare (*apud* Bispo, 1998: 383-384) para delimitar algumas das mais significativas classificações, a saber-se: os conflitos regionais, comerciais, nacionalistas, irredentistas, étnicos, as guerras revolucionárias, e de libertação.

Segundo Klare, existem conflitos regionais, que envolvem Estados do mesmo continente ou região ou apenas grupos de pessoas de nações vizinhas; guerras comerciais ou económicas, nas quais o cerne da disputa contempla questões de ordem económica (como, por exemplo, recursos naturais ou bens de consumo) e nas quais os mecanismos de confronto económico, como, por exemplo, os embargos comerciais ou as barreiras alfandegárias, constituem modalidades de ataque.

Este mesmo espetro contempla, igualmente, os conflitos nacionalistas ou separatistas, nas quais determinados movimentos políticos mais ou menos organizados defendem a separação de uma região ou de uma parcela do território do Estado ao qual pertencem; conflitos irredentistas, nos quais grupos étnico-nacionalistas pretendem unificar territórios politicamente separados no qual habitem comunidades pertencentes à sua matriz étnica, cultural e histórica; lutas étnicas, religiosas e tribais, habitualmente disputadas tendo por objetivo a obtenção de posse de determinada terra que se considera ter sido indevidamente subtraída a determinado grupo ou Estado que se identifica com um conjunto específico de valores ou práticas.

Para finalizar, não há como omitir as guerras revolucionárias e fundamentalistas, conflitos nos quais constam grupos insurrecionais que agem violentamente contra o poder estabelecido, pretendendo modificar, de forma firme e profunda, as estruturas económicas, políticas, institucionais e sociais do território em questão; e as guerras a favor da democracia, do anticolonialismo e das reivindicações indígenas, em que se privilegia, respetivamente, a libertação de um território ocupado por uma liderança tirânica, por um

poder colonizador ou em que se batalha pelo reconhecimento dos direitos de determinada população nativa.

Em conclusão, é correto inferirmos que a evolução conceptual dos conceitos essenciais da Ciência Política e das Relações Internacionais, nomeadamente aqueles que se referem ao ramo da conflitualidade, se encontram numa veloz época de mudança e gradual complexificação. Isto porque, tal como foi já possível demonstrar, o poder está hoje mais multidimensional, com as respetivas estruturas e aprofundarem o seu grau de complexidade, e num momento em que os Estados se parecem tornar entidades cada vez mais permeáveis a ações provenientes das mais variadas origens (Nye, 2014: 277).

1.5. Uma abordagem aos conflitos congelados

Neste momento da nossa dissertação, vemo-nos deparados com o maior desafio do ponto de vista teórico. Isto porque, a expressão “conflitos congelados” surge com frequência nas discussões e nos meios académicos da Ciência Política e das Relações Internacionais sem que, no entanto, se sintetizem ou tipifiquem de maneira suficientemente clara as principais reflexões associadas àquela simples junção de vocábulos.

Vejamos que, após uma primeira e rápida abordagem a esta problemática, podemos desde logo constatar que somos incitados, em nome da lógica linguística, a acreditar que um conflito é passível de ser colocado em suspenso e se manter virtualmente inalterado do ponto de vista daquilo que é a sua evolução ao nível de um qualquer desfecho.

Ora, é preciso não esquecer que este é um raciocínio profundamente erróneo, dado que onde quer que se verifique a existência de vida e, como tal, em qualquer sede do universo político, a mudança é uma constante que pauta o passar do tempo. Afinal de contas, mesmo nos conflitos sem soluções eficazes, as partes envolvidas irão encetar esforços, mais evidentes ou mais discretos, que lhes possibilitem a concretização das suas agendas e das suas metas (Morar, 2010: 11).

Dito isto, a expressão conflito congelado remete, no entendimento de Mary Alice Clancy e John Nagle (2009: 14), para uma realidade na qual uma situação de conflito violento, de matriz étnica e política em nome de um movimento de secessão, vem a redundar no estabelecimento de um regime *de facto*, que não é reconhecido nem pela comunidade internacional nem pelo Estado ao qual foi subtraída a parcela territorial em causa. Apesar disto, a atividade política inerente às circunstâncias continua a ocorrer, sendo, até, alimentada pelo ambiente incerto que habitualmente paira neste género de casos. Assim, a “congelamento” reporta-se, pois, ao facto de estarmos perante uma situação em que a violência, de um modo geral, está contida, mas não completamente descartada enquanto hipótese para o futuro, seja ele mais próximo ou mais longínquo.

Numa outra perspectiva, Valery Perry (2009, 35-54) aponta os conflitos congelados como sendo uma situação de impasse que constitui o resultado de processos de paz que falharam na resolução das causas centrais do conflito e que não souberam lidar com os interesses das partes envolvidas na disputa. No seguimento disto, a autora considera que esta realidade (em que houve já uma diminuição significativa da violência física direta e imediata) reflete discórdias caracterizadas pela continuidade de negociações, de revisões dos acordos de suspensão de violência e de reformas no sentido de impedir uma nova escalada das tensões. Porém, é a carência de um desfecho firme e definitivo, ou seja, a latência do conflito, que causa reticências e receios um pouco por toda a região onde tomam lugar. Perry acrescenta que esta é uma circunstância que demonstra plenamente como a complexidade está sempre presente quando o assunto são as transições da guerra para a paz.

Em síntese, e como, de resto, já tivemos a oportunidade de observar, os conflitos congelados tratam-se de circunstâncias de bloqueio em que o foco da divergência permanece aberto, isto é, sem um desfecho formal e amplamente reconhecido que o permita ultrapassar. Dessa forma, eles desencadeiam uma vastidão de temores que, geralmente, são alicerçados na imprevisibilidade que os caracteriza quer no presente quer no futuro. Essas mesmas incógnitas são responsáveis pela constituição de um difícil trilema referente ao desenrolar de qualquer conflito congelado.

Primeiramente, existe a possibilidade da manutenção do *status quo*. Esta é uma hipótese que não é a mais segura por conta das múltiplas questões não resolvidas que permanecem em aberto e que se poderão vir a adensar e, inclusivamente, a redundar num

aprofundamento das tensões. Ou seja, neste tipo de casos, o tempo não contribui de forma positiva, influenciando, até, a realidade no sentido de fomentar novos motivos de descontentamento e de causar mais razões de conflito. Sendo certo que haverá quem defenda que esta via poderá, em certa medida, diluir a disputa, a mesma poderá, de igual modo, fazer recrudescer as divergências que não foram devidamente sanadas (Morar, 2010: 11).

Além disso, também a falta de interesse ou de capacidade política por parte das autoridades estatais afetas à discórdia para alterar o rumo dos acontecimentos poderá ditar que a situação fique inalterada (Clancy e Nagle, 2009: 14). Em suma, não sendo a pior das opções, constitui um caminho, que, a ser seguido, não permite antever um regresso à tranquilidade plena, o que, inclusivamente, poderá acabar por comprometer qualquer tentativa futura no sentido de uma resolução pacífica do conflito.

Adicionalmente, e de uma maneira geral, as zonas separatistas, ou seja, as que, no nosso caso, estão no epicentro deste fenómeno, têm vindo a passar por um processo de transformação que as tem conduzido a situações de fragilidade (visíveis, por exemplo, no abastecimento de água, na saúde, na educação e nos restantes serviços sociais que, globalmente, são deficitários) que não beneficiam a estabilidade do sistema internacional e que tem também acarretado impactos negativos juntos dos seus antigos ou atuais Estados-nação (Jasutis, 2016: 6; Ora, 2006: 50).

Uma segunda hipótese, porventura a mais desejável, passa pela resolução pacífica do diferendo. Esta é a opção que, idealmente, deveria prevalecer sobre as demais e na qual os mecanismos de gestão de crises (sejam eles de matriz política ou diplomática, militar ou civil, nacionais ou internacionais) atuam no sentido de serem privilegiados os meios não violentos de forma a que se consiga devolver a paz à região afetada. Em princípio, este será o caminho mais fiável a percorrer, quer do ponto de vista das forças políticas e dos seus respetivos interesses e motivações, quer no que concerne ao bem-estar e segurança das populações implicadas.

O trilema fica completo com a terceira possibilidade, o retorno à violência. De resto, existe uma grande sintonia entre a comunidade académica de que os conflitos congelados poderão deixar de o ser para dar lugar a uma nova etapa agressiva e belicista (Aphrasidze e Siroky, 2010: 122). Esta hipótese poderá ocorrer, por exemplo, devido a

uma provocação da autoria de uma das partes, ou devido a manobras de deterioração das relações, que poderão ser de índole militar, comercial, económica, política, diplomática, cultural, entre outras. Por todas estas especificidades, considera-se que, nesta modalidade de conflito, estamos perante terreno fértil para o relançamento da violência por intermédio da reemergência das tensões latentes (Aggestam e Björkdahl, 2011: 22).

Neste momento da nossa abordagem aos conflitos congelados, consideramos ser pertinente fazer uma delimitação geográfica que encontra eco junto de variados académicos, como Mary Alice Clancy (2009), John Nagle (2009), Andras Racz (2016), Jaap Ora (2006), entre muitos outros. Esta delimitação prende-se com o facto deste subgénero de conflitos ser, habitualmente, associado a uma região concreta, no caso, o espaço pós-soviético. Ou seja, verifica-se que há uma particular incidência deste fenómeno em territórios que faziam parte da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas. Veja-se, contudo, que apesar da presença deste tipo de ocorrências contabilizar uma pluralidade de exemplos nesta região isso não torna estes fenómenos exclusivos desta zona do globo.

Serve este raciocínio para clarificar que, quando o tema tem como enfoque maior os conflitos congelados, há um afunilamento da conceção espacial para um conjunto estreito de exemplos. A saber-se, constam neste agrupamento de casos a Geórgia, e as respetivas tensões com a Abecásia e a Ossétia do Sul (antigos territórios da República Socialista Soviética da Geórgia); a Arménia e o Azerbaijão, devido ao contencioso do Nagorno-Karabakh⁸ (que tinha ligações à República Socialista Soviética do Azerbaijão); a Moldova, por causa da situação de bloqueio que representa a Transnístria⁹ (outrora pertencentes à República Socialista Soviética da Moldávia); e por fim, de acordo com a visão de alguns académicos, insere-se já neste lote a Ucrânia, graças à disputa territorial

⁸ Neste caso, verifica-se que a grande maioria da população do Nagorno-Karabakh é de etnia arménia, apesar de, formalmente, pertencer ao território azerbaijano. Este foi o pano de fundo para um conflito que conheceu o seu apogeu entre 1988 e 1994, aquando das confrontações armadas entre forças de ambos os Estados. Desde então, a região é governada *de facto* por separatistas arménios, contando tanto com o apoio do executivo de Moscovo como do de Erevan. Do lado do Azerbaijão, o governo de Baku conta com o suporte da Turquia (Racz, 2016: 24-29).

⁹ No contexto da dissolução da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, o povo da Transnístria temeu uma submissão cultural subsequente a uma eventual reunificação da Moldova à Roménia. Assim, em 1990, foi declarada a independência da República Moldava da Transnístria. Seguiu-se a intensificação do conflito, que, no ano de 1992, conheceu os mais violentos combates entre moldavos (auxiliados pelos romenos) e transnístrios (ajudados por russos e ucranianos). Entretanto, as consultas populares mostram grande interesse dos separatistas na independência e posterior integração na Rússia (González, 2014: 69-91).

envolvendo a Crimeia¹⁰ (que formava parte da República Socialista Soviética da Ucrânia) (Racz, 2016: 7).

Para fechar este subcapítulo, vale a pena esclarecer alguns dos fatores que aproximam estes casos uns dos outros. Primeiramente, importa sublinhar que a dissolução da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, nas regiões mais periféricas como aquelas que acima enumerámos, trouxe a emergência de tensões e violência advindas da muito determinada e até acérrima autoridade política exercida por agentes, fações e grupos de indivíduos que se insurgiram contra as forças das respetivas independências que, na visão destes, colocariam em causa os seus legítimos interesses. Ora, aquilo que ocorreram foram choques de grande agressividade entre os que advogavam a independência e aqueles que não a desejavam. Porém, não podemos ignorar que o desenvolvimento de cada uma destas visões correlaciona-se, fulcralmente, com as dinâmicas sociais, culturais, económicas e políticas de cada uma das regiões acima referenciadas (Hill, 2010: 221).

Adicionalmente, merece também destaque nesta análise a progressiva e cada vez mais consolidada posição de conformismo por parte dos dirigentes políticos separatistas envolvidos nestas equações. Ou seja, é visível, por parte dos líderes que estão ligados a estes movimentos secessionistas, que existe quase que um conforto em relação ao *status quo* vigente. No entanto, e por mais que isso lhes seja benéfico, o conjunto de incertezas intrínsecos a estas problemáticas continuam a representar um enorme obstáculo para as populações aí residentes (Hill, 2010: 225).

Em conclusão, e após a reflexão teórica já conduzida, acreditamos que dispomos de um considerável conjunto de ferramentas teóricas que nos possibilitarão realizar uma análise ao conflito armado russo-georgiano. Interessa-nos, pois, sublinhar dois aspetos. O primeiro para fazer a ressalva de que, conforme foi referenciado, os conflitos, pesem algumas considerações transversais que possam ser avançadas como aquelas que acima expusemos, obedecem, obrigatoriamente, a uma associação de fatores muito específicos afetos, sobretudo, ao local no qual decorrem e aos intervenientes mais diretamente envolvidos. Ou seja, decerto que no caso da discórdia entre Geórgia e Rússia

¹⁰ Este exemplo consiste num conjunto de ações conduzidas, em 2014, pela Rússia que incidiram sobre a península da Crimeia, território internacionalmente reconhecido como sendo pertença da Ucrânia. A saber-se, o executivo de Moscovo anexou aquela parcela territorial após, primeiramente, uma intervenção militar e, posteriormente, a realização, no dia 16 de março, de um referendo sobre o futuro político da região (o qual indicou preferência pela reunificação da Crimeia à Rússia) (Racz, 2016: 10-16).

encontraremos determinados elementos constitutivos, e porventura de suma relevância, menos explorados neste capítulo.

Em segundo lugar, importa manter clara a noção de que os demais conflitos passíveis de serem aproximados ao caso russo-georgiano decorridos em espaços pós-soviéticos ramificam-se todos a partir de um dos momentos mais marcantes da história mundial do século XX, a dissolução da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas. De realçar, por isso, que os anos de pertença a este bloco ditaram dinâmicas políticas e concepções de Estado, economia, sociedade e cultura bastante singulares e das quais encontramos provas até aos presentes dias. Serve esta referência para nos ajudar a compreender a existência dos focos de “gelo” que iremos analisar, tendo em permanente consideração que a presença de conflitualidade nada tem de extraordinário, oscilando apenas entre períodos de maior ou menor presença nesta ou naquela região do globo.

2. Estudo de caso: da Rússia à Geórgia

“O aspeto essencial para uma solução política tem de ser a integridade territorial da Geórgia”¹¹

Angela Merkel (2008), Chanceler da Alemanha

Neste momento da nossa investigação, iremos começar por levar a cabo uma breve análise à história da Geórgia e das respetivas regiões separatistas, Abecásia e Ossétia do Sul, de forma a que se possa obter uma abordagem holística acerca dos motivos que viriam a redundar na violenta discórdia de 2008. Estes subcapítulos revestem-se de particular importância pelo facto de sermos colocados perante evidências históricas que nos ajudam a compreender que elementos de afastamento, como, por exemplo, a ausência de sentimento de pertença nas respetivas esferas estatais não esteve presente apenas no final do século XX e princípio do século XXI, tendo-se já verificado em momentos anteriores.

Adicionalmente, exploraremos os fatores elucidativos da eminência do conflito, isto é, as causas próximas que viriam a representar os derradeiros pretextos para o início das confrontações. De seguida, iremos analisar a cronologia quotidiana do conflito para que fiquem explícitos os desenvolvimentos que sucessivamente tomaram lugar. Por fim, concluiremos com as principais ocorrências decorridas já depois da fase mais tensa dos acontecimentos e, a fechar, tiraremos algumas ilações sobre aquelas que foram as heranças proporcionadas por toda esta crise.

2.1. Breves apontamentos históricos sobre a Geórgia

No que se refere ao posicionamento geográfico da Geórgia, pode observar-se que se trata de um país do sul do Cáucaso, fazendo fronteira a norte e nordeste com a Rússia, a sudeste e sul com o Azerbaijão, também a sul com a Arménia e a Turquia e a ocidente com o mar Negro. A capital deste Estado é a cidade de Tbilisi (consultar Anexo 2).

¹¹ Tradução livre do autor. No original “The basic point for a political solution must be Georgia’s territorial integrity...” (Merkel, 2008).

Este é um Estado que goza de uma histórica bastante rica e antiga. Veja-se que os primeiros vestígios de atividade humana no território da atual Geórgia datam do período paleolítico. Desde então, e por se situar numa zona que separa a Europa da Ásia, a Geórgia viu-se ocupada por Alexandre, o Grande e, já na era cristã, foi invadida por romanos, persas, bizantinos, árabes e mongóis em variadas ocasiões (Ramírez, 2013: 109).

Não obstante a abundância de eventos que marcaram a evolução da história da Geórgia e do seu povo, avancemos para o período da grande aproximação à Rússia. Esse momento consumou-se no ano de 1783, quando o Império Russo e o reino de Kartli-Kakheti, do leste da Geórgia (à época dividida em vários pequenos reinos) assinam o Tratado de Georgievsk, que torna este território um protetorado da Rússia. Porém, ao longo do século XIX, toda a Geórgia acabaria por ser anexada, ficando integralmente sob a alçada dos czares russos (Lang, Suny, Djibladze, Howe, 2016).

É no ano 1917, com a Revolução Russa¹² que se voltam a verificar grandes modificações estatutárias na zona de influência da Rússia. Nesse sentido, em 1918, é proclamada a independente República Democrática da Geórgia, criada na sequência de dissonâncias internas entre o instável Governo Provisório Russo, de matriz revolucionária menchevique e muito apoiado pelos georgianos, e as ideias políticas de Vladimir Lenine, de índole bolchevique e que, de uma maneira geral, havia saído triunfante do golpe revolucionário (Hobsbawm, 1990).

Contudo, a independência de Tbilisi não se iria mostrar duradoura, tendo o recém-fundado Estado sido invadido, em 1921, pelo Exército Vermelho, concretizando-se a instauração do regime soviético, isto é, a incorporação da Geórgia na União das Repúblicas Socialistas Soviéticas. Porém, logo em 1922, a República Socialista Soviética da Geórgia haveria de integrar a República Socialista Federativa Soviética Transcaucasiana, assim designada por congregar a Geórgia, a Arménia e o Azerbaijão (Rayfield, 2012: 424).

¹² A Revolução Russa de 1917 sucedeu num momento difícil da história do país. O czar Nicolau II governava de forma absolutista, o país estava a participar na I Guerra Mundial, e era considerado bastante atrasado (com uma economia excessivamente centrada na agricultura); por conta de tudo isso, a população estava bastante empobrecida e revoltada. Essa insatisfação culminou, no ano de 1917, na Revolução de Fevereiro e na Revolução de Outubro, ambas conduzidas pelo Partido Operário Social Democrata Russo. Da primeira, resultou o fim do czarismo e a entrada em funções de um Governo Provisório (composto sobretudo por elementos da ala minoritária do partido, conhecidos por mencheviques) que pretendia a implantação do socialismo através de reformas moderadas. Porém, não tendo a nova liderança satisfeito as reivindicações populares, ocorreu a Revolução de Outubro. Esta foi conduzida por Vladimir Lenine, que encabeçava a ala maioritária do partido, apelidada de bolchevique. De índole mais radical, os seus apoiantes defendiam uma autêntica revolução socialista que priorizasse os interesses de camponeses e operários (de Mowbray, 1990).

Em 1936, deu-se a separação das várias unidades que compunham a República Socialista Federativa Soviética Transcaucasiana, tornando-se três repúblicas distintas no seio da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas. Mas, apesar da base do poder estar sediada em Moscovo e do modelo soviético ser centralizado e apresentar uma tolerância reduzida em relação às dissidências políticas e ideológicas, os georgianos, durante os seus anos na União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, mantiveram uma sólida e coesa identidade nacional (Lang, Suny, Djibladze, Howe, 2016).

Ora, à conta disso mesmo, no final da década de 1970, foram organizados protestos de larga-escala nos quais se reivindicaram maior autonomia e um estatuto específico para o idioma georgiano. Simultaneamente, este apego à cultura georgiana ia intensificando-se à medida que a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas ia evidenciando sinais de desgaste e decadência, isto porque, as medidas lançadas por Moscovo, iam no sentido de inverter o rumo dos acontecimentos e conceder algumas liberdades adicionais, o que acabou por galvanizar os georgianos para a causa da secessão (Aphrasidze e Siroky, 2010: 127).

Foi nesse que contexto que, em meados da década de 1980, os georgianos materializaram os seus anseios de emancipação política ao cunharem a divisa “Língua, terra, religião”, num sinal claro de que as aspirações independentistas estavam a subir de tom (Ramírez, 2013: 109).

Subsequentemente, em 1989, ocorreu um evento-chave, quando a 9 de abril se realizou, em Tbilisi, uma manifestação pacífica pela independência, ou seja, de matriz antissoviética. O seu desfecho resultou na repressão severa dos integrantes desta ação reivindicativa, o que veio encorajar e radicalizar a onda nacionalista que já dominava a Geórgia e que não mais foi possível conter por parte de um regime soviético em franco declínio.

A reação à brutalidade com que as forças da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas tinham dispersado a multidão, teve a sua expressão mais significativa 2 anos depois, quando a 9 de abril de 1991 (ano marcado pelo fim da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas) a Geórgia se declarou um Estado independente. Mas a manifestação de 1989 teve um impacto tão intenso no seio da sociedade georgiana que, ainda nos dias que correm, a 9 de abril celebra-se um feriado nacional, o Dia da Unidade Nacional (Rayfield, 2012: 378).

A liderar uma Geórgia independente estava Zviad Gamsakhurdia, um dissidente nacionalista (porém, de matriz excludente, uma vez que o seu discurso se focava apenas

na maioria étnica georgiana). Contudo, as circunstâncias por si encontradas não foram as mais propícias para uma governação pacífica, isto porque, para além da necessária estabilização política do país (que dispunha de um frágil leque de partidos políticos, de uma sociedade civil profundamente embrionária e de instituições públicas e de representação popular tão incipientes que o seu papel se limitava aos propósitos meramente administrativos), outro dos grandes desafios com que Zviad Gamsakhurdia se deparava prendia-se com a pressão das minorias étnicas exercida por intermédio das ambições secessionistas nutridas em algumas regiões concretas da Geórgia, como a Abecásia (que o líder via como sendo população indígena) e a Ossétia do Sul (encarados pelo executivo de Tbilisi como forasteiros no território georgiano). Ora, esta complexa amálgama de dificuldades redundou, em 1991, na guerra civil georgiana (que viria a conhecer o seu término no ano de 1993), na qual o regime de Tbilisi lançou ofensivas sobre a Abecásia e a Ossétia do Sul e confrontou as demais fações políticas existentes no país (Aphrasidze e Siroky, 2010: 128-129).

Os meses que se seguiram exibiram um cenário que evidenciava uma instabilidade cada vez mais aprofundada, para o qual muito contribuiu a inflexão ditatorial seguida por Zviad Gamsakhurdia. Foi neste panorama de forte insatisfação popular que o Conselho Militar georgiano depôs o primeiro presidente do país, incumbindo para as suas funções o Conselho de Estado, que era encabeçado por Eduard Shevardnadze (que havia sido Ministro das Relações Externas da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas entre 1985 e 1991, ou seja, aquando do mandato de Mikhail Gorbachev). Porém, só em 1995, Eduard Shevardnadze viria a ser formalmente eleito Presidente da Geórgia, tendo sido reconduzido ao cargo em 2000 (Lang, Suny, Djibladze, Howe, 2016).

Perante toda esta difícil conjuntura é justo inferir que a primeira fase da história pós-soviética da Geórgia implicou consequências de várias dimensões, com as tensões interétnicas, os separatismos, a inexistência de mecanismos de cooperação política e a conflitualidade de grande intensidade a deixarem a sua marca de forma bem vincada.

Em 2003, observadores eleitorais internacionais que acompanhavam as eleições parlamentares desse ano denunciaram que o sufrágio tinha sido fraudulento. Na sequência disso, um pouco por toda a Geórgia se verificou uma verdadeira onda de insatisfação popular contra a presidência de Eduard Shevardnadze. Este período de contundentes protestos ficou conhecido por Revolução das Rosas¹³ e baseou-se no desgaste da

¹³ A Revolução das Rosas foi a designação atribuída ao movimento popular que ocorreu na Geórgia no ano de 2003. Esta época de contestação constituiu um símbolo da insatisfação e revolta contra a fragilidade da

população perante a situação negativa em que o país se encontrava, quer do ponto de vista político, quer económico. A intensidade deste movimento foi de tal ordem que Eduard Shevardnadze não encontrou uma alternativa que não passasse pela sua resignação (Rayfield, 2012: 392).

Sucedeu-lhe, no ano de 2004, Mikheil Saakashvili (um dos grandes símbolos da Revolução das Rosas), e com uma nova liderança em Tbilisi o esforço encetado desde o primeiro instante revelou uma linha política de rutura com a orientação seguida por Eduard Shevardnadze. Isto é, Mikheil Saakashvili procurou uma verdadeira independência em relação à Rússia, optando, em seu lugar, por uma aproximação ao ocidente, nomeadamente à União Europeia e aos próprios Estados Unidos da América, veja-se que o novo líder do executivo georgiano gozava de especial proximidade à administração de George W. Bush (Guedes, 2009: 31-32).

Na base de sustentação do governo de Mikheil Saakashvili estava a retórica nacionalista. Contudo, esta demarcava-se da visão de Zviad Gamsakhurdia por ser de matriz inclusiva, ou seja, referindo-se a todos os cidadãos georgianos e não apenas àqueles de etnia georgiana. Esta mesma visão aglutinadora repercutiu-se nas várias deslocações de Mikheil Saakashvili às zonas de forte presença abecásia, osseta, azeri e arménia que ainda estavam sob a alçada governativa de Tbilisi.

Na génese desta linha de ação estava a necessidade de obtenção de apoio popular para que se pudessem cumprir os anseios, por parte do novo executivo, de recuperação da integridade territorial da Geórgia. Além desta meta, a administração encarava também como prioridades a construção do Estado (que esperava poder dotar de instituições e estruturas públicas credíveis e eficazes que pudessem prestar serviços de qualidade de forma a dar resposta às necessidades da população), a promoção da economia e a melhoria do sistema de tributação do país (Aphrasidze e Siroky, 2010: 130-131).

Para concluir, é importante voltar a sublinhar que a história georgiana está muito próxima à Rússia em vários momentos, fosse o território um protetorado do gigante vizinho ou parte integral do seu todo. Ora, esse fator de proximidade que por tantos anos se estendeu ajuda-nos a compreender que subsistam entre a população da Geórgia

economia, os índices de pobreza crónica do país e a corrupção, já muito enraizada na classe política tal como é demonstrado pelo caso de fraude eleitoral que fez estalar os protestos. Nesse sentido, os manifestantes reivindicavam a unificação, a segurança e o bem-estar da Geórgia. Estas ações tiveram o seu auge aquando da interrupção, por parte de alguns dos mais destacados líderes deste movimento de insurreição (que traziam consigo rosas), da primeira sessão do recém-eleito parlamento. O desfecho que se veio a verificar satisfaz as ambições imediatas dos defensores da mudança, uma vez que Eduard Shevardnadze resignou ao cargo de Presidente da República (Aphrasidze e Siroky, 2010: 130).

perceções nem sempre convergentes acerca do povo russo e da influência das suas elites governativas nas suas vidas.

Num momento posterior, a independência do país não se iniciou de modo particularmente pacífico, tendo-se, inversamente caracterizado por épocas de tremenda violência que acabaram por atrasar o expectável desenvolvimento nacional. Isto é, com todas as dimensões de aprendizagem inerentes a uma guerra civil, anos de instabilidade política, disputas étnicas e ações de protesto contra os titulares do governo, a construção do Estado na Geórgia apresentava múltiplas insuficiências nos mais diversos quadrantes, apesar de estarmos a analisar uma Nação tão jovem. Contudo, e com base no conjunto de circunstâncias já apresentadas, é justo inferir que a população tem procurado consolidar as suas instituições de forma a exigir um desempenho diferente, mais responsável e eficiente, dos seus órgãos governativos, passando, por isso, a sociedade civil como um todo por um período de fortalecimento coletivo.

2.2. Breves apontamentos históricos sobre a Abecásia

No que concerne ao posicionamento geográfico da Abecásia, este território fica localizado entre a Rússia e a Geórgia, sendo banhado pelo Mar Negro e tendo como capital a cidade de Sukhumi (consultar Anexo 2).

Do ponto de vista histórico, consideramos ser proveitoso começar por referenciar que a região da Abecásia apresenta uma integração territorial na Geórgia com algumas discontinuidades. Isto é, verificaram-se, no passado, algumas transferências de soberania (como sucedeu, a título de exemplo, a partir da segunda metade do século XVI, altura em que fez parte do Império Otomano) e períodos em que, mesmo incorporada na Geórgia, apresentava uma situação de administração especial que conferia à Abecásia uma maior autonomia (Rayfield, 2012:172).

Como prova disso mesmo, podemos observar que aquando do princípio do século XIX, o estatuto da região fazia desta um Principado da Geórgia. Algo que também não se viria a mostrar definitivo, pois a dependência governativa da Abecásia voltaria a ser modificada no ano de 1810, quando o Império Russo a tornou num protetorado seu. Porém, a aproximação ao Império Russo transcendeu a dimensão do protetorado, tendo a Abecásia, no ano de 1864, sido formalmente anexada (Rayfield, 2012: 300).

Em 1917, toma lugar a Revolução Russa, que, com o fim do czarismo, dá início a uma época de transição e instabilidade que viria a dar origem, no ano de 1918, à República Democrática da Geórgia, a qual veio a incluir a Abecásia (apesar da região usufruir, ao abrigo do sistema jurídico e administrativo da nova entidade estatal, um certo grau de autonomia) (Beradze, Topuria e Khorava, 2009). Porém, a efervescência da cena política estava ainda muito presente e a dissolução deste novo Estado consumou-se três anos depois.

No ano de 1921, a Abecásia volta à esfera de influência russa ao tornar-se numa república soviética autónoma, a República Socialista Soviética da Abecásia. Porém, apesar da designação, acabou por se verificar tratar-se de uma república da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas de curta duração. Isto porque, poucos meses depois, e mediante um tratado especial de aliança, ficou associada à também recém-criada República Socialista Soviética da Geórgia (num sistema em que a Abecásia delegava alguns poderes soberanos em nome de uma união política, militar e financeira com a Geórgia). Este regulamento tão singular viria a ser plasmado na própria Constituição da Geórgia, de 1925 (Ramírez, 2013: 104).

Em 1922, a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas é fundada. E com o novo modelo estatal novas alterações se voltaram a dar no estatuto da Abecásia (entenda-se que, neste momento, falar nesta região implica, por conta da associação acima mencionada, referir-nos à Geórgia), que passa agora a fazer parte da República Socialista Federativa Soviética Transcaucasiana (GlobalSecurity.org, b, s.d.).

No ano de 1931, a moldura legal da Abecásia voltaria a mudar, na sequência de uma reforma administrativa conduzida pelo Secretário-Geral do Partido Comunista da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, Josef Stalin (vale destacar que este líder nasceu na Geórgia). A partir de então, a região passa a designar-se de República Autónoma Socialista Soviética da Abecásia e seria incorporada na República Socialista Soviética da Geórgia, ou seja, Sukhumi passaria a responder perante Tbilisi. Esta foi uma demonstração clara de negação da autenticidade étnica e cultural abecásias por parte de Josef Stalin, que encerrou escolas que lecionavam no idioma local e pressionou a população a falar o idioma russo ou georgiano (Ramírez, 2013: 104, 121).

Em 1936, ocorre um ligeiro volte-face, com a dissolução da República Socialista Federativa Soviética Transcaucasiana a ditar a separação das 3 repúblicas que a compunham. A partir desta altura, e até 1991, Geórgia, Arménia e Azerbaijão

permaneceriam na União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, mas sem o vínculo de integração jurídica e regional entre si (GlobalSecurity.org, b, s.d.).

No ano de 1953, dá-se a morte de Josef Stalin e, com ela, os anseios nacionalistas dos abecásios ganham um novo ímpeto, agora que havia falecido um dos líderes que mais reprimia os traços característicos desta população e que mais a conduzia à aculturação e assimilação dos costumes georgianos (Ramírez, 2013: 122).

Subsequentemente, na década de 1970, são encetados esforços pelos abecásios para se unirem à União das Repúblicas Socialistas Soviéticas de forma plenamente independente. Em jeito de resposta a essas reivindicações, Moscovo lançou um programa de desenvolvimento cultural e económico muito vocacionado para a potenciação da identidade abecásia, de forma a serem reduzidas as tensões com os georgianos. Nesse pacote de medidas constavam, por exemplo, a educação em língua abecásia e o aumento da representatividade deste povo na administração e na política, áreas que eram dominadas pela Geórgia (Ramírez, 2013: 105).

No final dos anos 1980, a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas exibia nítidos sinais de desunião e de desagregação, tendo a queda do muro de Berlim, em 1989, representado o expoente máximo dessa fragilidade que já se fazia sentir um pouco por todo o bloco soviético. Ora, essa mesma instabilidade fazia sentir-se na Geórgia, que ia também mostrando sinais de querer ser um Estado independente. Perante todos estes desenvolvimentos, os abecásios, receosos de virem a perder o seu estatuto de autonomia caso Tbilisi se separasse da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, aproveitaram as circunstâncias para renovarem os seus anseios secessionistas.

Contudo, as suas pretensões esbarraram numa firme resistência georgiana. Aliás, a liderança de Tbilisi da época reinstituíu o idioma georgiano nas escolas abecásias, o que, associado a medidas semelhantes, agravou as tensões regionais. Posto isto, o que se seguiu foi um conjunto de violentos confrontos em Sukhumi que, em certa medida, simbolizam o princípio das hostilidades entre abecásios e georgianos (Ramírez, 2013: 105).

O ano de 1991 é fundamental, pois em abril a Geórgia torna-se independente da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas. Nesse sentido, há que salientar dois aspetos. Primeiro, num referendo lançado, em março, pelo líder soviético Mikhail Gorbachev sobre a necessidade de preservar a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, a Abecásia votou esmagadoramente a favor, apesar da Geórgia, no seu território, ter boicotado a consulta popular. Segundo, o novo Presidente georgiano, Zviad

Gamsakhurdia, aquando da sua ascensão ao poder, anulou as fronteiras internas e incluiu neste processo a Abecásia (The School of Russian and Asian Studies, 2015a).

No ano seguinte, a convulsão política interna na Geórgia leva à ocorrência de um golpe de Estado. O ambiente caótico é aproveitado pelos líderes abecásios que, entretanto, reafirmam as ambições independentistas e anulam as leis georgianas, substituindo-as pela Constituição de 1925 que, recorde-se, fazia da Abecásia uma república soberana (Ramírez, 2013: 105).

A reação georgiana não se fez esperar, tendo-se desencadeado, em agosto, uma escalada da conflituosidade de contornos bélicos em nome da recuperação do controlo sobre a Abecásia, com Tbilisi a lançar as forças armadas no terreno que, posteriormente, ocuparam Sukhumi. Estalaram, deste modo, os confrontos. E ainda que não se tivessem revelado duradouros, haveriam de ser marcados por intensas violações dos direitos humanos e do direito humanitário internacional pelas partes envolvidas (The School of Russian and Asian Studies, 2015a).

No princípio de setembro, chegou-se a um acordo de cessar-fogo em Moscovo, no qual participaram a Geórgia, a Rússia e, naturalmente, os líderes abecásios. Porém, este nunca foi verdadeiramente implementado, dadas as tensões persistentes e as acusações mútuas de violação do acordo. Como resultado, os violentos combates recomeçaram (GlobalSecurity.org, c, s.d.).

Em 1993, a Organização das Nações Unidas resolve intervir no conflito e é aprovada a resolução que estabelece a Missão da Organização das Nações Unidas na Geórgia (United Nations Observer Mission in Georgia, em inglês), que se propõe a verificar o cumprimento do cessar-fogo. Contudo, mesmo já com a Organização das Nações Unidas na equação a batalha prossegue e as forças abecásias conseguem, inclusivamente, recuperar o controlo da sua capital, apesar dos constantes apelos da Organização das Nações Unidas para que se interrompessem as disputas em curso.

Para além da Organização das Nações Unidas, muitas outras entidades viriam a recriminar o grau de violência praticado, que foi de tal ordem que motivou, por parte de Tbilisi, a acusação de que os separatistas tinham levado a cabo uma limpeza étnica contra os cidadãos da Geórgia presentes naquela região. Neste volte-face dos acontecimentos, o apoio da Rússia (direto e indireto) foi essencial para consumir a contraofensiva dos separatistas (GlobalSecurity.org, c, s.d.).

No ano seguinte, e com o consentimento da Abecásia, Rússia e Geórgia, foi destacada uma equipa russa de agentes de manutenção de paz para a região secessionista.

Ainda em 1994, foi assinado em Moscovo um acordo de cessar-fogo entre Geórgia e Abecásia, na qual era autorizada e instituída a missão de manutenção de paz, com a Missão de Observação da Organização das Nações Unidas na Geórgia também a vigiar as operações de todos os atores no terreno (GlobalSecurity.org, c, s.d.).

Entretanto, a 30 de novembro de 1994, é promulgada uma Constituição pelos líderes separatistas, na qual é declarada a independência da Abecásia. Contudo, até aos dias de hoje, o seu reconhecimento internacional limita-se a ser atribuído pela Rússia, Nicarágua, Venezuela e Nauru (Ramírez, 2013: 106).

A partir de então, a relação com a Geórgia entrou numa fase menos tensa. Ainda assim, sucederam alguns episódios esporádicos de violência que demonstraram que o conflito é real e está latente. Em 1998, por exemplo, ocorreu um desses casos, quando as tropas abecásias reagiram às provocações de grupos de guerrilheiros georgianos instalados no distrito abecásio de Gali. E também em 2001, quando ocorreu uma ligeira disputa pelo vale de Kodori, na Abecásia, em que os georgianos contaram com o apoio de militantes chechenos (Human Rights Watch, 2001).

Por fim, importa deixar uma nota para a eleição, no ano de 2004, de Mikheil Saakashvili para Presidente na Geórgia, uma vez que este chefe de Estado voltou a dar importância às questões da integridade territorial e da soberania. Mais à frente, porém, poderemos verificar de que forma o novo líder teve influência no conflito de 2008.

Vale a pena frisar, uma vez feita uma muito breve revisão da história da Abecásia, que a intermitência no que toca à sua integração na Geórgia tem sido uma realidade bem presente. Simultaneamente, as ligações à Rússia tendem a ser consistentes, o que se aplica quer estejamos a falar de um regime de república soviética autónoma, quer de uma incorporação em união com a Geórgia na União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, quer no que respeita ao apoio mais recente dispensado por Moscovo à persecução dos objetivos e causas dos abecásios.

Ora, a juntar a estas circunstâncias consideramos, igualmente, que cabe salientar que as aspirações secessionistas nunca foram esquecidas, especialmente aquando dos períodos em que os abecásios viveram sob a alçada de Tbilisi, o que, geralmente, implicou instabilidade e convulsão na Geórgia à conta das ditas ambições. Desta forma, podemos observar, em breves linhas, um amplo conjunto de elementos demonstrativos de desacordo e divergência entre as lideranças dos dois territórios.

2.3. Breves apontamentos históricos sobre a Ossétia do Sul

Analise agora brevemente a história da Ossétia do Sul, um território, cuja capital é Tskhinvali, situado no norte da região central da Geórgia e que faz fronteira, a norte, com a Ossétia do Norte-Alania, uma república integrante da Federação Russa (consultar Anexo 2).

A origem dos ossetas na zona sul do Cáucaso é tema de variadas disputas e discussões entre estes e os georgianos. No centro do problema reside a dúvida sobre a quem, historicamente, pertencem as terras que ocupam, ou, quem primeiro as povoou, ossetas ou georgianos. Do lado dos georgianos, defende-se a visão de que os ossetas migraram da Ossétia do Norte para a Geórgia nos séculos XVII e XIX.

Ora, segundo podemos observar na obra de Ian Bremmer e Ray Taras (1993: 294-295), o antigo Presidente georgiano Zviad Gamsakhurdia tê-los-ia apelidado de “convidados ingratos”, pois atendendo a que não tinham raízes históricas no país não teriam direito à autonomia territorial.

Quanto aos ossetas, estes alegam serem os descendentes dos alanos, uma tribo que na Antiguidade se fixou no Cáucaso, tendo-se misturado com a população local. Na sua visão, a Ossétia do Sul trata-se da zona sul da nação osseta, garantindo que desde há mais de mil anos que vivem lado a lado com os georgianos (Siukayev *apud* Cornell: 2002: 188).

Avancemos, porém, para o século XVIII, altura em que os ossetas decidem desenvolver relações de proximidade com a Rússia. Segundo a plataforma osseta iratta (2007), este povo via na Rússia um sistema de governação poderoso e organizado, junto do qual a aliança poderia ser duplamente vantajosa: primeiro, tratava-se de um país que poderia defender os ossetas contra ameaças externas; segundo, poder-se-ia avançar no sentido de uma proveitosa parceria comercial.

Subsequentemente, verificou-se existir uma convergência de interesses entre ossetas e russos, uma vez que os primeiros ambicionavam proteção externa para recuperar os seus territórios históricos no norte do Cáucaso, enquanto que aos segundos era apelativa a panóplia de recursos minerais (onde abundava ouro, prata e pedras preciosas) ao dispor dos ossetas.

Nesse sentido, e baseando-se neste duplo compromisso, a liderança russa aceitou a responsabilidade de proteção sobre os ossetas e a relação prosperou. No seguimento

disso, em 1774, as sociedades ossetas chegaram, inclusivamente, a integrar o Império Russo. Iniciava-se, desta forma, uma relação de proximidade à Rússia que se haveria de estender até aos dias de hoje (iratta, 2007).

Entretanto, a turbulência maior vivida pelos ossetas ocorre somente no ano de 1917, devido à revolução russa. No ano seguinte, esta época de transformação continuou, com a Ossétia do Sul a ser incorporada pelos georgianos na recém-criada República Democrática da Geórgia. À conta disso, as relações entre ossetas e georgianos deterioraram-se enormemente, com o executivo de Tbilisi a acusar os líderes de Tskhinvali de colaborarem com os bolcheviques (lembre-se que o governo georgiano apoiava o Governo Provisório Russo, o qual haveria de cair perante a ação bolchevique) (The School of Russian and Asian Studies, 2015b).

Em 1919, a tensão e a violência sobem de nível, com o exército georgiano a entrar em Tskhinvali para impossibilitar a ação do Conselho Nacional da Ossétia do Sul, o órgão de governação local que havia surgido após a dissolução do Império Russo. Adicionalmente, no ano seguinte, os ossetas encetaram uma tentativa de unificação da sua nação dividida (entre norte e sul), tendo proclamado o poder soviético. Estava semeado o conflito (iratta, 2007).

A resposta a este desafio à autoridade de Tbilisi fez-se pela violência e por intermédio das forças armadas georgianas, sob a justificação oficial de que a Ossétia do Sul não existia, mas sim uma única Geórgia. Só em 1921, e com o auxílio militar russo se pôs fim à onda de confrontos e destruição que opôs georgianos a ossetas (iratta, 2007).

No seguimento desta ação por parte de Moscovo, deu-se a incorporação de ambas as partes conflitantes na União das Repúblicas Socialistas Soviéticas. Assim, em 1922, os ossetas são incluídos na Geórgia para pertencerem à República Socialista Federativa Soviética Transcaucasiana. Posteriormente, mesmo com o fim desta entidade, a população da Ossétia do Sul integra a República Socialista Soviética da Geórgia. Ainda assim, e apesar da dependência institucional a Tbilisi, os ossetas viram ser-lhes concedido o estatuto de Região Autónoma (Ramírez, 2013: 107).

Sob a alçada da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, a Ossétia do Sul testemunhou um considerável grau de desenvolvimento aliado a um notável sentido de autonomia, fosse nas sucessivas construções em Tskhinvali ou na utilização do seu dialeto como língua oficial e de instrução nas escolas. Pode, portanto, inferir-se que, durante uma grande parte do período soviético, a coexistência entre georgianos e ossetas se desenvolveu de maneira tranquila (The School of Russian and Asian Studies, 2015b).

No entanto, a partir de meados da década de 1980, quando Mikhail Gorbachev já liderava os destinos da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, começaram-se a intensificar os sinais de esgotamento do modelo de governação soviético e as tensões voltaram a vir ao de cima. Nessa época, e para contrariar essa realidade, foram lançados dois grandes pacotes de medidas, a *glasnost* e a *perestroika*¹⁴. Mas, mesmo com esta iniciativa legislativa, Moscovo não foi capaz de travar o ressurgimento de anseios independentistas tanto da Ossétia do Sul como da Geórgia. No primeiro caso, os ossetas pretendiam maior autodeterminação para que, posteriormente se pudessem reunificar com a Ossétia do Norte numa única nação osseta. No caso dos georgianos, cresciam no seio da sociedade os sentimentos anticomunistas e nacionalistas, algo que levou a que Tbilisi decretasse o georgiano a língua de todo o território, mesmo na Ossétia do Sul (Ramírez, 2013: 108).

Perante estes desenvolvimentos, os líderes de Tskhinvali responderam, em 1989, com um apelo ao Soviete Supremo da Geórgia pela conversão da Ossétia do Sul de Região Autónoma para República Autónoma. Esta alteração estatutária foi, como seria expectável, mal recebida entre os líderes de Tbilisi, que rejeitaram esta ação (International Crisis Group, 2004).

Os antagonismos, já profundos, vieram a densificar-se quando, em 1990, Tbilisi proibiu os partidos regionais (como era o caso dos ossetas). Como forma de demonstrarem a sua insatisfação e revolta contra todas estas circunstâncias, os ossetas declararam, em setembro desse mesmo ano, a sua total soberania no seio da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (International Crisis Group, 2004).

Entretanto, na Geórgia, subiu ao poder Zviad Gamsakhurdia, que advogava a independência da Geórgia sob uma liderança unificada. Nesse sentido, a 11 de dezembro, aboliu o estatuto de autonomia da Ossétia do Sul e declarou estado de emergência naquela região (GlobalSecurity.org, d, s.d.).

¹⁴ Aquando do mandato de Mikhail Gorbachev como Secretário-Geral do Partido Comunista da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (que ocorreu entre 1985 e 1991), o executivo levou a cabo um conjunto de medidas destinadas a reformar tanto a economia como o sistema político. Esta linha de ação baseou-se no entendimento de Mikhail Gorbachev de que uma democratização das estruturas soviéticas iria trazer benefícios para todo o aparelho estatal. Assim sendo, foram lançados dois grandes conjuntos de medidas: a *glasnost* (que remete para abertura, transparência) e a *perestroika* (que se refere a uma reestruturação). A primeira trouxe alguns desenvolvimentos referentes à liberdade de expressão e de informação, tendo nesse contexto o governo chegado a repudiar o totalitarismo com que Stalin liderara a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas algumas décadas antes. A *perestroika*, por seu lado, introduziu, ainda que de forma tímida e limitada, os primeiros mecanismos de mercado livre que deveriam iniciar a descentralização económica, fazendo com que o Estado interviesse com menor intensidade nesse género de matérias (McNair, 1991).

O conflito era de tal forma inevitável que se iniciaram as hostilidades em janeiro de 1991, quando as forças de segurança georgianas ocuparam a maior parte de Tskhinvali. Seguiram-se vários meses de agressivos e sangrentos combates, com a Rússia a prestar apoio a ambos os lados em disputa, refletindo, assim, a divisão interna que marcava a implosão da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (Ramírez, 2013: 108).

Nesta complexa sucessão de eventos, 1991 acaba por ser um ano de viragem na história da região. Isto porque, enquanto a violência tomava conta da Ossétia do Sul, os ossetas num referendo sobre a necessidade da preservação do espaço soviético votaram maioritariamente a favor; a Geórgia torna-se um Estado independente; e, no final do ano, a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas é declarada extinta. No seguimento desse término, os ossetas declararam a independência da República da Ossétia do Sul (Ganço, 2009: 27).

Já em 1992, os ossetas voltam às urnas para votarem um novo referendo. Nesta consulta popular, a esmagadora maioria dos eleitores votaram pela independência do seu território e posterior incorporação à Rússia, visto que era este o Estado considerado sucessor da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (Ganço, 2009: 27).

Enquanto isso, os confrontos que se registaram entre georgianos e ossetas atingiram níveis muito altos de brutalidade, tendo causado múltiplas mortes e feridos e a destruição de hospitais e escolas. Contudo, de parte a parte se faziam ouvir denúncias de atrocidades cometidas aquando deste aceso período de acesa discórdia (The School of Russian and Asian Studies, 2015b).

Também no ano de 1992, a fase sangrenta do diferendo entre Tbilisi e Tskhinvali viria a conhecer o seu fim, mediante um acordo de cessar-fogo de iniciativa russa, assinado a 24 de junho em Sochi, entre a Rússia, na pessoa do Presidente Boris Yeltsin e a Geórgia, representada já por Eduard Shevardnadze (International Crisis Group, 2004).

Entre as várias cláusulas que compunham este acordo, ficou delimitada, na fronteira da Ossétia do Sul uma zona desmilitarizada e um corredor de segurança. Para além disso, foi instituída uma Comissão de Controlo Conjunto (que combinava representantes da Ossétia do Norte, Ossétia do Sul, Rússia e Geórgia) encabeçada pela Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OSCE), cujo mandato incluía a observação do respeito dos termos do acordo, a promoção do diálogo, a reconstrução económica e a monitorização dos direitos humanos. Simultaneamente, foi criada uma Força Conjunta de Manutenção de Paz de liderança russa (que contava com elementos russos, ossetas e georgianos) (International Crisis Group, 2004).

A partir de então, as relações entre ossetas e georgianos entram num momento de desanuviamento e de relativa estabilização. A prova disso é que as partes envolvidas assinaram, em 1996, um memorando destinado a aumentar a segurança na zona e consolidar medidas de confiança. Na mesma época, e ainda no sentido de apaziguar os ânimos, procede-se a uma gradual desmilitarização da zona do conflito e a uma redução dos guardas e respetivos postos de observação que compunham a força de manutenção de paz (Ganço, 2009: 29).

A contrastar com esse clima de maior serenidade, e ainda em 1996, a Ossétia do Sul leva a cabo eleições presidenciais. A reação georgiana foi de reprovação por este sufrágio, uma vez que Tbilisi considerava que aquele território era pertença sua, não reconhecendo, por isso, a legitimidade da liderança *de facto* do executivo de Tskhinvali (Ramírez, 2013: 108).

Para finalizar, importa sublinhar a relevância da eleição, em 2004, de Mikheil Saakashvili para Presidente na Geórgia, pois, subsequentemente, o novo chefe de Estado propôs a Tskhinvali autonomia, mas sob a égide do Estado georgiano. Porém, esta oferta não satisfaz as ambições independentistas e de autodeterminação nutridas pelos ossetas que, no ano de 2006, tornam a votar em mais um referendo. O resultado que se verificou não causou nenhum tipo de surpresa, com o povo daquele território a optar, uma vez mais, pela independência da Geórgia e subsequente união à Ossétia do Norte, ou seja, à Rússia (Ramírez, 2013: 108).

Em síntese, podemos constatar que a relação entre ossetas e georgianos não apresentou traços característicos particularmente pacíficos ao longo dos tempos, o que alimentou, nos primeiros, os seus desejos de independência sempre que se encontravam sob domínio de governantes georgianos. À semelhança do registo da Abecásia, também o povo da Ossétia do Sul apresentou relevantes ligações à Rússia, fosse sob liderança do seu regime imperial, fosse na modalidade da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, fosse nas posteriores iniciativas de apoio aos anseios ossetas.

A combinação destas dinâmicas de relação tão opostas, a juntar-se aos objetivos de independência dos ossetas, ditou que a cisão destes com os governantes de Tbilisi progredisse mais do que regredisse, o que indicou que a divergência teria ainda margem para se acentuar, conforme se viria a verificar.

2.4. A eminência da eclosão do conflito

Vistos que estão alguns apontamentos históricos referentes à Geórgia, à Abecásia e à Ossétia do Sul, importa, neste momento, salientar alguns dos fatores que, de forma mais imediata, tiveram um impacto suficiente para serem também responsáveis pelo conflito que se viria a registar no ano de 2008.

No que concerne a uma análise mais ampla dos acontecimentos, foquemo-nos na posição russa. Importa começar por referenciar que o crescimento do institucionalismo europeu e atlântico em regiões historicamente afetadas à antiga União das Repúblicas Socialistas Soviéticas é sempre algo acolhido com alguma suspeição por parte de Moscovo. Referimo-nos, em concreto, ao ano de 2004, no qual a União Europeia realizou o quinto alargamento da sua história, passando, a partir de então, a contar com: Malta, Chipre, República Checa, Hungria, Estónia, Letónia, Lituânia, Polónia, Eslovénia e Eslováquia (Europa, s. d.). Nesse mesmo ano, também a Organização do Tratado do Atlântico Norte (NATO, no acrónimo em inglês) realizou uma grande ampliação dos seus Estados-membros, estendendo-se, então, à Bulgária, Estónia, Letónia, Lituânia, Roménia, Eslováquia e Eslovénia (NATO, s. d.). Ainda que o Kremlin veja a União Europeia como um parceiro, algumas vezes, e como uma entidade competidora, noutras ocasiões, o mesmo não sucede em relação à Aliança Atlântica¹⁵. Isto é, na visão dos dirigentes russos, os alargamentos da Organização do Tratado do Atlântico Norte sobre as antigas possessões soviéticas representam uma ingerência numa esfera de influência sobre a qual Moscovo tenta recuperar alguma da preponderância que há algumas décadas atrás era inteiramente sua, encarando esse fenómeno de expansão ocidental com uma grande desconfiança. Por outras palavras, é visível que o difícil quadro de relacionamento entre os dois atores tem causado feridas aos interesses nacionais russos, colidindo com as visões de política externa, defesa e segurança preconizadas por Vladimir Putin e também por Dmitri Medvedev (Fânzeres, 2014: 126-131).

Serve esta contextualização para clarificar as dinâmicas de poder que se iam alterando no espaço pós-soviético e que faziam com que a Rússia se sentisse cada vez mais encurralada, mais cercada, pelos seus vizinhos e ex-parceiros. Nesse sentido, foi com uma preocupação acrescida que o Kremlin viu Mikheil Saakashvili subir ao poder com uma agenda pró-europeia, pró-atlântica, de liberalização económica e de edificação

¹⁵ Designação alternativa comumente atribuída à Organização do Tratado do Atlântico Norte.

institucional, em suma, com um programa de governo todo ele de matriz ocidental (Cornell e Nilsson, 2009: 253).

Nesse sentido, a conexão entre a chegada à presidência de Mikheil Saakashvili e um novo período de intensificação das tensões regionais, quer entre Tbilisi e Moscovo, quer entre Tbilisi, Sukhumi e Tskhinvali, não se trata de uma coincidência. É, isso sim, o reflexo da ambição da reunificação do território georgiano, do desejo de reincorporação da Abecásia e da Ossétia do Sul à alçada georgiana por parte de um novo executivo que chegava ao poder galvanizado e legitimado por um contundente resultado de 96% no sufrágio de janeiro de 2004 (Rayfield, 2012: 392).

No que se refere à Abecásia, o expoente dessa prioridade política deu-se em 2006. Neste ano, o executivo de Mikheil Saakashvili ordenou uma operação policial para retomar o controlo do vale de Kodori, tendo sido esse o resultado obtido (Ramírez, 2013: 107). Esta constituiu uma das principais afrontas dos georgianos sobre os abecásios, o que acabaria por redundar num ressurgimento dos antagonismos que, como já pudemos verificar, marcaram ao longo do tempo a relação entre o povo de Sukhumi e de Tbilisi.

Quanto à Ossétia do Sul, também neste território secessionista se fez sentir uma renovada onda de turbulência aquando da chegada de Mikheil Saakashvili à liderança do governo georgiano. Entre os episódios mais significativos dessa retoma de tensões, regista-se o dia 3 de junho de 2004, quando a Geórgia enviou para Tskhinvali um grande número de carros de combate, veículos armados, mísseis e agentes de manutenção de paz, tendo também operacionais destacados nas imediações da capital osseta. Outra ocorrência que marcou este período deu-se em maio de 2006, quando forças armadas russas ligadas à Força Conjunta de Manutenção de Paz atravessaram o túnel de Roki (que liga a Ossétia do Norte, na Rússia, à Ossétia do Sul) para renderem outros operacionais no terreno. A Geórgia acolheu esta movimentação como desafiadora e provocatória, por considerar que Moscovo estava a usar essa justificação para encobrir o grande reforço do contingente presente no local. A partir de então, a Geórgia acusou a Rússia de ter realizado ataques aéreos no seu território, a Ossétia do Sul denunciou uma ofensiva armada de Tbilisi sobre Tskhinvali e a escalada das tensões foi-se prolongando com a perigosidade das ocorrências a agravar-se dia após dia (Sputnik, 2008).

Posto isto, vale a pena debruçarmo-nos um pouco mais sobre a visão russa. Numa primeira fase, o Kremlin não tinha a possibilidade de tensão interétnica entre georgianos e abecásios e ossetas e subsequente evolução para um conflito armado no topo da sua agenda. No entanto, um conjunto de fatores acabou por contribuir para que Moscovo

acabasse por seguir uma outra linha de ação, a saber-se: a deterioração das relações com a Geórgia (por conta da progressiva ocidentalização política e económica conduzida pelo executivo de Mikheil Saakashvili), a retoma da preponderância russa sobre o espaço pós-soviético e o apoio do ocidente à independência do Kosovo¹⁶. Sendo certo que o envolvimento russo junto dos movimentos secessionistas osseta e abecásio era já considerado como uma espécie de “mão invisível” que patrocinava e incentivava estas causas, a partir de meados de 2008 o apoio russo clarificou-se, tornando-se direto e declarado (Aphrasidze e Siroky, 2010: 133).

No verão desse ano, cada uma das partes envolvidas acusava a outra de ter iniciado a sucessão de hostilidades e violência acima referida e o cenário de conflito armado estava cada vez mais eminente num horizonte temporal próximo.

2.5. Cronologia do Conflito Russo-Georgiano de 2008

Nesta etapa de análise histórica da presente dissertação iremos, de seguida, debruçar as nossas atenções sobre o conflito que, no ano de 2008, opôs a Geórgia às respetivas regiões separatistas e à Rússia (consultar Anexo 3). Com a finalidade de se facilitar a explicitação e, posteriormente, o entendimento do encadeamento dos eventos ocorridos, optámos por repartir o relato da crise delimitando dia-a-dia a narração dos factos.

2.5.1. 7 de agosto – Ataque georgiano à Ossétia do Sul

No dia 7 de agosto de 2008, elementos de um grupo de trabalho sob o mandato da Organização para a Segurança e Cooperação na Europa detetaram movimentações militares inusuais a norte de Gori (importa referir que esta é a cidade de nascença de Josef Stalin), uma cidade próxima à fronteira sul da Ossétia do Sul e que, muito por causa disso,

¹⁶ Em fevereiro de 2008, as autoridades governamentais do Kosovo (um espaço geográfico que até então constituía uma província do sul da Sérvia) autoproclamaram a independência do seu território. Tendo-se seguido a fase do reconhecimento internacional, a Rússia (que apoiava a unidade do Estado sérvio) não reconheceu a República do Kosovo, enquanto que destacadas potências ocidentais (como a França, o Reino Unido, os Estados Unidos da América e a Alemanha) o fizeram logo nos primeiros dias. Este é o caso que tanto serve de exemplo para que as autoridades russas acusem o ocidente de desrespeito pelas normas que regem o sistema internacional, como também serve de precedente para legitimar a prestação de apoio, por parte do Kremlin, a outras causas independentistas, como, neste caso, a Abecásia e a Ossétia do Sul (Mikhelidze, 2009: 16).

acabaria por ser bastante fustigada pelo conflito armado. Ora, estas atividades incluíam a concentração de um elevado número de operacionais de artilharia do exército georgiano, bem como de lança mísseis (The New York Times, 2008).

Nessa mesma tarde, membros de um grupo russo de manutenção de paz afirmaram, junto da Organização para a Segurança e Cooperação na Europa, que as forças georgianas teriam lançado ataques a Khetagurovo, uma vila osseta (Times Online *apud* Abkhaz World, 2008). Subsequentemente, verificou-se que as tropas de Tbilisi estavam já instaladas em pontos elevados estrategicamente localizados em regiões da Geórgia nos arredores de Tskhinvali, a capital da Ossétia do Sul. Entretanto, o executivo de Tbilisi anunciou, unilateralmente e por ordem do Presidente Mikheil Saakashvili, um cessar-fogo (Russia Today, 2008a).

Porém, as hostilidades prosseguiram (BBC NEWS, 2008a), após os georgianos alegarem bombardeamentos ao seu território de autoria osseta (Times Online *apud* Abkhaz World, 2008). De acordo com o Ministro do Interior da Geórgia, Shota Utiashvili, os ataques da contraofensiva osseta tinham já causado feridos e várias mortes. A reação oficial da Ossétia do Sul foi de negação, recusando a autoria de quaisquer bombardeamentos, uma posição que foi suportada pela missão da Organização para a Segurança e Cooperação na Europa em Tskhinvali, que não registou os ataques atribuídos ao território independentista (The Washington Post, 2008).

Numa intervenção televisiva nessa noite, o Presidente Mikheil Saakashvili mostrou-se disponível para a amizade com o povo osseta, tendo salientado o seu desejo de pôr em prática algum tipo de compromisso que conduzisse à paz. No entanto, pouco depois dessa transmissão, a Geórgia iniciou uma série de ataques à Ossétia do Sul, violando o cessar-fogo decretado. Mikheil Saakashvili, em forma de justificação, disse ter recebido informações de que as forças armadas russas tinham atravessado o túnel de Roki e que a resposta necessária a essa ação, a essa movimentação militar por parte de Moscovo, seria a resposta de fogo em nome da defesa da soberania georgiana. Esta versão dos acontecimentos é liminarmente rejeitada pela Rússia, cujos representantes dizem não ter feito a travessia mencionada até ao momento da ofensiva georgiana (The Washington Post, 2008).

Segundo informações avançadas pela Organização para a Segurança e Cooperação na Europa, a partir das 23:45 os bombardeamentos executados a Tskhinvali nesta ação militar sucediam-se com intervalos entre os 15 e os 20 segundos, tendo-se prolongado a ofensiva com vários outros ataques à capital osseta (Times Online *apud*

Abkhaz World, 2008). Perante este cenário, o General Marat Kulakhmetov, líder das operações de manutenção de paz na Ossétia do Sul, afirmou que a Geórgia havia declarado guerra àquele território (RT, 2008d).

Nesta altura, surgiam já as primeiras reações de reprovação a estes ataques, tendo vários focos de poder como o Kremlin, a Casa Branca, a União Europeia e a Organização para a Segurança e Cooperação na Europa solicitado o fim da violência em curso (GlobalSecurity.org, a, s.d.).

2.5.2. 8 de agosto – A reação da Rússia

A 8 de agosto, dia da cerimónia de abertura dos Jogos Olímpicos em Pequim, as tropas georgianas avançavam na Ossétia do Sul, procurando recuperar a autoridade naquela região secessionista (King, 2008). Desde o princípio do dia que os ossetas estavam sob fortes ataques por parte da Geórgia, que ia recorrendo ao seu arsenal de mísseis para bombardear Tskhinvali (RT, 2008b). Entretanto, de Tbilisi surgiam ordens de mobilização total das forças armadas nacionais (GlobalSecurity.org, a, s.d.).

Padecendo de uma linha de defesa humana e materialmente incapazes de fazer frente à ofensiva georgiana, os líderes de Tskhinvali solicitaram proteção à Rússia, tendo nessa altura o Presidente Dmitri Medvedev iniciado já uma reunião de emergência com os elementos do seu governo para discutir o posicionamento de Moscovo neste diferendo (The School of Russian and Asian Studies, 2008).

Consequentemente, Sergei Lavrov, o Ministro russo das Relações Externas, apelou à Geórgia para que parassem os ataques e se passasse o contencioso para a mesa das negociações (RT, 2008d). Entretanto, a Rússia solicitou ao Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas que fosse emitido um pedido de cessar-fogo, uma iniciativa que não colheu a aceitação de todos os membros, ficando, desta forma, bloqueada (The School of Russian and Asian Studies, 2008).

A intervenção da Rússia, tornou-se mais musculada a partir do momento em que surgiram declarações oficiais que deram conta das intenções de Moscovo em proteger os seus cidadãos na Ossétia do Sul (veja-se que uma grande maioria desta população contava com passaportes russos), uma ação plenamente corroborada quer pelo Presidente Dmitri Medvedev quer pelo Primeiro-Ministro e antigo Presidente Vladimir Putin, que defendiam ter sido cometido um ato de agressão contra a Rússia, ao qual se devia retaliar (RT, 2008d).

Nesta altura, verificavam-se fluxos de refugiados a abandonar a Ossétia do Sul e a rumarem para norte em direção à Rússia, que tinha já a sua aviação a proceder à contraofensiva sobre a Geórgia com o auxílio de tropas já fixadas em Tskhinvali. A guerra de palavras prossegue com Sergei Lavrov a dar conta de limpezas étnicas conduzidas pelos georgianos nos territórios por estes ocupados na Ossétia do Sul, acrescentando que a comunidade internacional deveria estar mais atenta à venda de armas feita a Tbilisi. O governante, avalia, ainda, a situação na Ossétia do Sul como sendo uma catástrofe humanitária (RT, 2008d).

Perante todos estes eventos e todas estas declarações, o Presidente Mikheil Saakashvili também se imiscuiu com os meios de propaganda, concedendo uma entrevista na qual lançou duras críticas à atuação da Rússia na sua intervenção militar, que acusou de estar a incorrer nos crimes de limpeza étnica e genocídio (King, 2008). Também a Ministra das Relações Externas da Geórgia, Ekaterine Tkeshelashvili, fez um apelo à comunidade internacional ao afirmar que a Rússia deveria ser chamada à razão, uma vez que uma invasão a um Estado soberano é algo inaceitável. Mas os apelos georgianos foram mais longe, tendo sido pedido aos Estados Unidos da América que pressionassem a Rússia a fim de esta parar a sua agressão. Adicionalmente, a Geórgia baniu as transmissões televisivas das estações russas (RT, 2008d).

2.5.3. 9 de agosto – A Abecásia junta-se à discórdia

No dia 9 de agosto, o parlamento da Geórgia aprovou um decreto presidencial a declarar o estado de guerra (BBC NEWS, 2008b). Enquanto isso, os ataques russos a alvos militares georgianos prosseguiram, e as declarações contraditórias também, com ambos os lados a assumir terem Tskhinvali (entretanto já muito devastada pelos confrontos) sob o seu controlo (GlobalSecurity.org, a, s.d.).

Essa mesma lógica aplicou-se à contabilização das fatalidades registadas, uma vez que Sergei Lavrov mencionou que já 1.500 pessoas haviam perdido a vida desde o princípio dos ataques de Tbilisi à Ossétia do Sul, para além da população residente no território estar agora reduzida a metade devido ao grande número de deslocados. Perante estas declarações, a reação de Mikheil Saakashvili foi de negação, tendo o chefe de Estado afirmado que essa estatística não correspondia à realidade, tratando-se apenas de uma manobra propagandística. Nas palavras do líder georgiano, as suas forças não causaram,

virtualmente, a morte de ninguém, senão daqueles que se mostraram resistentes (GlobalSecurity.org, a, s.d.).

Os Estados Unidos da América condenaram, entretanto, a intervenção militar de Moscovo contra a Geórgia, tendo o Presidente George W. Bush afirmado que os ataques da contraofensiva russa estavam a ocorrer em zonas já distantes da Ossétia do Sul, e, portanto, já não estariam enquadrados na lógica da legítima defesa, incorrendo-se, em vez disso, na âmbito da escalada das tensões e da desproporcionalidade. Perante a pressão norte-americana o Kremlin defendeu-se, tendo alegado estar a conduzir uma operação de imposição de paz na Ossétia do Sul (GlobalSecurity.org, a, s.d.).

Neste contexto de conflito entre Geórgia, Ossétia do Sul e Rússia, mas contando já também com os olhares e as preocupações dos grandes focos de poder mundial, mais um ator se acabaria por juntar a toda esta equação, no caso, a outra região independentista georgiana, a Abecásia. Na sequência dos ataques russos a posições estratégicas georgianas nessa região, os abecásios tiraram partido do caos que se havia instalado e encetaram uma ação ofensiva destinada a recuperar o vale de Kodori (que, tal como já foi referenciado, se tratava de uma zona sob a soberania de Tbilisi que outrora havia estado sob controlo abecásio) (Ramírez, 2013: 115).

2.5.4. 10 de agosto – Troca de avisos na Organização das Nações Unidas

Este foi um dia em que a expressão genocídio voltou a estar na ordem do dia por parte dos líderes russos. Foi desta forma que o Presidente Dmitri Medvedev qualificou os ataques empreendidos por Tbilisi contra a população osseta, acrescentando que a violência não olhou a quaisquer tipos de limites, tendo custado a vida a russos, ossetas e agentes da operação de manutenção de paz. O líder disse, igualmente, que a ação militar continuaria até se restaurar a paz e os responsáveis pelas hostilidades serem punidos (GlobalSecurity.org, a, s.d.).

Estes mesmos argumentos foram reforçados por Vitaly Churkin, embaixador da Rússia para as Nações Unidas, enquanto que o seu congénere georgiano, Irakly Alasania, se referiu ao contexto de disputa como uma ocupação, processo de extermínio da população e aniquilação do Estado georgiano por parte de Moscovo (GlobalSecurity.org, a, s.d.). Ainda no âmbito da Organização das Nações Unidas, o representante norte-americano, Zalmay Khalilzad, avisou a Rússia de que este conflito iria ter repercussões

nas relações diplomáticas e institucionais entre ambos os países, reforçando o seu desagrado pela posição adotada pelo Kremlin (BBC NEWS, 2008b).

No terreno, a Geórgia sofreu bombardeamentos nas proximidades da sua capital, tendo o aeroporto tendo sido um dos alvos (GlobalSecurity.org, a, s.d.). Ao princípio da tarde, o executivo de Tbilisi enviou uma nota à Embaixada russa a anunciar a decisão de pôr termo às hostilidades. Porém, o Ministério das Relações Externas da Rússia deu conta de que os bombardeamentos não haviam cessado. Nesse sentido, Dmitri Medvedev sublinhou o caráter total e incondicional que teria de presidir à retirada georgiana (RT, 2008b).

Importa destacar que, neste dia do conflito, se registaram confrontos no mar, tendo a armada russa destruído um navio de mísseis georgiano que tentou atacar as forças navais de Moscovo ao largo da costa do Mar Negro. Estava em curso um bloqueio marítimo por parte da Rússia, que viria a ocupar o porto de Poti (de importância económica vital para Tbilisi) e a respetiva cidade. Enquanto isso, foram mobilizados militares russos para a Abecásia, de forma a ser garantido um apoio de maior proximidade junto à costa. De acordo com os georgianos, russos e abecásios ocuparam o vale de Kodori (Lee, 2012).

Entretanto, a situação humanitária da Ossétia do Sul começou a estar no cerne das preocupações dos atores envolvidos, tendo, desde logo, a Rússia e a União Europeia disponibilizado a sua ajuda financeira para a reconstrução da região (RT, 2008b).

2.5.5. 11 de agosto – A Rússia entra na Geórgia

Neste dia, quer russos quer georgianos continuaram as suas operações, havendo, de um lado, registos de ataques aéreos de Moscovo contra alvos georgianos próximos à Ossétia do Sul e mesmo a Tbilisi e, do outro lado, bombardeamentos a atingir Tskhinvali. Entretanto, as forças russas reforçaram o seu contingente de agentes da manutenção de paz e levaram a cabo aquilo a que designaram por ação preventiva, tendo cortado a autoestrada que fazia a ligação entre o oeste e este da Geórgia e penetrado no território georgiano (ocupando posições, por exemplo, nas proximidades de Senaki). Como justificação, alegaram que tal ação não transpunha nenhum limite, sustentando-o com os acordos de manutenção de paz para a Ossétia do Sul, assinados em 1992 (GlobalSecurity.org, a, s.d.).

Enquanto isso, e no sentido de se avançar para um desfecho pacífico, foi designada uma equipa de diplomatas europeus com a missão de fazer as partes envolvidas assinarem

um acordo que pudesse interromper as hostilidades. Essa equipa foi liderada pelo Ministro das Relações Externas francês, Bernard Kouchner, que visitou Gori, uma das zonas mais afetadas pelo conflito, aquando da ida à Geórgia para negociar a aceitação de um projeto de cessar-fogo com o executivo de Tbilisi (BBC NEWS, 2008b).

A negociação foi frutífera, com Mikheil Saakashvili a concordar com o documento proposto, que previa, essencialmente, um cessar-fogo com efeitos imediatos, prestação de cuidados médicos aos feridos e retirada das forças georgianas e russas das zonas de conflito (RES Information Agency, 2008). Os diplomatas iriam agora à Rússia negociar o apoio de Dmitri Medvedev a esta iniciativa, o que se mostrou mais complexo, dado que desde logo o Kremlin declinou a proposta por se continuarem a verificar bombardeamentos à Ossétia do Sul (BBC NEWS, 2008b)

Considere-se que o apoio concedido pela Casa Branca à causa georgiana não deixou o Kremlin indiferente, algo que foi manifestado pela voz do primeiro-ministro russo. Vladimir Putin acusou Washington de ter prejudicado as tentativas russas de restauração da paz na Ossétia do Sul, tendo acrescentado que os Estados Unidos da América não só não ajudaram como a sua ação veio causar um prolongamento do conflito, referindo-se ao transporte aéreo fornecido pelos americanos para transferir um contingente militar georgiano de uma missão no Iraque para o conflito contra os ossetas (GlobalSecurity.org, a, s.d.).

2.5.6. 12 de agosto – Cessar-fogo acordado entre as partes

Este foi o dia em que Dmitri Medvedev decidiu dar por finalizada a ação militar russa na Geórgia, tendo dado indicações às suas forças armadas para que não avançassem para lá das posições em que já estavam instaladas. De acordo com o chefe de Estado, o propósito da operação já havia sido alcançado, tendo sido garantida a segurança dos seus agentes de manutenção de paz e populações civis. Ainda segundo Dmitri Medvedev, o agressor sofreu significativas perdas, tendo-se revelado desorganizado. O governante russo aproveitou, igualmente, a ocasião para advertir os georgianos de que qualquer sinal de oposição violenta ou manifestação agressiva seria respondida com severidade (GlobalSecurity.org, a, s.d.).

Contudo, mesmo após as declarações do chefe de Estado russo, prosseguiu a sucessão de acusações de agressividade e violência de parte a parte e as respetivas negações que caracterizaram este confronto, tendo a Geórgia dado conta de

bombardeamentos em Gori, algo que foi prontamente negado pelas forças armadas de Moscovo, que responderam com denúncias similares. Porém, os oficiais da Rússia disseram que, nas zonas sob sua alçada, as operações em curso, como as dos serviços de inteligência, prosseguiriam até que viesse a público uma reação da administração de Tbilisi às palavras de Dmitri Medvedev (GlobalSecurity.org, a, s.d.).

Enquanto isso, as forças da Abecásia continuaram a repelir os georgianos do vale de Kodori, tendo consumado o sucesso da sua operação neste mesmo dia (The School of Russian and Asian Studies, 2008).

Ainda neste dia, o Presidente de França, Nicolas Sarkozy, desloca-se a Moscovo, em representação do Conselho da União Europeia, fazendo-se acompanhar por Bernard Kouchner, para discutir com Dmitri Medvedev uma solução pacífica para o conflito. Essa reunião acabaria por se materializar num acordo de paz de 6 princípios fundamentais, a saber-se: abstinência do uso da força; interrupção de todas as formas de hostilidade; livre acesso à assistência humanitária; abandono, por parte das forças georgianas, das suas posições permanentes; recuo, das forças russas, até aos limites onde estavam estacionadas até ao princípio das agressões; e um debate internacional acerca do futuro da Ossétia do Sul e da Abecásia (President of Russia, 2008).

No seguimento deste esforço diplomático levado a cabo em Moscovo por Sarkozy e apesar de todas as controvérsias militares e declarações inflamadas por parte dos líderes envolvidos, o Presidente Mikheil Saakashvili acabou por aceitar este acordo, no seguimento da visita do chefe de Estado francês a Tbilisi (BBC NEWS, 2008b).

2.6. Principais ocorrências no pós-conflito

Para encerrar este que é o capítulo de maior carga histórica desta dissertação, parece-nos importante prestar atenção a alguns dos mais relevantes desenvolvimentos que se verificaram imediatamente após os confrontos de agosto de 2008.

No dia 13 de agosto, logo após esta grande sucessão de eventos, o Presidente dos Estados Unidos da América, George W. Bush, anunciou que o seu país iria levar a cabo uma operação de ação humanitária em território georgiano liderada pelos seus militares. Adicionalmente, da Casa Branca vieram mais algumas mensagens, com o chefe de Estado a frisar que a Rússia deveria manter o seu compromisso e agir em nome do fim da crise vivida na Ossétia do Sul, já Condoleezza Rice, a Secretária de Estado norte-americana,

considerou que Moscovo exagerou seriamente na ação que levou a cabo na Geórgia. Em jeito de resposta, o Kremlin fez saber que Washington poderia ter de escolher entre a parceria com a Rússia ou com a Geórgia (BBC NEWS, 2008b).

Ainda no mesmo dia, pôde assistir-se a sobressaltos junto dos georgianos devido às movimentações das tropas russas, que agiam para lá dos limites da Abecásia e da Ossétia do Sul. Em resposta, os responsáveis de Moscovo explicaram que a sua presença em zonas não abrangidas pelos termos do cessar-fogo tinha que ver com a segurança da população, pois os militares estavam a dismantelar e desarmar o elevado número de peças de artilharia e equipamento de combate deixados no terreno pelas forças armadas da Geórgia (BBC NEWS, 2008b).

Um dia depois, a 14 de agosto, merece destaque a receção feita por Dmitri Medvedev, em Moscovo, aos líderes da Abecásia e da Ossétia do Sul, na qual é assinado um plano de paz decorrente do cessar-fogo deliberado. Nesta ocasião, o chefe de estado da Rússia aproveitou a oportunidade para realçar que apoiaria ambas as repúblicas secessionistas em qualquer opção que estas tomassem a propósito do seu estatuto (The School of Russian and Asian Studies, 2008). À margem deste evento, o Presidente da Ossétia do Sul, Eduard Kokoity, deixou bem vincado o seu sentimento em relação à Geórgia, tendo alegado que os agentes de manutenção de paz georgianos nunca mais pisariam solo osseta (Radio Free Europe/Radio Liberty, 2008).

No dia 15 de agosto, o Presidente Mikheil Saakashvili assinou o acordo de paz, tendo, porém, efetuado uma alteração, ao remover a sexta cláusula, precisamente aquela que fazia referência a um debate a ser feito em torno do futuro tanto da Ossétia do Sul como da Abecásia (Ganço, 2009: 46).

A 16 de agosto, seguindo o seu congénere georgiano, foi a vez do Presidente Dmitri Medvedev assinar o acordo de paz (The School of Russian and Asian Studies, 2008).

Daí a 10 dias, o parlamento russo reconheceu a independência da Abecásia e da Ossétia do Sul, tendo os representantes do Kremlin afirmado que este era o melhor meio de proteção dos respetivos povos contra uma nova agressão militar vinda da Geórgia (Nichol, 2009: 9).

2.7. Herança histórica do conflito

Para encerrar este capítulo, entendemos ser pertinente efetuar uma breve análise daquelas que são as principais heranças que advieram desta confrontação no sul do Cáucaso. Assim sendo, iremos repartir esta etapa da nossa dissertação dedicada às marcas do conflito na ótica da Rússia, Geórgia, União Europeia e Organização do Tratado do Atlântico Norte.

Em primeiro lugar, focamo-nos na posição russa. Na visão de Moscovo, a Geórgia constitui o agressor que desencadeou o conflito, ao qual a Rússia respondeu militarmente no sentido de fazer Tbilisi devolver o regresso à paz na Ossétia do Sul. As relações entre os dois países assistiram a uma enorme quebra, o que se materializou nas acusações vindas de Moscovo que acusavam o executivo de Mikheil Saakashvili de ter levado a cabo uma verdadeira limpeza étnica sobre as populações das regiões secessionistas (Ó Tuathail, 2008: 694-699).

Aquando das múltiplas críticas que se abateram sobre a Rússia a propósito da ação militar conduzida em solo georgiano, o executivo de Dmitri Medvedev apresentou um conjunto de argumentos legais que sustentassem a sua atitude. Nesse sentido, Moscovo justificou as suas ações alegando que a agressão georgiana à Ossétia do Sul representava um ataque à Rússia, que era necessário defender os agentes de manutenção de paz presentes na região e que lhe cabia defender os cidadãos russos nas áreas atacadas pelas forças de Tbilisi (Allison, 2009: 176-182).

Numa apreciação mais geral dos eventos de agosto de 2008, o Kremlin considera que a sua posição se alinhou numa postura de respeito para com as normas de solidariedade internacionais, uma vez que a sua ação firme fortaleceu a credibilidade do país enquanto Estado defensor da paz e dos valores humanitários (Allison, 2009: 188).

Já em relação à Geórgia, o executivo de Tbilisi considerou que a opinião pública do ocidente poderá ter sido vítima das manobras de propaganda russas, destinadas a atribuir as culpas dos confrontos ao governo de Mikheil Saakashvili. No seguimento de toda esta crise nacional, o Presidente georgiano lançou um conjunto de medidas e reformas (apeladas pelo próprio de Segunda Revolução das Rosas, num discurso proferido da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas) destinadas a auxiliar à recuperação do país.

Neste âmbito, destacaram-se as seguintes propostas: aumento dos poderes do parlamento, reforço e alargamento do financiamento estatal aos partidos da oposição, fortalecimento da propriedade privada e o lançamento de um canal televisivo que servisse de plataforma de difusão de ação política (Cornell e Nilsson, 2009: 258-260).

No que se refere à oposição, quando do conflito armado anunciou uma suspensão das suas reivindicações por considerar que seria incorreto protestar nesse momento contra o Presidente, uma vez que facilmente seria conotada como traidora dos interesses da pátria e afeta ao Kremlin (isto porque, qualquer demonstração interna de contestação iria galvanizar Moscovo). Contudo, e apesar de também apontarem como prioridade o abandono das tropas russas do território georgiano, os opositores deixaram bem claro que iriam querer questionar o governo a propósito dos eventos sucedidos. Subsequentemente, Nino Burjanadze¹⁷ preparou 43 perguntas no sentido quer de apurar a veracidade dos factos vindos a público em todas as fases dos confrontos, quer de atribuir responsabilidades pelos sucedidos. Desta forma, fica claro que, de uma forma geral, os agentes políticos georgianos aplicaram esforços no sentido de verem esclarecidas as circunstâncias que culminaram nos desastrosos acontecimentos de 2008, bem como de perceberem se estes poderiam até, eventualmente, ter sido evitados (Mikhelidze, 2009: 3).

No que respeita ao impacto deste conflito junto da União Europeia, pode observar-se, tal como seria expectável, um arrefecimento das relações institucionais entre esta entidade e o executivo de Moscovo. Esta mudança acabou por se inserir numa sequência de múltiplas condenações à ação desenvolvida pela Rússia na Abecásia, na Ossétia do Sul e na Geórgia, quer durante quer após as confrontações armadas. Isto porque, já depois de decidida a paz entre as forças beligerantes, a União Europeia lançou fortes críticas à reação desproporcionada russa e ao reconhecimento, por parte do Kremlin, da independência dos dois territórios separatistas (de Haas, 2008: 18-19).

No sentido inverso, de Bruxelas¹⁸ procedeu-se a um reforço das relações com Tbilisi, nomeadamente através das manifestações de preocupação e solidariedade (Conselho da União Europeia, 2008) e do Acordo de Associação entre a União Europeia e a Geórgia, assinado em 2014 e que entrou em vigor no ano de 2016 (Jornal Oficial da União Europeia, 2014). Tratando-se de um documento destinado a materializar os

¹⁷ Ex-Presidente do Parlamento e Ex-Presidente Interina da Geórgia que, na sequência dos confrontos de 2008, integrava a oposição ao executivo de Mikheil Saakashvili.

¹⁸ Referenciada no sentido em que se atribui à capital da Bélgica a sede do poder da União Europeia.

esforços em nome da consolidação da democracia bem como da estabilidade da institucional, económica e política da Geórgia, este mecanismo representou um passo importante nas relações bilaterais entre as duas partes, funcionando, inequivocamente, como um elemento demonstrativo de uma aproximação dos georgianos aos parceiros europeus e vice-versa (Emerson e Kovziridze, 2016: 1-3).

Mas apesar de tudo isto, os dirigentes russos entenderam que este caso não deveria pôr em causa toda a sua cooperação prevista para com os europeus e, nessa medida, Dmitri Medvedev, mesmo na sequência de todas estas respostas por parte de Bruxelas, autorizou o envio de contingentes militares para apoiar as missões da União Europeia levadas a cabo na República Centro-Africana e no Chade. Contudo, o que se pôde verificar na prática foi que o conflito georgiano haveria de condicionar as relações formais entre os dois blocos e fazer surgir, junto dos líderes europeus contrários à posição adotada por Moscovo, questões sobre a fiabilidade da Rússia enquanto parceira institucional (de Haas, 2010: 152-153).

Quanto à Organização do Tratado do Atlântico Norte, a deterioração das ligações com os russos foi ainda mais visível e mais significativa. Antes de qualquer outra consideração, é importante que se refira que a Aliança Atlântica encarou este conflito como sendo uma demonstração de poder por parte de Moscovo em reação à possibilidade de adesão à organização tanto por parte da Geórgia como por parte da Ucrânia (algo que, aliás, fora anunciado na última cimeira deste organismo, em abril de 2008, e que havia originado veementes protestos por parte do Kremlin). Ora, depois do conflito na Geórgia, a cooperação de natureza política e militar que se realizava entre ambas as partes diminuiu drasticamente.

Nesse sentido, os ministros das relações externas dos Estados-membros da Organização do Tratado do Atlântico Norte consideraram que a ação militar russa foi desproporcionada, inconsistente com o compromisso de força de manutenção de paz que cabia à Rússia na região e desrespeitadora dos princípios de resolução pacífica dos conflitos que baseou os acordos de cooperação entre Bruxelas e Moscovo. Em relação à Geórgia, a cooperação reforçou-se por intermédio da criação da Comissão NATO-Geórgia. E ainda que o país não tivesse sido colocado ao abrigo do mecanismo formal de pré-adesão à Aliança Atlântica (o *Membership Action Plan*), a aproximação institucional foi evidente, o que ficou simbolizado pela reunião do Conselho do Atlântico Norte (o mais alto órgão da organização) de setembro de 2008 em Tbilisi (de Haas, 2010: 153).

Perante toda a análise conduzida até ao presente momento, impõe-se que se faça uma rápida síntese acerca de alguns dos principais elementos caracterizadores do estudo de caso sobre o qual nos estamos a debruçar.

A história da Geórgia mostrou-nos que houve sempre uma proximidade muito intensa em relação à Rússia, pois mesmo quando o território não se encontrava sob a alçada governativa de Moscovo este não deixava nunca de constar no seu raio de influência. Com todos os benefícios e inconvenientes advindos dessas circunstâncias, percebe-se rapidamente que muito dificilmente se poderá traçar o perfil histórico georgiano deixando de fora aquele vizinho. Partindo desta conjuntura, na qual o desequilíbrio de forças não é negligenciável, compreende-se que a Rússia, para fazer prevalecer as suas matrizes de segurança nacional e política externa, adotasse uma postura contrária às linhas de ação definidas por um executivo da Geórgia mais vocacionado para um aprofundamento das relações a ocidente, conforme pudemos observar.

Em relação às regiões secessionistas este mesmo registo de proximidade com a Rússia lhes cabe, sendo que em períodos de tensão entre os respetivos líderes e os governantes de Tbilisi as boas relações históricas com os dirigentes russos valeram-lhes, especialmente a partir da independência georgiana, uma sólida e respeitável base de apoio que lhes permitiu fazer face a um conflito no qual, sem o apoio russo, a Abecásia e a Ossétia do Sul estariam em presumível desvantagem face à Geórgia.

Não espanta, pois, que aquando do extremar de posições verificado em solo georgiano ambas as regiões separatistas tenham tido na Rússia um parceiro tão empenhado na defesa das suas pretensões independentistas. Com todos estes elementos reunidos, podemos já identificar a presença de um amplo conjunto de características que nos remetem para um conflito de muito complexa abordagem, e de ainda mais difícil resolução, a saber-se: passado histórico de enormes tensões; registo de conflitualidade desproporcional e muito violenta; divergências políticas acentuadas; pulsões separatistas; ampla disparidade de poder entre os intervenientes, disputas de influência, aspetos identitários.

3. Abordagens ao conflito armado russo-georgiano

“Depois daquilo que aconteceu, ossetas e abecásios dificilmente serão capazes de viver no mesmo Estado que os georgianos”¹⁹

Dmitri Medvedev (2008), Presidente da Federação da Rússia

Chegando a este momento da nossa dissertação consideramos ser pertinente fazer a ligação entre os elementos dos quais já dispomos, tanto a nível teórico quanto no que se refere ao estudo de caso. E para servir esse fim consideramos ser incontornável a realização de uma análise do contexto geopolítico que envolveu os diversos atores que tiveram maior representatividade ao longo do conflito de agosto de 2008.

Avançaremos de imediato para uma exposição demonstrativa das múltiplas perceções e reacções acerca da sucessão de factos relatados, incidindo esta na Organização para a Segurança e Cooperação na Europa, Organização do Tratado do Atlântico Norte, Organização das Nações Unidas, União Europeia e Estados europeus, Rússia, Geórgia, Abecásia e Ossétia do Sul. Finalmente, iremos delinear algumas das principais dimensões que terão tornado esta crise num caso de conflito congelado.

A propósito deste conceito central na dissertação, assume-se pertinente voltar a sublinhar que os conflitos congelados, as situações de bloqueio como aquela sobre a qual estamos a discorrer, referem-se a circunstâncias de impasse nas quais não se pode considerar que a discórdia tenha sido devidamente resolvida e finalizada, isto é, não se terá posto em prática uma solução aceite por todos os atores envolvidos.

Adicionalmente, e daí advém o aspeto da complexidade, há algumas características que se parecem perfilar como combustível para este género de desfechos aberto, a saber-se: a existência de antigos conflitos violentos motivados por divergências étnicas, identitárias, políticas e culturais; anseios secessionistas; processos de democratização em fase inicial; e passado histórico turbulento. Mais à frente iremos compreender de que forma estas marcas encontram cobertura no nosso estudo de caso.

¹⁹ Tradução livre do autor. No original “After what has happened, Ossetians and Abkhaz will scarcely be able to live in one state with the Georgians” (Medvedev, 2008).

3.1. Análise do contexto geopolítico

Nesta fase da nossa investigação propomo-nos a conceber uma breve análise de cariz geopolítico das circunstâncias que envolvem o cenário sobre o qual nos estamos a debruçar. A respeito da reflexão que a seguir faremos, defendemos que nela residem alguns elementos de apoio cruciais para uma compreensão mais consistente do conflito em causa. Ou seja, o entorno geopolítico que caracteriza o nosso estudo de caso, vai, como iremos observar, ter uma contribuição altamente significativa para o curso dos acontecimentos que já relatámos.

Para começar, é nosso entendimento que vale a pena serem despendidas algumas linhas para sublinhar aquilo que entendemos pela noção de geopolítica. Posto isto, e no que diz respeito a este conceito, consideramos ser absolutamente incontornável a visão de Rudolf Kjellén (cientista político de origem sueca que, de forma inédita, sistematizou o termo), que defendia que a geopolítica é o estudo do Estado considerado como um organismo geográfico ou ainda como um fenómeno espacial (Kjellén, 1917).

Uma abordagem complementar e bem delimitada da noção de geopolítica cabe, igualmente, ao Instituto de Altos Estudos Militares (s.d.: 1), que a considera como “o estudo das constantes e das variáveis do espaço, acessível ao Homem que, ao objetivar-se na construção de modelos de dinâmica de poder, projeta o conhecimento geográfico no desenvolvimento e na atividade da ciência política”.

Uma outra leitura da geopolítica remete a finalidade desta disciplina para a explicitação das relações interdependentes entre aquilo que é político e social, condicionadas pelo espaço geográfico em que tomam lugar e se desenvolvem. Importa, também, salientar o carácter visivelmente multidisciplinar e dinâmico da geopolítica, pois são várias as áreas de conhecimento que, uma vez congregadas, compõem a ciência geopolítica (Moreira, 2016). Entre essas áreas temos, por exemplo: teoria política, ciência política, geografia, geoestratégia, política internacional, segurança e defesa, entre outras.

Em conclusão, podemos considerar que este campo de estudo presta assessoria à política no sentido de auxiliar esta última a definir os objetivos a atingir, tendo por base os fatores de pendor geográfico e espacial.

Dito isto, procedamos ao enquadramento da região a que nos reportamos. O nosso foco centra-se na zona do Mar Negro, uma massa de água localizada em espaço euroasiático e que banha um total de seis países. A norte encontramos a Ucrânia, a nordeste e

a este podemos observar a Rússia e a Geórgia. Na margem sul situa-se a Turquia e a oeste surgem a Bulgária e a Roménia.

Perante este alargado conjunto de países que confluem numa mesma região, podemos afirmar com algum grau de autoridade que esta zona do globo se debruça com múltiplos desafios em termos de segurança que, de forma mais ou menos acentuada, acabam por gerar tensões e focos de instabilidade.

Numa breve enumeração de alguns desses exemplos contabilizam-se: conflitos intraestatais baseados em movimentos separatistas (tal como sucede com a Geórgia, a Abecásia e a Ossétia do Sul, com a Rússia e os independentistas chechenos ou com a própria Turquia e os respetivos movimentos curdos); disputas territoriais persistentes (que se verificam entre Arménia e Azerbaijão); e o posicionamento geoestratégico altamente relevante para o transporte de recursos petrolíferos desde o Mar Cáspio até ao continente europeu (numa rota que envolve, por exemplo, a Turquia, Ucrânia, Roménia e Bulgária).

Outro caso paradigmático na área do Mar Negro e que, por vezes, origina discórdia tem que ver com as políticas de aproximação ou afastamento em relação quer à União Europeia quer à Organização do Tratado do Atlântico Norte (na medida em que alguns dos integrantes desta região têm apresentado uma certa alternância entre os anseios de aproximação ao institucionalismo ocidental e a preferência pela perseguição dos seus objetivos numa lógica de parceria mais centrada na Rússia).

Convém frisar, ainda, que aos problemas já referenciados não podemos deixar de adicionar várias outras ameaças e marcas de instabilidade que também assolam a zona do Mar Negro, a saber-se: redes ativas de terrorismo (designadamente na região da Chechénia mas também noutras regiões autónomas ou de inspiração secessionista), crime organizado transfronteiriço (tráfico de seres humanos, armas, estupefacientes, contrabando, branqueamento de capitais, migração ilegal), crises energéticas (que, nesta região, funcionam como meio de manipulação política), poluição ambiental (considere-se que os níveis de contaminação do Mar Negro são elevados), entre outros (Vladova e Knieling, 2014: 44-45).

Ora, para fazer face a esta multiplicidade de aspetos passíveis de desencadear ou acentuar fortes efervescências, foi-se constituindo, ao longo do tempo, uma complexa rede de instituições na zona do Mar Negro no sentido de facilitar a cooperação e reduzir as possibilidades de atritos geopolíticos. Entre as mais representativas constam: a Organização para a Democracia e Desenvolvimento Económico, Força Naval do Mar Negro, Corredor de Transporte Europa-Cáucaso-Ásia, Organização da Cooperação

Económica do Mar Negro, Processo Ministerial de Defesa do Sudeste da Europa, Iniciativa de Cooperação do Sudeste da Europa e o Conselho de Cooperação Regional.

Individualizando em poucas linhas cada uma destas organizações, podemos concluir que a Organização para a Democracia e Desenvolvimento Económico, que comporta a Geórgia, Ucrânia, Azerbaijão e Moldova, se propõe a alcançar objetivos de índole securitária, económica e política entre os seus Estados membros. Entre as suas prioridades constam a consolidação da independência e respetivas soberanias por intermédio do fomento da modernização e do desenvolvimento (Romila, 2006: 96).

No caso da Força Naval do Mar Negro, pode-se afirmar que se trata de um programa de cooperação naval destinado a realizar missões de busca, salvamento, assistência humanitária e apoio à paz. A sua composição abrange todos os Estados banhados pelo Mar Negro (Romila, 2006: 97).

Sobre o Corredor de Transporte Europa-Cáucaso-Ásia importa sublinhar que o seu propósito foi suprimir a enorme lacuna existente no transporte e no comércio de ligação destas regiões aquando da década de 1990. Os seus grandes desígnios incluem, portanto, as dimensões económicas e políticas ligadas ao tráfego comercial, à proteção do meio ambiente, entre outras temáticas relacionadas (Romila, 2006: 97).

Acerca da Organização da Cooperação Económica do Mar Negro, há que fazer uma ressalva para explicitar que o contexto da sua criação parte do desmembramento da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas. Tendo este pano de fundo em consideração, surgiu a necessidade de se partir para outras plataformas de cooperação regional e este organismo constituiu uma resposta adequada para esse desafio. Contando com todos os países da costa do Mar Negro, este organismo envolve iniciativas bastante amplas, que vão desde a criação do Banco de Desenvolvimento e Comércio do Mar Negro ao compromisso com a luta contra o crime organizado (Romila, 2006: 97).

No que concerne ao Processo Ministerial de Defesa do Sudeste da Europa, este surgiu na época da expansão da Organização do Tratado do Atlântico Norte para os Estados da Europa de leste. Nessa medida, também esta instituição procura manter uma aliança político-militar regional que seja capaz de reforçar a estabilidade e a segurança do Mar Negro e de contribuir para o combate contra o terrorismo internacional (Romila, 2006: 97).

Quanto à Iniciativa de Cooperação do Sudeste da Europa, cabem-lhe, igualmente, metas de cariz securitário, económico e legislativo. Nesta medida, o seu raio de ação contempla a luta contra o tráfico de drogas e de seres humanos, ilegalidades financeiras,

fraude comercial, entre outros tipos de irregularidades. Para alcançar os seus fins, esta entidade conta com a colaboração quer das autoridades aduaneiras quer das forças policiais dos respetivos Estados membros (Romila, 2006: 97).

Por último, temos o Conselho de Cooperação Regional (que surgiu para substituir o Pacto de Estabilidade para o Sudeste Europeu, o qual foi encerrado no ano de 2008), e que aposta no desenvolvimento da integração europeia e euro-atlântica. Entre os principais vetores de ação constam a manutenção da paz, segurança, estabilidade e cooperação (Regional Cooperation Council, 2017).

Dito isto, importa, neste momento, clarificar um aspeto de suma relevância para o desenrolar do contexto geopolítico que nos encontramos a discutir. Ao falarmos no Mar Negro, e mesmo tendo o nosso estudo de caso, em particular, tem um enfoque mais preciso sobre a Geórgia, não podemos deixar de realçar a posição absolutamente diferenciada que cabe à Rússia.

Trata-se de uma diferenciação muito associada à histórica grandeza geopolítica que sempre coube à Rússia que, com a exceção pontual da Turquia, sempre assumiu uma posição de liderança quando o tema envolvia a autoridade a exercer sobre os recursos e as potencialidades inerentes ao Mar Negro. Isto é, Moscovo sempre viu naquela massa aquática uma parcela de território que ainda era pertença sua, um sentimento, aliás, aguçado durante os tempos soviéticos e que se sustentava na sua longa linha de costa que ia desde a Ucrânia até à Geórgia (Vladova e Knieling, 2014: 45).

Serve este apontamento para facilitar a compreensão de uma certa lógica competitiva (alimentada quer pelo interesse das instituições ocidentais em se expandirem aos países outrora soviéticos, quer pela recetividade que muitos deles demonstraram, no que se pode considerar como uma tomada de posição sobre o fim de ciclo da dominante influência russa) que tomou conta deste mar a partir do final da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas. Aliás, importa lembrar que aquando dessa época a Rússia passava por um complexo e profundo processo de reorganização política, económica, social e administrativa que contemplava uma redefinição daquilo que o novo Estado se proporia a alcançar internamente e também na esfera internacional nos anos vindouros.

Ora, no seguimento desse mesmo processo, aquilo com que nos deparamos é com uma fase de recuperação, ou antes, de reafirmação, da influência estratégica alicerçada nas potencialidades de que o território dispõe, essencialmente naquelas que dizem respeito aos recursos naturais.

Ainda assim, essa viragem em nome de uma sólida reemergência suscita, tal como José Fânzeres (2014: 13) referiu e individualizou, uma panóplia de questões fundamentais e que requerem, da nossa parte, bastante consideração. Primeiramente, importa compreender qual a extensão, qual o limite, deste processo de regeneração e as respetivas modalidades de ação onde este irá atuar.

Em segundo lugar, convém que se esclareça se a concretização de tudo isto terá implicações para outros territórios numa lógica estratégica de soma zero; e se sim, para quais e de que maneira.

Em terceiro lugar, poderá este novo fôlego por parte da Rússia ser patrocinado num regime de quase total exclusividade pelo fator energético? Adicionalmente, serão estas medidas destinadas a devolver a Rússia à linha da frente no sistema internacional passíveis de serem efetivadas sem um devido acompanhamento por parte do sistema económico e político internos? E, por fim, teremos razões para acreditar que o eventual sucessor de Vladimir Putin irá dar seguimento ao esforço levado a cabo, ou antes optar por um foco mais vocacionado para o interior das fronteiras e subsequente abdicação e inviabilização da recuperação do estatuto russo enquanto ator portador de influência global?

Mas devolvendo o foco à temática da geopolítica russa, podemos sistematizar em traços muitíssimos gerais, que a Federação se encontra por estes dias comprimida por dois grandes polos de poder de alcance mundial. A leste, e com sustentadas ambições de se vir a assumir (ou apenas consolidar) como superpotência, falamos, pois, da República Popular da China. A oeste encontra-se um vizinho com um poderio fundamentalmente económico, a União Europeia.

Naquilo que diz respeito ao quadro sino-russo, encontramos alguns fatores passíveis de se virem a constituir como sustentação para focos de tensão, constando nesta lista as progressivas capacidades económica, militar e política apresentadas pelo executivo de Pequim. A juntar a estes potenciais geradores de divergências podemos contar, ainda, com as múltiplas debilidades estruturais da zona oriental russa, a qual se encontra mais exposta ao vizinho chinês e que, por isso mesmo, mais acaba por ser influenciada pelo mesmo; e com o gradual aumento e conseqüente crescimento do peso político da China numa zona considerada de importância máxima pelo Kremlin para a execução de muitos dos seus projetos a nível externo, a Ásia central.

Quanto às oportunidades que se poderão explorar no eixo sino-russo, encontramos talvez de forma algo inesperada no Afeganistão um forte motivo de convergência. Isto

porque a conflitualidade interna que tem dominado aquele Estado acaba por deixar em alerta tanto Pequim como Moscovo, ao quais interessa que a violência seja tão contida quanto possível para que, no máximo, não ultrapasse as fronteiras afegãs e ameace mais ainda a segurança regional. Vale a pena assinalar que na zona sudoeste da Rússia (falamos sobretudo da Inguchétia, Chechénia e do Daguestão) se têm apresentado ao longo dos anos variadíssimos focos de instabilidade por conta do extremismo islâmico, ora nesse sentido, é do maior interesse do executivo russo que a instabilidade afegã na modalidade do radicalismo religioso não se difunda para o território da Federação (Fânzeres: 2014: 49).

A propósito do relacionamento com a União Europeia podemos afirmar que se trata de uma dinâmica irregular em que se verifica uma inconstância crónica na qual se verificam altos e baixos com uma frequência superior àquela que seguramente seria desejável por ambas as partes. Ainda assim, e com todo o mal-estar que, de tempos a tempos, pauta a relação entre Bruxelas e Moscovo, o executivo russo tem clara a perceção de que daquele ator não deverão advir ameaças severas à sua segurança.

Com base naqueles que têm sido os desenvolvimentos mais recentes, existem fortes motivos que nos levam a acreditar que muito mais provável será que a insatisfação europeia para com alguma posição ou ação russa se manifeste por intermédio de vias que não a militar, privilegiando a opção diplomática (através, por exemplo, do abrandamento de relações), a via económica (com sanções com incidência, por exemplo, nas trocas comerciais feitas com a Rússia), entre outras.

Analisando, agora, as possibilidades que resultam do eixo Europa-Rússia, é indubitável que existem hoje processos de interdependência económica consistentes. Adicionalmente, podemos observar que o nível de relacionamento de Moscovo com determinadas potências europeias, como é o caso da Itália, França ou Alemanha, resulta num crescente investimento mútuo em projetos para o presente e para o futuro que permitem fazer projeções otimistas quanto ao entendimento existente entre aqueles atores (Fânzeres, 2014: 47-48). É certo que neste ponto o equilíbrio se reporta, em grande medida, a questões do foro extra União Europeia, porém, uma boa cooperação de nível bilateral permite a que se aspire a uma aproximação euro-russa, o que constitui uma circunstância que apresenta muito mais vantagens do que inconvenientes.

No seguimento da análise geopolítica já efetuada, devemos fazer sobressair, ainda, um outro nível da recuperação encetada pela Rússia tendo em vista a representatividade e influência globais que já foram suas, falamos dos BRIC.

Esta é um termo introduzido pela primeira vez no ano de 2001 por Jim O'Neill, um economista com ligações ao grupo financeiro *Goldman Sachs*, que utilizou o acrónimo BRIC para se referir aos quatro países emergentes do mundo, ou por outras palavras, às quatro economias emergentes do mundo, a saber-se, Brasil, Rússia, Índia e China²⁰.

À data acima referida, convenhamos, as realidades e as condições conhecidas por parte da Rússia, mas também no caso da China ou do Brasil eram significativamente distintas daquelas com as quais estes Estados lidam na atualidade, seja para melhor ou para pior. Mas o que é facto é que, no princípio deste século, as esperanças depositadas neste conjunto de territórios eram consideravelmente ambiciosas, estimando a *Goldman Sachs* que por volta de 2040 o conjunto dos BRICS pudesse bater, ao nível do valor do produto interno bruto em dólares americanos, o agregado das economias norte americana, inglesa, alemã, japonesa, italiana e francesa (Wilson e Purushothaman, 2003: 3-4).

Com estas previsões lançadas, o expectável seria, pois, que a este crescimento económico se juntasse de maneira concomitante um grande aumento do poder destes países, algo que originaria, pela certa, uma reconfiguração do sistema internacional, no sentido de se passar a observar um cenário de multipolaridade, isto é, de uma distribuição do poder mais dispersa pelo mapa.

Acontece que as mudanças tão profundas que resultariam de uma reformulação desta espécie num sistema tão complexo como é o internacional dificilmente se efetivariam de forma absolutamente isenta de tumultos e protestos. Julgamos, pois, estar suficientemente reconhecida e sustentada a noção de que a criação de uma nova ordem para o sistema internacional (ou até somente uma firme reforma do mesmo), ao longo dos tempos em que a realidade mundial se concebe neste formato, tem originado, conforme se pôde constatar num passado não especialmente longínquo, aguçados conflitos e tensões em massa. Nesse sentido, uma transição deste grau que não envolva confrontações de proporções destrutivas, quer do ponto de vista humano quer do ponto de vista material,

²⁰ Uma chamada de atenção para a África do Sul, a qual, no ano de 2010, passou a integrar esta plataforma, alterando o acrónimo de BRIC para BRICS, por conta do seu nome em inglês, South Africa. A inclusão deste parceiro vem demonstrar o carácter intrinsecamente heterogéneo desta associação de Estados e deveu-se não só à dimensão económica daquele país (a qual se distanciava de todos os seus pares no continente africano), mas sobretudo a motivos geopolíticos. Ou seja, os anseios de uma ordem mundial multipolar por parte dos BRIC de um lado e a grande influência e hábil atividade diplomática do lado sul-africano por outro acabaram por contribuir para que o convite de adesão ao grupo fosse formulado a Pretória e, posteriormente, aceite.

parece ser um desafio que se apresenta como incontornável, partindo-se, evidentemente, do pressuposto de que estas alterações irão, de facto, suceder.

Mas note-se que existem, ainda, outros obstáculos ao espetacular crescimento económico que se antecipava para os BRICS no princípio do século e que parecem não ter sido devidamente, ou suficientemente, acautelados por parte da *Goldman Sachs* (sendo certo que os números divulgados se inseriam na categoria de projeções para um futuro de longo prazo).

Vejamos, uma dificuldade que se coloca diante dos BRICS relaciona-se com uma certa incapacidade por parte dos mecanismos de regulação das interações e das interdependências características do sistema internacional (referimo-nos aqui à tipologia de organismos que abrange a União Europeia, União Africana, Mercado Comum do Sul, Associação das Nações do Sudeste Asiático, Organização de Cooperação de Xangai, Organização do Tratado do Atlântico Norte, entre muitas outras) em acatar a vigência deste grupo. Isto porque uma parte das instituições ainda não se adaptou a uma realidade em que este conjunto específico de Estados requer normas de regulação concretas, isto devido a estarmos a tratar de um grupo em evolução e cuja missão se tem expandido para áreas que extravasam o domínio puramente económico.

Convém, por outro lado, que não esqueçamos que este desafio lançado pelos BRICS envolve igualmente vantagens, como o estreitamento de relações multissetoriais entre uma variedade de países desenvolvidos e com potencialidade passíveis de gerar benefício mútuo para os respetivos intervenientes. Mas, para que estas ocorram num ambiente tão regulado quanto possível, os organismos responsáveis deverão atualizar os seus procedimentos de ação no sentido de adquirirem não somente capacidades de atuação, mas também a legitimidade exigida para que as decisões tomadas sejam devidamente aceites e cumpridas pelos respetivos visados. Isto é, as organizações e instituições do sistema internacional terão de se adaptar a este jovem corpo institucional que são os BRICS de forma a que o potencial destes seja concretizado.

Uma outra chamada de atenção que deverá ser feita recai sobre uma realidade que não parece ter tomado toda atenção que seria esperada por parte dos agentes que formularam as metas dos BRICS, e na qual o conflito russo-georgiano adquire já uma importância altamente significativa. Falamos aqui dos problemas sociais e políticos vividos por cada um dos territórios membros deste coletivo, os quais exigem, antes de qualquer outro requisito, tempo para uma resolução devidamente refletida e, de

preferência, com aspirações de exequibilidade que alcancem o longo prazo, a bem de uma prosperidade tão duradoura quanto possível.

Ora, quando um Estado passa por um período de alguma turbulência interna, esta pode conhecer múltiplas faces e ter variadas raízes, podendo ser de índole económica, política, cultural, social, étnica, securitária, ambiental, entre outras. No caso que mais nos convém explorar, o russo, observámos já que o conflito travado com a vizinha Geórgia se tratou de um problema multidimensional e que veio a ser gerido com o recurso a meios militares.

Ora, este género de eventos poderão ter um impacto naquilo que é a prestação económica do país, naquilo que, neste caso, concerne ao desempenho e crescimento da Rússia, nomeadamente quando se agregam as forças armadas a estes episódios. E este é um fator que não passa despercebido, pois uma ação militar traz implicações, numa primeira fase, do ponto de vista financeiro devido, por exemplo, aos custos intrínsecos à mobilização de meios humanos e materiais para um determinado teatro de operações. Isto sem contar com as implicações posteriores e que acarretam prejuízos potencialmente mais onerosos, como o desmerecimento internacional da imagem da Rússia, isto é, da perceção de Moscovo como sede de um poder que em determinada ocasião usou um método musculado para defender a sua posição dentro das fronteiras de um outro Estado.

Em suma, é nossa convicção de que épocas de maior tensão no seio dos países comprometam as metas que lhes são estabelecidas por entidades estrangeiras, e no caso russo um desses exemplos aconteceu no ano de 2008 a propósito da Abecásia e da Ossétia do Sul. Fica, desta forma, plenamente visível uma das grandes desvantagens do cruzamento da instabilidade e da turbulência securitária com as relações internacionais. O resultado é a desaceleração do progresso e do desenvolvimento levado a cabo pelos vários atores imiscuídos nesses períodos de crise que, por conta disso, se veem obrigados a priorizarem outros ramos de atividade que não aqueles que possibilitam o alcance dos resultados mais promissores para as nações no que, por exemplo, respeita ao nível económico e financeiro.

Avançadas estas considerações, é merecido agora um olhar um pouco mais atento para a tal competitividade acima mencionada entre o ocidente e a Rússia. Nesse sentido, analisá-la-emos a partir de três grandes vetores temáticos: política, segurança e economia.

Naquilo que respeita à esfera política, essa competição verifica-se, essencialmente, na imissão que tanto a Rússia como o ocidente levam a cabo na região do Mar Negro, seja por intermédio do fortalecimento de relações bilaterais, pela

intensificação de contactos e diálogos ou por uma efetiva aproximação política consolidada através de acordos, protocolos e parcerias nas mais diversas áreas entre os países visados e o(s) bloco(s) interessado(s). Sendo que esta mesma lógica motiva críticas de parte a parte, ou seja, quer de russos, quer de europeus e americanos, que encaram com suspeição e receio as movimentações do outro nesta área.

No caso russo, os temores baseiam-se na cerca na qual os ocidentais parecem querer conter a Rússia. Esta ideia prende-se com as intenções atribuídas a corpos institucionais do calibre da União Europeia ou da Organização do Tratado do Atlântico Norte que projetam voltar a ganhar terreno em zonas fronteiriças à Rússia, uma ação que é recebida por parte das elites governativas como sendo uma provocação, como um nítido desafio político endereçado a Moscovo.

Quanto aos europeus e americanos, estes encaram com apreensão e incerteza as intenções da Rússia, de alguma forma antecipando que um sentimento revivalista por parte do Kremlin poderá ditar que a linha de ação política a adotar se encaminhe no sentido de uma certa recuperação do estatuto que cabia à União das Repúblicas Socialistas Soviéticas. A concretizar-se, seria prioritário voltar a ocupar uma posição preponderante na antiga zona de influência (sendo o Mar Negro uma das áreas principais), na qual muitos dos governos ocidentais tentam penetrar por intermédio da extensão de alcance das suas organizações, estruturas institucionais e demais modalidades de multilateralismo (Jackson, 2006: 9).

A propósito da competição de cariz securitário, os seus contornos verificam-se mormente através do tipo de conflitos que nos encontramos a abordar, os conflitos congelados, isto é, conforme já explicámos, situações de atrito geopolítico em que se verificam etapas de bloqueio. Pretendemos com isto dizer que, de uma maneira geral, mas acolhendo o nosso estudo de caso uma forte dose de aplicabilidade, a Rússia adota uma postura de apoio e patrocínio às causas das minorias independentistas (novamente, veja-se o sucedido com a Abecásia e com a Ossétia do Sul) que acaba por redundar nos prolongamentos destas tensões no tempo.

Ora, do lado ocidental, este género de perspectiva causa descontentamento, considerando os respetivos líderes que uma significativa parcela destas difíceis discórdias se solucionariam com maior celeridade se a Rússia alinhasse com as suas propostas de resolução, ou se, no mínimo, não providenciasse o combustível que mantém estas lutas ativas ou até simplesmente latentes. Esta divergência de abordagens poderá, potencialmente, evoluir para uma situação de competição securitária (Jackson, 2006: 10).

No nosso estudo de caso, esta materializou-se no apoio de uma substancial parcela dos países ocidentais ao executivo de Tbilisi (como mais à frente iremos observar com maior grau de detalhe), contrabalançando com a posição russa em relação às regiões secessionistas.

Sobre a competição económica importa fazer sobressair um aspeto fundamental, que é a relevância do fator energético como meio para fins políticos. Pretendemos com isto dizer que, no caso da Rússia que é vista como uma superpotência energética graças às suas abundantes reservas de petróleo e gás natural, esta condição é bastante explorada politicamente. Ou seja, em múltiplas ocasiões, o país faz-se valer desta sua privilegiada condição natural para garantir que as suas vontades e visões políticas são concretizadas, aceites e respeitadas no panorama internacional.

Esta mesma prática coloca os maiores constrangimentos sobre os territórios visados, que se veem forçados a acatar as orientações políticas de Moscovo (ainda que estas lhes sejam desfavoráveis) sob pena de, na melhor das hipóteses, lhes virem ser aumentadas as faturas energéticas e de, na pior das possibilidades, lhes ser interrompido o abastecimento. A competição ganha os seus contornos quando os países europeus e americanos tentam providenciar soluções alternativas aos implicados que sejam menos flutuantes. Ou seja, verifica-se uma disputa na qual os ocidentais tentam garantir uma fiabilidade de provisão superior e que não esteja dependente da satisfação das exigências que compõem a agenda russa (Jackson, 2006: 11).

Feitas estas referências, importa, nesta fase, que regressemos a uma análise às dinâmicas regionais do Mar Negro para identificar um abrangente conjunto de quatro obstáculos aí presentes e que colocam em causa tanto a coesão quanto as prospetivas políticas referentes àquela zona do globo, diminuindo, desta forma, as probabilidades de sucesso conjunto por parte dos países ali situados.

Posto isto, interessa que comecemos por prestar atenção ao fator da delimitação. Na presente dissertação estamos a incidir veementemente no Mar Negro enquanto unidade regional mais ou menos consolidada. Todavia, é nosso dever lembrar que desde logo a delimitação geográfica deste espaço é complexa e divisora de opiniões, havendo quem considere parte desta zona somente os países que pelo Mar Negro são banhados, quem adicione ainda a Moldova, a Arménia e o Azerbaijão, e quem se foque exclusivamente nos territórios que constituem o espaço pós-soviético.

Ou seja, à partida, toda esta heterogeneidade interpretativa correrá a favor de uma desunião que, necessariamente, afasta mais do que aproxima quem dela faz parte; isto

sem contar, ainda, com os demais fatores potenciadores de más relações interestatais (como determinadas questões do foro histórico, económico, político e cultural entre alguns países) (Ciută, 2007).

Prosseguindo com a nossa análise convém que nos debruçemos sobre uma certa contradição que se parece verificar entre duas grandes lógicas de segurança a serem aplicadas por parte dos decisores políticos no Mar Negro, uma de pendor institucional e outra mais afeta à geopolítica. Na primeira, aquilo que se pode observar é o desejo de adotar uma visão que se traduz no apoio ao alargamento a este espaço da influência americana e europeia, alegadamente como marcas demonstrativas de um processo de democratização e aprofundamento institucional em curso.

A presidir a esta lógica está um grande apreço pela promoção da aquisição de normas e princípios considerados funcionais e que se materializam numa maior presença por parte de órgãos como a Organização do Tratado Atlântico Norte e a União Europeia e no respetivo contributo que estes podem providenciar em matérias tão específicas como a estimulação económica, a reforma do setor de segurança ou o planeamento de defesa de alguns dos países desta região.

Na segunda abordagem securitária, a geopolítica, encontramos um enquadramento muito mais próximo da teoria realista das relações internacionais e que, por isso mesmo, se funda mais no poder militar, na competição por esferas de influência e na rivalidade entre os Estados. Subsequentemente, crê-se que a força das instituições disponíveis é residual para fazer frente aos problemas com que a região do Mar Negro se depara.

De acordo com esta visão, é aqui a arena na qual europeus e americanos tentam confrontar e desafiar o poder russo. Como já foi acima referenciado, esta é uma contradição entre aqueles que aplaudem o apoio da Rússia e os que preferem fazer o seu caminho lado a lado com o institucionalismo ocidental com todas as vantagens e inconvenientes que isso possa acarretar. Certo parece ser que esta discrepância de posições não traz benefícios à unidade regional (Ciută, 2007).

O terceiro obstáculo consiste numa transposição que incide sobre a Rússia e que está diretamente associada ao choque de perspetivas acima explicado. Isto é, os decisores políticos dos Estados com ligação ao Mar Negro, em particular aqueles que procuram uma aproximação aos atores euro-atlânticos, parecem transpor o papel da Federação Russa, analisando separadamente o valor desta entidade e a sua estratégia para o Mar Negro como um todo. Ou seja, o gigante euro-asiático parece ficar posto de parte quando

se reflete sobre um modelo estratégico a adotar para a região do Mar Negro, dando-se a entender que a cada um destes dois blocos corresponde uma estratégia concreta.

Esta mesma diferenciação parece, no entanto, olvidar-se de que ao segregar Moscovo está-se a contribuir para que seja adensado e perpetuado o clima de suspeição latente entre a Rússia e o ocidente. Isto dito, convenhamos que talvez fosse mais proveitoso inverter completamente o sentido deste raciocínio e enveredar-se por uma atitude mais incluyente do que excluyente em relação à Rússia. Entre os benefícios que daqui poderiam advir conseguimos encontrar as vantagens de um diálogo mais franco com os líderes de Moscovo, uma vez que uma boa (ou, pelo menos, melhor) cooperação com os mesmos poderia auxiliar ao desbloqueio de algumas das dificuldades que pairam sobre a região do Mar Negro (Ciută, 2007).

Por fim, deparamo-nos com um obstáculo que também já acima havia sido alvo das nossas atenções, o excesso de multilateralismo. É certo que a arquitetura institucional de matriz multilateral tem por fim proporcionar palcos de interação setoriais destinados a potencializar determinada área de interesse mútuo entre os seus componentes, que entre os múltiplos benefícios advindos das instituições constam as probabilidades acrescidas de êxito que cabem a plataformas de cooperação e discussão formalmente compostas para alavancar projetos e estabelecer compromissos. Contudo, quando estas vão acumulando funções e objetivos similares entre si poderão ver as suas metas comprometidas e o seu caminho bastante dificultado.

Ou seja, quando uma determinada organização se mostra pouco eficaz para com o seu propósito, de pouco adianta a criação de várias outras em detrimento da sua reformulação, pois estaremos a acrescentar divergências e a fomentar distanciamentos entre os envolvidos. No que concerne à nossa área de análise, parece claro que a abundância de organismos existentes não foi, até ver, capaz de dar vazão à grande multiplicidade de desafios com que o Mar Negro se depara. E sendo certo que intentos como a democratização, a liberalização económica e financeira, a aproximação cultural, o combate ao tráfico de armas, estupefacientes e seres humanos são âmbitos de ação urgentes, também não parece, pelo menos numa primeira análise, oferecer resistência a conclusão de que a quantidade não tem proporcionado qualidade ou, pelo, menos, eficácia (Ciută, 2007).

A fechar esta breve sistematização geopolítica, e na qual identificámos algumas das dificuldades que subsistem na região do Mar Negro, vale a pena lembrar que este simples conjunto de fatores estruturais, justamente por terem esta conotação, representam

causas de atrasos multidimensionais (de nível económico, cultural, ambiental, social, político), agravam os problemas identitários e comprometem a unidade coletiva da área. Graças a isto, podemos assistir a um enfraquecimento da região como um todo que, gradual, mas firmemente, vai fazendo vincar posições de aproximação e de afastamento onde estas já se verificam. Com isto, estão a limitar-se as hipóteses de entendimentos futuros em matérias que, como acima vimos, exigem, essencialmente, convergência.

3.2. Multiplicidade de interpretações e reações

Nesta fase do nosso trabalho em que vamos já extrair um conjunto mais volumoso de conclusões referentes aos eventos de 2008 que opuseram a Geórgia aos seus territórios secessionistas e à Rússia, temos, necessariamente, de contemplar um conjunto de múltiplas interpretações e reações referentes às ocorrências verificadas que couberam a algumas dos mais representativos atores afetos a este cenário.

Neste subcapítulo iremos, pois, incidir quer sobre os pontos de vista defendidos, quer sobre as ações levadas a cabo por organizações internacionais e Estados, envolvidos com um maior ou menor grau de intensidade na sequência das confrontações.

Apraz-nos, pois, considerar que esta variedade de leituras e iniciativas de colaboração, que se referem, de um modo geral, aos mesmos assuntos, materializa um dos resultados mais esclarecedores da nossa investigação, já que a dispersão de perspetivas contribui para se possa obter um entendimento holístico dos acontecimentos registados.

3.2.1 Organização para a Segurança e Cooperação na Europa

Começando pela Organização para a Segurança e Cooperação na Europa, assume-se como prioritário referir que este organismo enveredou por uma atitude condizente com a postura da resolução pacífica do conflito armado, mostrando-se de um valor vital na perseguição desse objetivo (Hill, 2010: 223). Aliás, este contributo adquiriu uma forte componente pluridimensional, abrangendo as esferas de ação política, militar, económica e ambiental.

A defesa desta linha de ação, é preciso sublinhar, realizou-se em grande medida por intermédio de encontros regulares com a Comissão de Controlo Conjunto, a qual,

recorde-se, constituía o mecanismo negocial que envolvia representantes da Ossétia do Norte, Ossétia do Sul, Rússia e Geórgia. De vital importância para os esforços de cooperação pelo retorno à paz (Gogolashvili, 2017: 27), a Organização para a Segurança e Cooperação na Europa foi capaz de detalhar com rigor as atrocidades praticadas aquando e após o conflito, assumindo-se como fundamental para a formulação e aplicação das medidas que viriam a ser tomadas em nome do retorno à normalidade (Racz, 2016: 23).

Mas, para um melhor entendimento da extensão da missão conduzida pela organização neste caso, propomos uma quádrupla repartição temática, a qual inclui: o diálogo e estabilidade; a monitorização da situação no terreno; a criação de confiança; e os direitos humanos e a sociedade civil.

Sobre o diálogo e estabilidade há que sublinhar que a organização encetou esforços que conduzissem a uma evolução favorável da situação securitária. Para materializar esse objetivo, foram avançadas propostas destinadas à desmilitarização da zona do conflito e à cooperação entre as forças policiais de todas as partes envolvidas.

Concomitantemente, avolumaram-se as consultas com a Comissão de Controlo Conjunto, altos oficiais georgianos e comunidade internacional tendentes a manter vivo o diálogo e a procura de soluções que privilegiassem a estabilidade. Ainda neste âmbito, foi altamente significativo o controlo das atividades da Força Conjunta de Manutenção de Paz e da situação militar no terreno, bem como os respetivos relatórios, endereçados aos Estados membros da Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OSCE, s.d.).

Avançando para a monitorização da situação no terreno, podemos rapidamente perceber que esta ação foi fundamental para que existisse um maior e, sobretudo, mais imediato controlo da evolução dos acontecimentos. Esta vertente traduziu-se num patrulhamento levado a cabo através da cooperação entre a organização, a Comissão de Controlo Conjunto e a Força Conjunta de Manutenção de Paz que se propunha a identificar e reportar eventuais focos de tensão, reunir informação referente à situação militar e vigiar as violações dos acordos de cessar-fogo (às quais a organização reagia advertindo os intervenientes para as consequências políticas advindas de determinadas movimentações por parte de militares ou rebeldes).

Acresce mencionar que as forças encarregadas desta monitorização estavam preparadas para lidar com questões extramilitares. Isto é, perante uma situação pontual de contornos de índole cultural, económica e política, estes agentes estavam aptos para

prestar assistência, fornecer informações e aconselhar as populações em risco. Esta combinação de conhecimentos, aliada ao intercâmbio de recursos numa lógica de sinergia entre as entidades já referenciadas e as autoridades locais auxiliaram a aliviar o clima de crispação que era vivido nas zonas disputadas (OSCE, s.d.).

No que concerne à criação de confiança, este foi um fator essencial para se conseguir estabilizar as tensões em curso na Geórgia, o qual operou de forma interdependente em relação aos demais vetores de ação levados a cabo pela Organização para a Segurança e Cooperação na Europa acima enumerados. Ou seja, a criação de confiança não pode acontecer sem diálogo e estabilidade, mas a relação inversa também se afigura absolutamente essencial.

Serve isto para dizer que as vertentes que nos encontramos a tipificar não poderão, nem deverão, ser consideradas isoladamente, mas antes tomadas como segmentos interligados de uma totalidade que representa um objetivo indivisível, a perseguição de uma solução pacífica do diferendo entre a Geórgia e os seus territórios separatistas, o que evidentemente contempla as demais consequências geopolíticas como a deterioração da relação de Tbilisi com Moscovo. Para além disso, a criação de confiança neste género de cenários representa uma grande conquista, dado que esta constitui um elo de ligação não só horizontal, ou seja, entre os vários representantes de determinados grupo de pessoas da mesma categoria, sejam civis entre si ou agentes de manutenção de paz entre si, mas também, consideramos nós, vertical, já que estimulou uma transcendência das esferas estabelecidas supondo um forte contacto entre as várias partes representadas.

Ora, para que a confiança fosse restaurada, a organização propôs-se a desenvolver um conjunto de iniciativas projetadas especificamente para alcançar esse efeito. Entre os programas lançados encontramos, por exemplo, o apoio à reabilitação infraestrutural e económica, a formação e capacitação dos meios de comunicação social em nome da promoção de um jornalismo imparcial aquando da cobertura de conflitos e o desenvolvimento da sociedade civil e das temáticas dos direitos humanos por intermédio do apoio a organizações não-governamentais de cariz regional (OSCE, s.d.).

Finalmente, e na sequência daquilo que foi apresentado no parágrafo anterior, considerados ser profundamente relevante o foco atribuído pela Organização para a Segurança e Cooperação na Europa à sociedade civil e aos direitos humanos. Entre as grandes missões da organização neste capítulo encontramos o objetivo de fortalecer a sociedade civil com o intuito de a habilitar a lidar com os conflitos que sobre si recaiam.

Em estreita colaboração com o Centro de Direitos Humanos de Tskhinvali, a organização procurou envolver a população das mais diversas origens e desde as suas camadas mais jovens num conjunto de formações multidisciplinares propensas à obtenção de conhecimentos e consciencialização acerca da temática dos direitos fundamentais. Assim, e para que o entendimento do conflito de 2008 fosse amplamente esclarecido optou-se por um modelo de explicação tão holístico quanto possível, por essa mesma razão estas formações não olvidaram a história da região do Cáucaso (OSCE, s.d.).

3.2.2. Organização do Tratado do Atlântico Norte

Analisando, agora, a perspetiva da Organização do Tratado do Atlântico Norte sobre o conflito russo-georgiano de 2008, podemos obter conclusões muito particulares e que remetem para uma posição distinta daquela que foi adotada pela Organização para a Segurança e Cooperação na Europa.

Naquela que constituiu a primeira reação formal aos eventos de agosto, os ministros das relações externas dos respetivos Estados membros reuniram de emergência no Conselho do Atlântico Norte no dia 19 desse mês. Nessa sede, registou-se um alinhamento geral, e por isso muito claro, no sentido de se apelar à necessidade de se alcançar uma solução não só pacífica, mas duradoura para aquele conflito que acabara de atingir o seu momento mais sensível. Essa solução, de acordo com o corpo ministerial, deveria ter em consideração o respeito pela independência, soberania e integridade territorial da Geórgia (NATO, 2017). Da reunião dos ministros surgiu, também, a reprovação formal do emprego da força, o qual foi considerado desajustado em relação aos compromissos de resolução pacífica dos conflitos, os quais dizem respeito quer à Rússia quer à Geórgia por força de um amplo conjunto de acordos internacionais subscritos por ambos os Estados.

Acresce referir uma particular preocupação em relação à postura adotada por Moscovo, uma vez que o Conselho do Atlântico Norte considerou a sua ação militar desproporcional com aquilo que o contexto exigia, o que exhibe, de acordo com a leitura da organização, uma situação de contradição atendendo à posição da Rússia como força de manutenção de paz nas regiões da Abecásia e da Ossétia do Sul. Na sequência desta reprovação da atuação russa, urgiu-se que o executivo liderado por Dmitri Medvedev retirasse as tropas estacionadas nas zonas do conflito (The Guardian, 2008a).

Refira-se, igualmente, que, em resposta aos pedidos georgianos, a Organização do Tratado do Atlântico Norte prestou aconselhamento a Tbilisi em matérias relacionadas com a ciberdefesa, apoiou o restabelecimento do sistema de tráfego aéreo e auxiliou na avaliação dos danos causados tanto às infraestruturas civis como às próprias forças armadas. Para além disso, forneceu, ainda, assistência ao Ministério da Defesa (um dos mais intensamente implicados e, posteriormente, mais debilitados do regime de Mikheil Saakashvili após o conflito) (Nichol, 2009: 32).

Ainda em agosto de 2008, o Conselho do Atlântico Norte manifestou, novamente, as suas convicções no que se refere a esta crise e aos seus primeiros passos após o término da sua fase mais violenta. Referimo-nos, concretamente, ao reconhecimento conduzido pela Rússia da independência tanto da Ossétia do Sul quanto da Abecásia (NATO, 2017). Uma vez considerando estes territórios parcelas geográficas pertencentes à Geórgia, a organização reprovou este ato político do Kremlin, instando a sua anulação para que fosse restaurada a unidade georgiana, no lugar de serem patrocinados os movimentos separatistas regionais.

No decurso desta tomada de posição, a Organização do Tratado do Atlântico Norte reiterou que as fronteiras da Geórgia correspondem àquelas que estão internacionalmente reconhecidas, assumindo, assim, uma nítida atitude de apoio ao executivo de Tbilisi (Bowker, 2011: 197). Sendo esta a sustentação do não reconhecimento, por parte da organização, de todos os sufrágios que têm vindo a tomar lugar nos territórios secessionistas. O organismo considera, pois, que a realização destas eleições não contribui para o apaziguamento das tensões nem para a durabilidade das soluções que vão sendo aplicadas e que se desejam ser construtivas. Com base nisto, a organização não reconhece, igualmente, qualquer espécie de tratado, protocolo ou acordo celebrado entre Moscovo e Tskhinvali e Sukhumi.

Vale a pena tecer, ainda, algumas notas referentes a uma estrutura que resultou deste período de crise da história do Cáucaso, a saber-se, a Comissão NATO-Geórgia. Esta criação data de setembro de 2008 e propôs-se a lançar o quadro legal a partir do qual deveriam ser realizadas múltiplas iniciativas de cooperação, funcionando, também, como o fórum base para consultas políticas no sentido de facilitar à Geórgia a concretização dos seus anseios de aproximação à estrutura da Organização do Tratado do Atlântico Norte (NATO, 2017).

Sem perder de vista a génese do seu surgimento, a organização vê na Geórgia um país que contribui muito favoravelmente para a paz e estabilidade da região euro-atlântica.

Sublinhe-se que, graças à comissão, e em articulação com agentes georgianos e da Organização do Tratado do Atlântico Norte, a cooperação levada a cabo tem incidido em variadíssimas áreas, as quais incluem, a título de exemplo, reformas no setor securitário, militar e político.

Naquilo que se refere à máquina estatal da Geórgia, os responsáveis da organização têm assistido a uma transformação dos setores privado e público com a finalidade de se cultivar uma boa governação e de se promover a democracia, o Estado de direito, e, ainda, um desenvolvimento social e económico assente na sustentabilidade. A organização aplaude estas iniciativas e apresenta-se como parceira para o progresso destas medidas reformadoras, mostrando-se disponível para colaborar com temáticas que incidam tanto sobre o foro civil como sobre o militar (Gogolashvili, 2017: 23).

Simultaneamente, nos anos mais recentes a Organização do Tratado do Atlântico Norte tem vindo a ampliar a sua ação em relação a Tbilisi, tendo, no ano de 2011, sido estabelecido o primeiro Plano de Trabalho do Comité Militar para a Geórgia. Esta modalidade de aprofundamento da cooperação militar entre o país e a organização destina-se, acima de tudo, a apoiar a implementação de medidas no âmbito da defesa nacional, o que engloba as reformas no setor, o planeamento estratégico e o melhoramento da interoperabilidade entre as forças da organização e georgianas.

A juntar a tudo isto, podemos observar uma cronologia que reflete uma visível relação de prosperidade entre estes dois atores (NATO, 2017). Em 2010, o Secretário-Geral da organização, Anders Fogh Rasmussen, visitou a Geórgia, encetando conversações com o Presidente Mikheil Saakashvili e o Primeiro-Ministro Nika Gilauri. Em 2012, o Estado georgiano duplicou o seu contributo para a Força Internacional de Assistência para a Segurança²¹, fazendo desta nação uma das maiores contribuidoras de tropas entre os países não membros da organização. No ano seguinte, o Conselho do Atlântico Norte visitou a Geórgia. E, em 2017, foi Tbilisi que acolheu a sessão da primavera da Assembleia Parlamentar da Organização do Tratado do Atlântico Norte.

Estes são apenas alguns dos mais representativos exemplos do estreitamento de relações a que temos vindo a assistir entre uma das mais significativas entidades representantes do institucionalismo euro-atlântico e uma república do Cáucaso a qual, à época, saía de um violento conflito armado.

²¹ Designação atribuída à missão de segurança conduzida no Afeganistão e encabeçada pela Organização do Tratado do Atlântico Norte, após ter sido estabelecida pelo Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas.

3.2.3. Organização das Nações Unidas

Nesta fase iremos considerar a tomada de posição do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas e da organização de um modo geral, a qual é um fórum sempre crucial nas relações internacionais, designadamente aquando dos momentos de crise como aquele que se encontra no âmago da nossa dissertação.

Começando logo pelo momento da eclosão do conflito na Geórgia, pôde observar-se que o governo russo agiu com enorme imediatez, ao encetar esforços para que o assunto não passasse despercebido ao Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas e para que fosse emitida uma resolução que apelasse ao fim da violência armada. No entanto, esta tentativa não obteve sucesso, levando o embaixador russo junto da Organização das Nações Unidas, Vitaly Churkin, a manifestar a sua preocupação, tendo este afirmado que a inação da organização alimentaria a violência, uma vez que a ausência de uma resposta eficaz conduziria a uma escalada das hostilidades (RT, 2008).

No dia seguinte, ou seja, a 8 de agosto de 2008, o conselho reuniu após as solicitações por parte da Geórgia e dos Estados Unidos da América, tendo sido informado do ponto da situação por representantes russos e georgianos. No decorrer desta mesma sessão foi sendo maioritariamente expressado o apoio pela integridade territorial da Geórgia e pela busca de uma solução política tão diplomática quanto possível. Mas veja-se que este assunto acabou por ser uma nota dominante neste período, algo que se intensificou especialmente a partir do momento em que o conflito avançou no terreno e se estendeu à Abecásia, para grande preocupação dos membros do conselho (Ganço, 2009: 55).

Entretanto, entendemos ser adequado recordar que foi no seio da Organização das Nações Unidas que ocorreu uma significativa troca de acusações entre altas personalidades com fortes ligações aos executivos de Moscovo e Tbilisi (UN News, 2008). Serve isto para dizer que os representantes da Rússia teceram duras críticas àquilo que consideraram ser uma contínua agressão militar conduzida pelos georgianos, sobretudo tendo em conta os seus intentos em nome de um imediato cessar-fogo e de uma prossecução da resolução do contencioso pela via negocial.

Nesta linha de argumentação, o Kremlin não deixou de considerar a posição georgiana absolutamente contrária às disposições presentes tanto na Declaração Universal dos Direitos do Homem como na Carta das Nações Unidas. Como tal,

considerou-se que a Geórgia tinha incorrido numa grave violação de um dos mais fundamentais princípios destes documentos, a ausência do uso da força.

Em sentido inverso, e conforme também já no capítulo anterior tínhamos deixado claro, o embaixador georgiano junto da Organização das Nações Unidas, Irakli Alasania, também não deixou de manifestar veementemente a sua indignação para com a posição russa em todo este caso. Segundo o próprio, a Rússia estava a levar a cabo, por intermédio das suas forças armadas, uma invasão de cariz agressivo destinada a concretizar uma ocupação de larga escala no território georgiano. O representante do governo de Tbilisi falou, inclusivamente, numa autêntica limpeza étnica com o propósito de exterminar os georgianos e aniquilar as respetivas instituições estatais (UN News, 2008).

Nesta severa onda de acusações, e ainda no âmbito da Organização das Nações Unidas, os Estados Unidos da América, através do seu embaixador designado para este organismo, Zalmay Khalilzad, mostraram o seu apoio para com o regime de Tbilisi. Nas palavras deste representante oficial, se Moscovo insistisse na sua intervenção armada as relações bilaterais entre a Rússia e os Estados Unidos da América iriam sair prejudicadas. Aliás, o diplomata solicitou o apoio da comunidade internacional para que fossem avolumadas as críticas à ação do Kremlin, a qual rotulou de violação da soberania e integridade territorial da Geórgia, bem como de ataque à população e às infraestruturas daquele país com base numa campanha de intimidação com recurso ao terror (Reuters, 2008).

Tendo prosseguido a troca de incriminações entre Tbilisi e Moscovo, o que se acabou por verificar foi mais um caso de divisão no seio do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas; a qual, uma vez mais, colocava em posições bem diferenciadas os Estados Unidos da América, como apoiantes da versão dos factos georgiana, e a Rússia. O impasse foi visível nas cinco reuniões que este órgão teve entre 7 e 12 de agosto de 2008, e das quais não se pode afirmar que tenha resultado alguma solução concreta que fosse suficientemente capaz de pôr termo às hostilidades e de colocar a salvo os civis presentes no teatro de operações.

Nas palavras do cientista político Sergei Shemayev (Regnum, 2008), o Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas exibiu a sua incapacidade enquanto instituição responsável pela segurança internacional, dado que não apresentou uma resposta cabal perante uma situação que exigia um alto nível de celeridade. A reação por parte deste organismo exigia-se contundente, e, no final, acabou por não ir muito além da

demonstração de preocupação para com o agravamento das tensões no terreno entre a Rússia, Geórgia, Ossétia do Sul e Abecásia.

3.2.4. União Europeia e Estados europeus

Numa primeira análise às reações que se geraram no resto do continente europeu, não há como negar que, aquando dos acontecimentos, as divisões entre os vários países foram claras. Entre o apoio à ação da Rússia e à posição tomada pela Geórgia vários foram os governos que, numa primeira instância, se depararam com a difícil tarefa de terem de pender para a causa de uma das partes em confronto. A motivar esta posição de indecisão encontramos, desde logo, a fundamental função que cabe à Rússia no que a parcerias comerciais com Estados europeus diz respeito²².

Aquilo que se verificou neste período de grande violência, e um pouco à semelhança daquilo que já sucedera em múltiplos outros casos de grande sensibilidade, foi que a União Europeia se viu a braços com a grande dificuldade de formular uma resposta coletiva a partir de 27 interpretações individuais e diferenciadas acerca das ocorrências que tomaram lugar em solo georgiano.

No entanto, entre as vozes que se sobressaíram logo no princípio da violência armada merece destaque a figura de Javier Solana, à época, Alto Representante da União Europeia para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança. Isto porque, perante a agressividade exibida pelos desenvolvimentos desta crise, este dignitário da União Europeia não se coibiu de apelar ao fim da violência, tendo afirmado que havia encetado já contactos com os ministros das relações externas de Tbilisi e de Moscovo, a fim de pedir um imediato cessar-fogo (Council of the European Union, 2008). Porém, e não obstante o acompanhamento da situação, as ações encabeçadas pela União Europeia acabaram por se cingir muito à via diplomática, não se concretizando uma ação firme o suficiente para que se pudesse antecipar decisivamente o fim das agressões.

Ainda assim, propomos que a leitura das principais interpretações europeias seja feita de modo um pouco mais individualizado. Começando por ver o caso do Reino Unido, aquilo que se observou foi uma reprovação das ações russas por parte do então

²² Vejamos que a Rússia representa o quarto maior parceiro comercial da União Europeia, sendo o bloco europeu o maior de todos para a Rússia. E se Moscovo se assume como um relevante recetor de maquinaria, produtos químicos e produtos manufacturados, a Europa recebe essencialmente deste seu parceiro matérias-primas, com o petróleo e o gás natural a destacarem-se na lista de bens mais transacionados (Europa, 2018)

líder do executivo britânico, Gordon Brown, o qual alertou para a urgência do fim dos confrontos e para a necessidade da Rússia retirar as suas forças da Ossétia do Sul.

Nas palavras de Gordon Brown, não havia justificação para esta ação militar de Moscovo sobre a Geórgia, uma vez que se estava a ameaçar a estabilidade de toda uma região e que se corria o risco de se incorrer numa catastrófica crise humanitária. A rematar, o primeiro-ministro inglês não deixou de vincar que havia uma clara responsabilidade por parte do governo russo em acabar rapidamente com as hostilidades, advertindo que a continuação das mesmas causaria dano à imagem internacional da Rússia e prejudicariam as suas relações um pouco por todo o mundo (The Guardian, 2008).

Este mesmo tom de desaplauso fez-se ouvir no seio da oposição inglesa, com o seu líder, o conservador (e futuro primeiro-ministro) David Cameron, a referir-se a este caso como uma quebra do direito internacional por parte da Rússia em relação à Geórgia por intermédio do uso massivo e desproporcionado da força. Rotulando a posição russa de desprezível, David Cameron considerou que este género de episódios não poderiam ser desconsiderados, caso contrário poder-se-iam repetir situações este tipo envolvendo a Rússia no futuro (The Guardian, 2008).

No que respeita à França (cuja posição já anteriormente pudemos observar) este momento da história coincidiu com a sua presidência rotativa do Conselho da União Europeia, fator que ditou a prossecução de um posicionamento ativo e pautado pela neutralidade. Esta postura ficou plasmada em declarações do Ministro dos Assuntos Externos de França, Bernard Kouchner, o qual considerou não caber a si nem ao seu governo dizer quem eram os maus ou os bons de toda esta equação. Este membro do executivo de Paris acrescentou que não deveriam ser feitos julgamentos morais acerca deste conflito, que o mesmo rotulou como sendo uma guerra. Em vez disso, o líder da diplomacia francesa disse ser prioritário pôr termo às hostilidades (The Guardian, 2008).

De referir, ainda, que este governante materializou os seus esforços com visitas quer a Tbilisi quer a Moscovo com o intuito de comunicar de perto com os protagonistas políticos de ambas as partes em disputa. A contribuir também para que a paz fosse restaurada na região esteve o então Presidente da República Francesa, Nicolas Sarkozy, que, igualmente, realizou deslocações a ambas as capitais. Ou seja, foi possível assistir-se a uma imissão direta por parte de um chefe de Estado tendo em vista o retorno à normalidade, o que constitui um sinal claro de que a União Europeia, por intermédio de França, procurava, essencialmente, criar todas as condições necessárias para a existência

de um diálogo suficientemente aberto e que conduzisse a garantias de estabilidade e segurança.

A juntar-se a França na opção pela manifestação pública de neutralidade neste caso encontramos a Alemanha. Para cimentar esta visão muito contribuiu a afirmação do Ministro das Relações Externas da Alemanha, Frank-Walter Steinmeier, quando este defendeu que não era prioritário apurar culpa e responsabilidades enquanto houvessem pessoas em sofrimento, forçadas a fugir e despojadas dos seus pertences. Na visão deste representante do Estado alemão, as responsabilidades pela escalada do conflito haveriam de ocupar uma segunda fase da análise dos confrontos (DW, 2008b).

No que concerne à chanceler alemã, Angela Merkel, o seu pronunciamento sobre o conflito armado russo-georgiano também se pautou pelo tom moderado. A governante assumiu considerar que algumas das ações russas foram desproporcionadas, afirmando que as tropas do Kremlin deveriam retirar-se de algumas das áreas georgianas em que se encontravam estacionadas. Ao mesmo tempo, reconheceu alguma razoabilidade a outras ações, rematando com uma repartição equilibrada da atribuição de culpas, tendo dito que provavelmente ambas as partes devem ser responsabilizadas (DW, 2008a).

Observando, agora, uma posição diferenciada daquelas que acima foram expostas encontramos a italiana, a qual, por intermédio do Ministro das Relações Externas, Franco Frattini, se alinha com a perspetiva russa do conflito. Sublinhado as boas relações entre os primeiros ministros da altura de ambos os países, Silvio Berlusconi e Vladimir Putin, Franco Frattini declarou que o seu executivo estava próximo da posição deste último, acrescentando que não se poderia formar na Europa uma coligação anti Rússia. Por fim, o ministro alegou que esta guerra tinha afastado ainda mais a Geórgia da Europa (New York Times, 2008).

Em sentido completamente oposto, mas também em linha com a firmeza e contundência discursiva apresentada por Itália, temos a perspetiva dos países bálticos (isto é, Estónia, Letónia e Lituânia), os quais agrupamos desta maneira por conta da declaração conjunta publicada pelos respetivos presidentes dos parlamentos nacionais deste trio de Estados a propósito desta ocorrência. Nesse documento, os representantes destes países (que, importa recordar, pertenceram à União das Repúblicas Socialistas Soviéticas) expressaram a sua profunda preocupação para com os intensos ataques russos sobre a Geórgia (Lietuvos Respublikos Seimas, 2008).

Tendo desvalorizado o argumento russo da defesa dos seus cidadãos em território georgiano, a qual consideraram inaceitável, os líderes parlamentares manifestaram receio

que este cenário de agressividade se viesse a repetir em qualquer outro Estado onde se registasse a presença de pessoas de nacionalidade russa. Chamando a atenção para o importante papel desempenhado pela Rússia a nível global na qualidade de ator político, os Estados bálticos reagiram com desapontamento àquela que consideraram ser uma agressão militar, acrescentando que esta ação levantava as mais sérias dúvidas sobre a fiabilidade e consistência de Moscovo enquanto parceiro internacional.

Simultaneamente, instaram a comunidade internacional a responder a este caso, até como prova da solidariedade das instituições euro-atlânticas. Direcionando o seu foco sobre a União Europeia e sobre a Organização do Tratado do Atlântico Norte, os parceiros bálticos desafiaram estes atores a assumir as suas responsabilidades nos âmbitos da segurança e da estabilidade, vincando a importância de mostrar à Rússia que esta não pode agir de livre vontade com os seus vizinhos que partilham valores e princípios afetos às instituições euro-atlânticas (Lietuvos Respublikos Seimas, 2008).

A fechar, entendemos ser importante considerar em traços gerais aquela que foi a posição adotada pelo governo português a respeito do conflito armado na Geórgia. Ora Portugal, a este respeito, tem assumido ao longo dos anos uma posição de defesa da integridade territorial da Geórgia, defendendo, por isso, o retorno das regiões separatistas da Ossétia do Sul e da Abecásia à alçada governativa do executivo de Tbilisi. Aliás, logo aquando do decorrer das hostilidades o governo apelou ao cessar-fogo na região (TVI24, 2008).

Acresce referir, ainda, que esta postura não passou despercebida aos governantes georgianos, já que, em visita a Portugal, o Presidente Giorgi Margvelashvili agradeceu o apoio diplomático português, lembrando que esta se trata de uma nação amiga e com a qual o seu país partilha variadas afinidades (Diário de Notícias, 2017b).

3.2.5. Federação da Rússia

Atendendo a que a abordagem que agora tomará as nossas atenções é aquela que foi defendida por um dos principais intervenientes neste conflito, não deverá causar espanto o uso de uma linguagem com um tom algo mais pesado e direto, sobretudo se tivermos em comparação a parcela de intervenções públicas acerca deste conflito que adotaram uma linguagem moderada e enquadrada nos padrões mais diplomáticos.

Feita esta ressalva, o governo russo considerou que o regime de Mikheil Saakashvili perpetrara uma agressão contra o povo da Ossétia do Sul que representou um

episódio sem paralelo na história moderna, nomeadamente naquilo que concerne à crueldade empregue pelas forças georgianas (Independent International Fact-Finding Mission on the Conflict in Georgia, 2009c: 336).

Com base neste pressuposto, Moscovo considera ser erróneo o título comumente atribuído a este conflito, e que se popularizou especialmente nos meios de comunicação social, a guerra russo-georgiana. Dessa forma, a ação de Tbilisi foi recebida com estupefação, dado que visou atacar uma população manifestamente pacífica como a osseta e os agentes de manutenção de paz russos. Subsequentemente, o número de fatalidades foi elevado e a linha discursiva utilizada, quer por lideranças políticas, quer militares da Geórgia, demonstravam uma índole deliberadamente belicista. Ora, perante esta junção de fatores, a Rússia considera incorreta o título de guerra russo-georgiana, conforme surge no relatório de investigação à crise ocorrida na secção da perceção russa sobre os factos, “O termo “guerra Russo-Georgiana” não é apropriado a este respeito”²³.

Assim sendo, e como reação, a Rússia considerou-se obrigada pelas circunstâncias a recorrer ao seu direito à autodefesa, conforme previsto no artigo 51 da Carta da Organização das Nações Unidas. Esta ação orientou-se tendo em vista dois grandes objetivos. Primeiramente, interessava proteger a população civil e o contingente de agentes russos de manutenção de paz sob ataque. Em segundo lugar, era essencial prevenir que agressões armadas imprevistas, como as deste género, não voltassem a tomar lugar no futuro (Independent International Fact-Finding Mission on the Conflict in Georgia, 2009c: 336).

Ainda com base na visão russa deste conflito, o executivo de Dmitri Medvedev agiu em conformidade com as exigências formais previamente definidas que uma situação deste tipo exige. Pois de acordo com o estadista, em momento algum forças afetas a Moscovo atacaram populações locais ou infraestruturas civis; pelo contrário, estas mesmas povoações vulneráveis, afirmou, confiaram enormemente nos agentes de manutenção de paz russos. Além de que, aquando do início da ação georgiana, a Rússia trouxe o assunto à discussão em sede de Conselho de Segurança da organização das Nações Unidas (DW, 2008a).

Nesta perspetiva, a Rússia não encontra nenhuma justificação para um tão veemente derrube do direito internacional por parte da Geórgia, sobretudo tendo em atenção que o início da agressão de Tbilisi sobre a Ossétia do Sul aconteceu aquando dos

²³ Tradução livre do autor. Do original em inglês “The term “Russian-Georgian war” in not appropriate in this respect” (Independent International Fact-Finding Mission on the Conflict in Georgia, 2009c: 336).

Jogos Olímpicos em Pequim (King, 2008: 2). Recorde-se que este é o período durante o qual, segundo a tradição, deverá prevalecer uma trégua olímpica, isto é, por conta deste evento de abrangência global os conflitos armados e as hostilidades de uma maneira geral deverão conhecer um período de interrupção.

Acresce referir que esta sensação russa de incompreensão para com o seu vizinho do sul é reforçada pelos esforços pacíficos por si encetados no sentido de serem resolvidos de um modo não violento os duradouros conflitos que opunham a Abecásia e a Ossétia do Sul à Geórgia. Esse sentimento assenta na colaboração de proximidade entre Moscovo e entidades como a Organização para a Segurança e Cooperação na Europa e a própria Organização das Nações Unidas, as quais tinham em curso programas de manutenção de paz que contavam com uma importante contribuição da Rússia, um ator que sempre agiu de forma ativa nestas plataformas de atuação (Independent International Fact-Finding Mission on the Conflict in Georgia, 2009c: 336-337).

Para finalizar, há que sublinhar que o executivo de Mikheil Saakashvili foi múltiplas vezes advertido pela Rússia de que o recurso a uma opção de força iria comprometer seriamente o processo de resolução pacífica, precipitando o reconhecimento, por parte do Kremlin, da independência tanto da Abecásia quanto da Ossétia do Sul. Posto isto, a leitura de Moscovo apontou como agressor e responsável principal pelos confrontos de agosto de 2008 a Geórgia, por intermédio do respetivo governo (Nichol, 2009: 7).

Tendo isso em consideração, as autoridades russas não deixaram de afirmar que igualmente lamentável foi a passividade com que a comunidade internacional lidou com todo o processo, ignorando os avisos russos para a possibilidade de uma intensificação do nível de hostilidade apresentado pela Geórgia em relação aos seus territórios separatistas (Cohen e Hamilton, 2011: 74). Aliás, houve em Moscovo um desagrado em relação a alguns Estados membros da Organização do Tratado do Atlântico Norte que, a nível político e material, ajudaram a endurecer a visão militarista de Mikheil Saakashvili, a partir do encorajamento para a adesão do território do Cáucaso na organização (Cheterian, 2009: 164).

Em conclusão, sendo certo que esta grave ocorrência redundou num intenso esfriamento no relacionamento entre Geórgia e Rússia, o que prevalece são os laços históricos de muitos séculos de grande proximidade alimentados pela vizinhança de ambos os territórios. E é com esse sentimento de otimismo que a Rússia parece encarar o futuro da sua relação bilateral com Tbilisi, confiando que os georgianos reconhecerão a

necessidade de colocar no seu governo uma equipa que seja capaz de encarar com um renovado sentido de compromisso a segurança regional.

3.2.6. Geórgia

Nesta fase da análise às várias visões do conflito, iremos agora compreender com maior clareza o lado precisamente oposto àquele que vimos anteriormente, trata-se, naturalmente, da interpretação georgiana dos factos.

De acordo com o executivo de Mikheil Saakashvili, no dia 7 de agosto de 2008, a Rússia lançou uma invasão de ampla escala ao território georgiano (Independent International Fact-Finding Mission on the Conflict in Georgia, 2009c: 7). Ora, de acordo com as normas que regem o direito internacional esta género de ação é ilegal e injustificável. Para além disso, uma intervenção deste calibre constitui um grave atropelo à soberania política e à integridade territorial, conforme surge estabelecido pela Carta da Organização das Nações Unidas.

Acresce referir, igualmente, que, na ótica de Tbilisi, a conduta levada a cabo ao longo dos anos pelo Kremlin, e que em agosto de 2008 conheceu o seu apogeu, se tratou de uma tentativa de subversão do estado georgiano. Ora, posto isto, e considerando todo o internacionalmente reconhecido conjunto de regras que foram desrespeitadas, o executivo de Tbilisi não tem qualquer tipo de reserva em afirmar que foi vítima de um ato de agressão por parte do Kremlin (Independent International Fact-Finding Mission on the Conflict in Georgia, 2009c: 7).

Na sequência deste ponto de partida, observa-se que o Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas não autorizou a ação russa, não houve ataque armado nem se verificou uma situação de eminente ameaça de ataque contra a Rússia passível de acionar o direito à autodefesa e muito menos o executivo de Tbilisi autorizou a utilização de força militar de Moscovo no seu território.

Veja-se, no entanto, que as relações entre Tbilisi e Tskhinvali conheceram um período de provocações mais tenso e violento, durante o qual povoações georgianas foram alvos de constantes ataques, que vitimaram vários dos seus agentes de manutenção de paz, bem como polícias e civis (Independent, 2009). Mesmo com este cenário hostil, a Geórgia seguiu uma posição de grande moderação, enveredando por todas as soluções de cariz diplomático disponíveis para evitar o recurso à força.

Serve, pois, este argumento para demonstrar que as acusações por parte da Rússia que alegavam que o executivo de Mikheil Saakashvili estaria a praticar um genocídio, uma limpeza étnica, contra os ossetas não passaram de uma manobra de propaganda destinada a legitimar a brutalidade com que as forças armadas russas investiram sobre populações georgianas.

Adicionalmente, o governo de Tbilisi considera ter existido, e, inclusivamente, perdurado no tempo mais recente, um amplo conjunto de circunstâncias específicas que apontavam para uma eventual tomada de posição agressiva e unilateral por parte do vizinho russo. Entre esses fatores destacam-se os seguintes: a limpeza étnica de longo prazo, iniciada nos princípios da década de 1990, contra georgianos nas zonas em disputa em nome de uma homogeneização populacional que facilitasse o controlo político; e a subsequente política de distribuição em massa de passaportes nessas mesmas áreas, para consumir a fabricação de cidadãos russos (Nichol, 2009: 3).

Na senda desta onda de acusações, a Geórgia não deixou de sublinhar, igualmente, a revogação de muitos acordos bilaterais estabelecidos entre os dois países, bem como a imposição de embargos e sanções económicas sobre Tbilisi, o encerramento da fronteira, cortes de vias de comunicação, deportação de cidadãos georgianos da Rússia, entre outros exemplos. A somar-se a estas variadas contrariedades, a Geórgia foi também vítima de uma intensa campanha difamatória ao mesmo tempo que as movimentações militares se iam avolumando nas imediações das suas fronteiras (incluindo Abecásia e Ossétia do Sul), às quais se sucederam numerosas provocações armadas numa clara alusão à iminente possibilidade de um ataque sob as ordens do Kremlin, o qual se viria a concretizar (Foresti, Welton e Jijelava, 2010: 2-3).

Em conclusão, no que diz respeito à visão georgiana dos confrontos armados de agosto de 2008, estas foram os resultados mais expressivos, mais representativos, de uma relação bilateral progressivamente deteriorada, muito por conta da sucessão de alta intensidade de obstáculos políticos, económicos, diplomáticos e militares que a Rússia colocou diante da Geórgia.

Ora, perante um tão clarividente conjunto de fatores com ferozes consequências no bem-estar e na qualidade de vida dos cidadãos georgianos, o executivo de Mikheil Saakashvili viu esgotadas todas e quaisquer opções pacíficas, tendo, pois, respondido, sempre dentro do seu próprio território, aos ataques armados de autoria russa de forma proporcional e assente no princípio de autodefesa conforme a aplicabilidade prevista pela

Carta da Organização das Nações Unidas (Independent International Fact-Finding Mission on the Conflict in Georgia, 2009c: 11).

3.2.7. Abecásia

Nesta fase da nossa investigação, iremos atentar naquela que foi a visão deste conflito por parte da Abecásia. Estando já consolidada a noção de que a fase mais danosa deste episódio da história do Cáucaso tomou lugar no princípio do mês de agosto de 2008, merece ser feita a referência ao facto de que eram já de longa data as circunstâncias de instabilidade que eram transmitidas ao povo da Abecásia por parte da Geórgia, conforme atrás já havíamos observado.

Porém, e mesmo tendo presente essa realidade, é conveniente afirmar, de igual modo, que os serviços de inteligência de Tbilisi intensificaram, em 2008, as suas atividades na zona do rio Inguri (o qual banha a Abecásia e, inclusivamente, delimita as fronteiras de ambos os territórios durante vários quilómetros do seu curso). Esse aumento da presença georgiana nesta região sensível do mapa destinava-se, sobretudo, a localizar possíveis movimentações de tropas e as respetivas instalações por si criadas e a averiguar o grau de preparação das forças armadas da Abecásia. Para concretizar esses propósitos, a Geórgia socorreu-se dos seus veículos aéreos não tripulados (habitualmente conhecidos por drones) para monitorizar, recolher e sistematizar todas as informações possíveis acerca das capacidades bélicas abecásias (Independent International Fact-Finding Mission on the Conflict in Georgia, 2009c: 531).

Estas incursões de Tbilisi foram percecionadas como altamente desrespeitadoras dos direitos da Abecásia, a qual fez manifestar em várias ocasiões o seu descontentamento junto da Missão da Geórgia na Organização das Nações Unidas e das missões de manutenção de paz presentes no terreno. Entre as alegações que os líderes de Sukhumi invocaram, destacou-se o acordo de cessar-fogo assinado entre a Geórgia e a Abecásia no ano de 1994, e no qual ambas as partes se comprometiam a observar e respeitar as condições previstas pelo documento, o que envolvia a dimensão marítima, terrena e aérea (Petersen, 2008: 17).

Concomitantemente, o executivo de Mikheil Saakashvili ia fortalecendo uma posição claramente belicista, ao convidar para o país conselheiros militares internacionais, adquirir material de cariz ofensivo de alto potencial destrutivo e realizar sessões de treino conjuntas e extraordinárias. Na vertente discursiva, estas intenções, de

igual modo, iam-se materializando num clima de tensão que deixava os abecásios em alerta. Uma das mais destacadas vozes a manifestar-se neste sentido foi Erosi Kitsmarishvili, outrora embaixador da Geórgia na Rússia, tendo revelado que os altos líderes georgianos teriam planos para tornar ainda em agosto Sukhumi a nova capital do país, objetivo a alcançar por intermédio de uma ação militar contra a região (BBC NEWS, 2008c).

Perante estes desenvolvimentos, ficou amplamente explicitado que Tbilisi iria, a qualquer custo, empreender esforços pela recuperação da soberania sobre a Abecásia, o que agravou a suspeição entre os abecásios e deteriorou enormemente a segurança de uma região já historicamente instável. Desta forma, não surpreende que as iniciativas musculadas da Geórgia tivessem como propósito uma violenta intervenção armada, já que estas tinham como objetivo uma finalidade altamente indesejada pela população daquele território secessionista. No entanto, o já conhecido curso dos eventos poderia ter sido outro, tivessem os líderes georgianos considerado as opções de acordo de eliminação do recurso à força entre Tbilisi e Sukhumi, propostas pelos líderes separatistas.

Em jeito de encerramento, importa recuperar a importância do vale de Kodori. De acordo com as forças abecásias, já desde 2006 que esta região se tinha tornado o grande foco territorial das habituais provocações com a assinatura de Tbilisi. Realidade, esta, que foi bastante impulsionada após o Presidente Mikheil Saakashvili ter afirmado que a importância estratégica do vale para a Geórgia era extrema, uma vez que possibilitava um alcance aéreo à cidade de Sukhumi num curtíssimo espaço de tempo (Independent International Fact-Finding Mission on the Conflict in Georgia, 2009c: 532). Na sequência desta declaração, foi claramente visível o reforço do contingente militar georgiano no vale de Kodori.

Na sequência das confrontações ocorridas, a Abecásia considerou, por isso, ter sido vítima da brutalidade do Estado georgiano que, de uma forma perfeitamente unilateral, se propôs a recuperar a autoridade política sobre este território. Ao não considerar as vontades do povo aí residente e tendo procedido de uma maneira tão agressiva, a Geórgia não só não obteve o sucesso pretendido, como hipotecou as possibilidades de entendimentos acerca deste tema num futuro próximo.

3.2.8. Ossétia do Sul

Para finalizar, não poderíamos excluir desta análise das múltiplas perspectivas do conflito russo-georgiano de 2008 um dos grandes epicentros das confrontações, a Ossétia do Sul.

Um pouco à semelhança daquilo que foi observado no caso da Abecásia, e conforme já tivemos a oportunidade de explicar anteriormente na nossa dissertação, os desentendimentos acerca da entidade responsável pelo exercício da soberania da Ossétia do Sul não são recentes, não são um acontecimento isolado do ano de 2008. Esse foi, sim, o culminar mais negativamente significativo das tensões acumuladas ao longo do tempo.

Aliás, de acordo com a visão dos líderes ossetas, o mal-estar entre as duas partes adensou-se no final da década de 1980, isto é, num momento de progressiva fragilidade estrutural da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, que enfrentava já sérias dificuldades para conter os movimentos nacionalistas e separatistas, tal como também atrás já tínhamos referido. Recorde-se, pois, que a independência da Geórgia implicou o mesmo destino para a Ossétia do Sul, sendo que a sua população era maioritariamente a favor da manutenção do *status quo* sob a égide de Moscovo. Este é considerado um momento chave que desencadeia toda a sucessão de acontecimentos já abordados que viriam a opor Tskhinvali a Tbilisi ao longo das décadas subsequentes.

Ora, sabendo-se que a subida ao poder de Mikheil Saakashvili muito contribuiu para a intensificação das intenções de reunificação nacional, aquilo que se pode concluir é que, no princípio do ano da eclosão desta crise, o Estado georgiano, mais militarmente equipado e preparado do que em qualquer outro período da sua história, dispunha de detalhados mapas de satélite nos quais estavam já representadas as hipotéticas zonas que viriam a servir como teatro de operações. Ou seja, Tbilisi estava já a preparar-se para as hostilidades (Independent International Fact-Finding Mission on the Conflict in Georgia, 2009c: 504-505).

Nessa altura, em janeiro de 2008, o representante máximo dos ossetas, o Presidente Eduard Kokoity, tentou desacelerar a escalada do conflito e enviou ao executivo de Tbilisi uma comunicação a propor a realização de uma reunião conjunta com todas as partes envolvidas nas dinâmicas territoriais regionais. Com esta iniciativa, a Ossétia do Sul incentivava a discussão pelas vias políticas e diplomáticas, em detrimento do recurso à força que já se vislumbrava, dia após dia, como sendo a opção que seria privilegiada pelos agentes governamentais da Geórgia, dado que estes optariam por

ignorar a hipótese de diálogo que fora sugerida. De seguida, e já perante a inevitabilidade das confrontações militares, os ossetas evacuaram várias crianças e mulheres para a Rússia (Rayfield, 2012: 397).

Uma vez findo o conflito, as autoridades da Ossétia do Sul não hesitaram em responsabilizar a Geórgia pelo sucedido, tendo considerado a sua ação militar um verdadeiro ataque à população osseta, às suas infraestruturas, representantes e aspirações políticas. Segundo os representantes de Tskhinvali, esta agressão de Tbilisi veio afastar a possibilidade de um entendimento entre ambas as partes e consolidar a independência *de facto* da região secessionista, que prometeu manter-se firme nos seus desígnios independentistas, os quais saíram renovados na sequência deste período altamente conturbado na história da região caucasiana (Cornell, 2002: 186).

3.3. Dimensões do conflito congelado

Nesta fase final da nossa dissertação importa que afirmemos com clareza que esta crise a envolver a Geórgia, Abecásia e Ossétia do Sul e Rússia se enquadra na categoria de conflito congelado. Este é, por isso, o momento em que, recuperando alguns dos elementos teóricos adiantados no final do primeiro capítulo, iremos fazer a combinação entre essas ferramentas e aquela que foi a evolução dos acontecimentos verificada no terreno.

Primeiramente, é interessante relembrar que estamos a abordar um conflito que tomou lugar no espaço pós-soviético, uma região que, tal como acima já mencionámos, apresenta alguma variedade de ocorrências de divergência geopolítica com limitadas e pouco eficazes resoluções. Desta forma, aqueles que observam e estudam esta tipologia de crises podem, no que se refere a esta zona do globo, considerar que o conflito entre a Geórgia, a Ossétia do Sul e a Abecásia e a Rússia constitui mais um bom estudo de caso para avolumar o conjunto de exemplos que sustentam essa posição.

Academicamente, e naquilo que concerne a alguns dos seus mais nítidos traços característicos, consta-se que nesta moldura de conflitualidade, nos conflitos congelados, se tendem a registar, numa fase inicial, disputas violentas devido, em grande medida, a razões de índole política, identitária e étnica, as quais, geralmente, tendem a fundir-se e consubstanciar-se em aspirações secessionistas. Sendo, habitualmente, a partir do silêncio das armas que se segue às confrontações que se adotam soluções de durabilidade

questionável e se deixam arrastar no tempo os contenciosos ocorridos sem lhes serem atribuídas respostas claras ou formatos de resolução esclarecedores para os atores neles envolvidos. Eis-nos, portanto, perante um conjunto de elementos passíveis todos eles de serem detetados no estudo de caso em análise.

Vejam, estamos perante um conflito no qual se verificou violência armada com confrontações entre as partes envolvidas, estando na sua génese motivações separatistas alimentadas pelas ambições, partilhadas por abecásios e ossetas, como a vontade de ambas as populações se poderem administrar fora da esfera governamental georgiana baseada numa lógica de valorização da identidade e diferenciação étnica de cada uma em relação aos cidadãos da Geórgia. Sendo que, já na sequência das ações armadas, as reivindicações iniciais se mantiveram, e mantêm, sem se registar nem vislumbrar uma solução que permita dar-se um passo no sentido de uma normalização da situação geopolítica dos territórios em questão. Assim, defendemos que o enquadramento conceptual mais indicado a ser aplicado é o de situação de impasse, de bloqueio, de conflito congelado.

Outras características habituais neste tipo de casos e que correspondem, igualmente, à realidade são a existência de regimes *de facto* (isto é, na prática, nestas regiões operam modelos de governo que, efetivamente, administram a área, à margem dos executivos que são internacionalmente considerados) e a subsequente escassez de reconhecimento internacional. E uma vez mais o nosso estudo de caso cobre também estes aspetos, pois pode afirmar-se que é nesse registo jurídico que se podem colocar tanto a Ossétia do Sul quanto a Abecásia. Isto é, de acordo com a grande maioria dos Estados, ambos os territórios pertencem *de jure* (ou seja, com base no direito internacional e nos seus pressupostos) à jurisdição do executivo georgiano (Central Intelligence Agency, 2018). Contudo, aquilo que se verifica no dia-a-dia é uma situação em que a Geórgia não governa nem tem autoridade sobre a administração pública destas duas regiões (The Ministry of Foreign Affairs of the Russian Federation, 2018), sendo que somente a Rússia, Venezuela, Nicarágua, Vanuatu e Nauru reconhecem a independência das mesmas (Expresso, 2018a). Esta é apenas mais uma das incongruências que advêm de um conflito mal resolvido. Neste estudo de caso, o reconhecimento internacional é, pode, pois, concluir-se, uma das mais destacadas lacunas para a legitimação da independência e da governação dos executivos de Tskhinvali e Sukhumi.

Outra das condições formalmente atribuídas a estas circunstâncias e que encontram eco na realidade tem que ver com a existência de estruturas políticas ativas.

Ora, em territórios que se têm gerido de forma independente daquele que seria o poder central anteriormente responsável por essas funções terão necessariamente de existir corpos institucionais capazes de apresentar condições de governabilidade aos seus cidadãos, por mínima que seja.

Importa vincar, ainda, que este resultado é o fruto de um processo de paz falhado, outra característica transversal a esta modalidade de crises. Como foi já explicado, foram encetadas múltiplas tentativas de resolução pacífica pelos russos, georgianos, abecásios e ossetas (sem contar com os agentes externos), porém os desfechos foram predominantemente insatisfatórios para os agentes envolvidos e, portanto, todos vieram a fracassar, mais cedo ou mais tarde. Nestes dias, são tímidas as notícias que deem conta de esforços feitos no sentido de alterar convictamente o rumo dos acontecimentos, portanto, assume-se que esta pasta esteja, ainda que não oficialmente, entregue ao passar do tempo.

Por fim, é indispensável sublinhar o elevado grau de latência que subsiste na atualidade. Esta é uma atribuição que julgamos ser apropriada pelo facto do tratamento dado, ao longo destes últimos anos, a este conflito ter sido o da manutenção do *status quo*. Esta solução, que em si mesma é, na verdade, uma não solução, encerra uma enorme carga de imprevisibilidade, o que agrava a perigosidade em torno desta crise.

Sendo certo que estamos a lidar com uma muito sensível transição entre o conflito e a tranquilidade, o facto desta permanecer aberta concede um maior espaço de manobra para aqueles que estiverem prontos a desfazê-la. Algo que é muito positivo se quem se propuser a alterar a dinâmica de poder instituída o fizer com o intuito de resolver em definitivo este problema por intermédio de um diálogo construtivo e produtivo. Mas que poderá ser, adversativamente, bastante nocivo se as armas voltarem a assumir o papel principal num enredo que se pauta pela sua forte carga de incerteza.

Incerteza e latência afiguram-se, aliás, de acordo com o nosso entendimento, os adjetivos mais indicados para esta situação de bloqueio, uma vez que o conflito apesar de estar aparentemente resolvido e ter caído no esquecimento à escala daqueles que são os grandes debates no cenário da Ciência Política e das Relações Internacionais não foi efetivamente ultrapassado por nenhuma das partes nele ativa e diretamente imiscuídas. A Geórgia continua a reivindicar a soberania da Ossétia do Sul e da Abecásia. A Ossétia do Sul e a Abecásia continuam a ser dois territórios sem credibilidade e com pouca margem de manobra na cena internacional por força das suas turbulentas circunstâncias de independência, o que compromete o seu desenvolvimento. E a Rússia permanece

praticamente isolada a nível global no reconhecimento que concedeu aos dois territórios secessionistas, os quais continuam a beneficiar do seu apoio.

Estas tensões poderão vir a diluir-se ou a conhecer uma renovada força, mas isso só a evolução da latência o dirá. No entanto, vale a pena não esquecer que este é um terreno fértil para reativações de focos de discórdias e, nesse sentido, resta-nos esperar pelo avanço do tempo para que possamos voltar a debruçar-nos sobre as oportunidades de paz que este contexto tem para oferecer e que os próximos desenvolvimentos irão gerar. Sendo certo, porém, que uma postura mais ativa por parte dos agentes governativos em nome de uma abordagem pacificadora e consistente seria apreciável (Hill, 2010: 225) para se contrariar a noção, por ventura equivocadamente instituída, de que a não resolução dos conflitos é uma opção confiável e segura.

Desta forma, e perante os dados apresentados, consideramos que estas linhas nos servem de demonstrações claras de que o conflito armado russo-georgiano se poderá apresentar como sendo um caso de conflito congelado. Vejamos ainda que, somando ao que foi já defendido, existe um passado de confrontações violentas que assombram a memória coletiva das populações envolvidas, sendo essas marcas profundas e que dificilmente serão postas de lado. Aliás, não é de excluir que estes mesmos sentimentos possam vir a impulsionar um regresso às hostilidades (Aggestam e Björkdahl, 2011: 22).

Esse mesmo passado remete para transferências de soberania, algumas mais preparadas do que outras, nas quais frequentemente se fizeram ignorar as perceções dos governados acerca da visão destes sobre a o rumo a dar à respetiva administração pública. Ou seja, uma história recente assente em bases pouco estruturadas e muito diversificadas. Para além de que, como também tivemos a oportunidade de observar, existirem passados pós-soviéticos em mais regiões, que não apenas nesta sobre a qual nos debruçámos, em que se situações de tensão não conheceram um desenlace convencional (Racz, 2016: 7).

E claro, na sequência desta tipificação de fatores, os processos de democratização em curso foram abalados em períodos muito incipientes, traduzindo-se em interrupções abruptas que atrasaram a modernização das infraestruturas, limitaram os crescimentos económicos e retardaram a evolução das instituições democráticas no seu todo (Aphrasidze e Siroky, 2010: 123). Interrupções essas que, subsequentemente, se vieram a saldar em mais crises, mais divergências, mais tensões, mais confrontações, mais instabilidade, mais incertezas, mais latência, mais gelo.

Conclusões finais

Nesta secção de encerramento, importa que regressemos à pergunta de partida formulada na fase mais inicial da nossa dissertação, a qual, recordamos, interrogava *quais seriam as dimensões do conflito armado russo-georgiano que o tornavam uma situação de bloqueio no espaço pós-soviético*. Ora, para finalizarmos a nossa pesquisa, julgamos ser proveitoso destacar algumas das principais conclusões obtidas em cada um dos três capítulos que possibilitem uma resposta àquela que foi a problematização fundacional da nossa investigação.

Começando pelo capítulo inicial, é incontornável a noção de que a conflitualidade consiste em toda uma temática crucial para alguns dos grandes objetos de estudo em Ciência Política e Relações Internacionais, pois as dinâmicas de interação aí presentes, as razões que as produzem, as consequências delas surgidas e todo o processo evolutivo que vai do momento mais inicial da divergência até ao seu término (seja este mais eficaz ou mais débil) engrandecem os elementos conceptuais constitutivos desta área de conhecimento.

Ora, com base neste pressuposto, e estando nós a lidar com um conceito tão multifacetado, tão multidimensional, pudemos observar que, ao nível estatal, a noção de conflito pode conhecer uma enorme variedade de ramificações e subgéneros. Do ponto de vista interno pode contemplar desde o conflito latente, até à mais agressiva das guerras civis. A nível internacional, a expressão máxima da conflitualidade poderá alcançar a guerra. Ou seja, uma vez tratando este tema, existem infinitas possibilidades e formatos de uma situação de desacordo entre, pelo menos, duas partes se manifestar.

Precisamente devido a esta grande abundância de modalidades de discórdia, muitos têm sido os trabalhos de pendor académico focados na compreensão de muitas destas variações. E entre os grandes desenvolvimentos verificados nesta área temática de Ciência Política e Relações Internacionais, consta a ideia da nova conflitualidade.

Este recém-fundado corpo conceptual, importa voltar a frisar, estabelece um conjunto de características específicas perfeitamente detetáveis em muitos dos conflitos existentes na atualidade. Para enumerar apenas alguns exemplos, constam: uma maior contenção em relação ao uso da força (sobretudo em contenciosos internacionais), o aumento da capacidade destrutivas dos arsenais, a reduzida probabilidade de confrontações entre grandes potências estatais, aumento dos conflitos internos (incluindo-

se aqui os separatismos e as tensões sociais) e o crescimento das ameaças de origem e tipologias abrangente e heterogénea (em contraposição aos casos clássicos em que a ameaça se materializava num outro Estado).

Falar em novos conflitos é, acima de tudo, falar de uma pesada carga de incerteza. Isto porque, muitas das crises dignas deste rótulo poderão ter uma enormíssima panóplia de causas e atores, destacando-se: racismo, fundamentalismo religioso, pobreza, alterações climáticas, nacionalismos exacerbados, terrorismo, cibercriminalidade, corrupção, conflitos comerciais, entre muitos outros exemplos.

É partindo deste universo de dúvidas com raízes tão variadas que surge a pertinência da abordagem aos conflitos congelados, das situações de bloqueio, dado que também estes casos refletem uma das dimensões da nova conflitualidade. Ora, sendo certo que estamos na presença de uma abordagem conceptual que necessita de ser mais estudada e mais investigada, parece-nos ser possível elencar alguns traços transversais aos casos de crises que, habitualmente, são consideradas como estando estagnadas no tempo.

Primeiramente, trata-se de um conflito que não conheceu uma solução verdadeiramente eficaz no sentido de lhe ser colocado um termo que fosse aceite por todas as partes nele ativas. Em segundo lugar, por força de se manterem em aberto e de possibilitarem uma situação de desfecho pacífico, por um lado, ou de retorno à violência, como também é plausível, encerram em si mesmo uma forte dose de perigosa imprevisibilidade. Para fechar o triângulo das principais características de um conflito congelado, importa sublinhar que, com base nos exemplos que observámos, este fenómeno tende a ser mais propício em regiões que estão em fase de consolidação democrática e amadurecimento Estatal. Ou seja, a contribuir para as incertezas destes casos estão instituições estatais que, por força das diferentes velocidades de instauração plena das normas e dos procedimentos democráticos, ainda não conseguiram lidar da maneira mais eficaz com esta problemática. Para fechar, podemos considerar um conflito congelado como sendo uma situação de crise na qual a violência poderá estar ausente, mas não se pode descartar definitivamente como meio a ser eventualmente utilizado, isto por causa da debilidade que preside aos processos de paz habituais nestes casos (Perry, 2009: 35-54).

Avançando para o capítulo seguinte, cabe-nos referir que as incursões que fizemos no sentido de compreendermos as motivações históricas que sustentassem este conflito foram fundamentais, pois permitiram-nos obter uma visão holística, apesar de sintética,

das raízes da discórdia. Aliás, foi precisamente para favorecer e fornecer um entendimento semelhante ao leitor que concretizámos a descrição da crise na imediata sequência da observação dos fatores históricos e dos fatores que antecederam a violência armada.

Sobre este capítulo, apraz-nos referir que o impacto imediato alcançado por este conflito atingiu um patamar elevadíssimo devido a dois grandes motivos. O primeiro deles tem que ver com o grande evento de amplitude e reconhecimento globais que se iniciou praticamente em simultâneo com as primeiras movimentações militares, falamos, pois, dos Jogos Olímpicos de Pequim. Por conta deste cruzamento de acontecimentos, várias foram as críticas dirigidas às posições de força adotadas pelos seus intervenientes, os quais, para todos os efeitos, incorreram na quebra da tradicional trégua olímpica, um símbolo desta competição desportiva que, pelo menos na edição de 2008, não passou disso mesmo, devido ao sangue derramado nos territórios que sedearam os confrontos.

Um segundo ponto que contribuiu enormemente para que esta crise fosse catapultada para o raio de ação dos holofotes mediáticos diz respeito ao reconhecimento, por parte de Moscovo, da independência das autoproclamadas repúblicas da Ossétia do Sul e da Abecásia. Esta ação causou uma surpresa geral, atendendo a que a Rússia concretizou, desta maneira, a sua mais explícita manifestação de apoio às causas secessionistas defendidas por Sukhumi e Tskhinvali. Sendo certo que o conflito armado propriamente dito já tinha trazido um alargado leque de graves consequências (de toda a espécie: humanas, materiais, políticas, sociais, económicas) tanto para a Rússia como para a Geórgia, o apoio formal do Kremlin às reivindicações dos separatistas veio consumir tomadas de posições internacionais variadas em relação a esta inegável modificação da repartição do poder nesta zona do Cáucaso.

Avançando para o terceiro capítulo, consideramos que este desempenhou uma importante função, a de fundir as informações avançadas nos dois anteriores e de lhes atribuir um sentido reforçado, por força da clarificação do contexto geopolítico em análise, o que, julgamos, facilitou a compreensão de bastantes aspetos afetos às dinâmicas de poder do Mar Negro e ao próprio conflito russo-georgiano. Além disso, e conforme ficou visível, é indesmentível a enorme relevância do entorno geográfico e político georgiano para o desenvolvimento das hostilidades, numa demonstração clara de que as dinâmicas de poder regionais e de vizinhança podem desempenhar um papel ao nível da conflitualidade que, decididamente, não se pode negligenciar.

No entanto, vale a pena recuperarmos o argumento do penúltimo parágrafo para fazermos a ponte com o último capítulo, já que nele nos aprofundámos, de igual forma, na identificação das reações de vários atores da comunidade internacional.

Ao fazê-lo tínhamos em vista um objetivo concreto e bem definido, averiguar as posições dos Estados e das principais organizações internacionais quando confrontadas com um cenário de disputa militar entre dois países soberanos, uma situação já por si pouco usual, seguido do reconhecimento da independência, pela Rússia, de dois territórios de inspiração declaradamente secessionista, uma circunstância ainda mais inusitada. A combinação destas realidades com as visões particulares dos Estados e entidades analisadas, às quais se juntaram conjunturas tão específicas como a posição destacada que França ocupava na estrutura da União Europeia à data dos acontecimentos, tornaram este capítulo altamente benéfico para um entendimento mais vasto das múltiplas interpretações feitas ao conflito.

E essa análise foi, na nossa visão, uma das que mais enriqueceu a nossa investigação, já que permitiu-nos compreender os múltiplos posicionamentos oficiais pelos quais se podem enveredar neste género de circunstâncias. A pluralidade de ângulos de abordagem, fundados, é certo, em determinadas razões de particular interesse para cada um dos visados, é um elemento plenamente demonstrativo da variedade de leituras que se podem fazer de um mesmo acontecimento, sendo esse um dos apanágios da Ciência Política e Relações Internacionais que aqui ficou patente.

Adicionalmente, entendemos por bem acrescentar, nesse subcapítulo, as visões dos próprios intervenientes diretos, sendo que estas seriam, em princípio, facilmente deduzíveis, afinal havia-se registado um confronto armado entre si.

Contudo, por estarmos a abordar a temática teórica dos conflitos supostamente bloqueados no tempo, julgámos ser especialmente proveitoso demonstrar como cada uma das parcelas envolvidas partilhava um conjunto comum de características, embora, logicamente, o recusasse a admitir. As quatro partes que se confrontaram consideraram-se, cada uma o defendendo no seu formato da verdade: vítimas de ingerências alheias ou de abusos de poder por parte de congéneres estrangeiros; vítimas da incompreensão dos seus objetivos; máximas defensoras da pureza da verdade que presidiu ao motivo e ao subsequente encadeamento dos factos; absolutas apoiantes dos modelos de resolução pacífica de conflitos, tendo esta índole pacífica esbarrado constantemente na beligerância e agressividade do outro; e, por fim, perfeitamente convencidas de que a evolução dos acontecimentos foi danosa e causadora de volumosos prejuízos mas inteiramente

justificada, dado que não se registou abertura do outro lado para que se viabilizassem alternativas.

Por isso mesmo e como nota final, parece-nos essencial sintetizar as dimensões do conflito que o tornam uma situação de bloqueio: passado de conflitualidade violenta (de índole étnica, identitária, política e cultural) que marcou a convivência entre georgianos, de um lado, e abecásios e ossetas, do outro; não resolução oficial da crise de agosto de 2008; firme espírito de separatismo que subsiste; impasse jurídico-político que assenta no parco reconhecimento internacional da Abecásia e da Ossétia do Sul; estágio de democratização embrionário e turbulento nas áreas de confrontos; e, ainda, as reivindicações, até aos dias de hoje, de Tbilisi de que as regiões secessionistas são parte da Geórgia e, do lado dos separatistas, a convicção persistente de que a independência se consumou e não terá retorno.

Nesta fase em que clarificamos algumas das principais conclusões obtidas pela nossa investigação, é apropriado fazermos menções a algumas das limitações com as quais nos deparámos aquando do desenvolvimento das pesquisas efetuadas. Naquilo que se refere à ótica teórica, o nosso destaque recai, em reforço ao que já anteriormente expusemos, à ausência de material académico de claro enfoque na temática dos conflitos congelados. Sendo certo que se estão a ser dados passos no sentido de ser suprimida essa insuficiência, esta não deixou de representar um desafio acrescido no curso dos nossos trabalhos.

Alargando a nossa perceção de limitações ao universo do estudo de caso, existiram, no nosso entendimento, dois grandes elementos a criar dificuldades particularmente observáveis. O primeiro, assim classificado por transcender a esfera do conflito armado russo-georgiano de 2008 e manifestar-se já muito antes dele e também até aos dias de hoje, tem que ver com um recorrente recurso linguístico, visível numa ampla parcela da bibliografia analisada, designadamente na de autores europeus ou norte-americanos, e que diz respeito à dicotomia ocidente-Rússia equivalente a uma narrativa nós-outros. As sucessivas referenciações ou alusões à existência de dois blocos tão definidos e essencialmente adversativos causou-nos incómodo devido ao nosso interesse em valorizar a pluralidade democrática, alinhem-se os devidos agentes políticos e económicos conforme os nossos princípios ou não.

A juntar a este aspeto adicionamos, ainda, o comportamento dos grandes protagonistas políticos e militares afetos ao conflito estudado, na medida em que as mútuas e constantes trocas de acusações, por vezes empregando-se até os mesmos

argumentos de arremesso, causaram fortes inconvenientes no momento de se perceber onde residia a factualidade dos eventos. Pese o contexto de confrontações que se verificou, a dialética acusatória que predominantemente veio a público por parte de altos responsáveis públicos deverá ter sido útil, sobretudo, para fins de contrainformação.

Outra componente que julgamos ser pertinente constar na secção das conclusões finais relaciona-se com o aspeto das recomendações, a partir daquilo que foram as nossas observações e os nossos resultados, para estudos e abordagens futuras. No nosso entendimento, existem várias modalidades de análise a este conflito que não estão suficientemente desenvolvidas.

Um exemplo de uma área pouco explorada é o olhar das populações acerca de toda esta onda de efervescências geopolíticas, sobretudo na Abecásia e na Ossétia do Sul. Isto é, por muito que sejam importantes, que são, as interpretações políticas e internacionais de ocorrências deste tipo, não há como negar a importância das percepções que os cidadãos, que os residentes nestes espaços disputados, têm acerca das mutações pelas quais passam as suas terras têm passado ao longo dos anos.

Temos, pois, a convicção de que seria altamente relevante proceder-se a um estudo, tão detalhado quanto possível, que incidisse sobre a componente humana, emocional, sobre as pessoas, afinal de contas os povos são, para todos os efeitos, a génese dos territórios, a alma dos países, são o coração da Abecásia e da Ossétia do Sul.

Referindo, ainda, uma outra área, a qual é, apesar de tudo, bem mais discutida e, conforme é sabido, com potencial para um debate académico enriquecedor, defendemos que merecia um tratamento cada vez mais exaustivo a temática da energia. Como tivemos já a oportunidade de referenciar, nesta zona do globo o fator energético tem uma importantíssima dimensão política. Pois, como também observámos, a gestão dos custos e da subsequente distribuição dos recursos energéticos poderá variar consoante aspetos relacionados com variáveis políticas e estratégicas por parte de quem detém as grandes reservas destes produtos, tratando-se de uma autêntica moeda de troca a favorecer tendencialmente as aspirações e os anseios políticos dos seus proprietários e respetivos Estados.

Acreditamos, pois, que, com base nessa dicotomia energia-poder, poderiam ser levadas a cabo ainda mais investigações com matéria de análise suficiente para se gerarem e desenvolverem trabalhos académicos de grande qualidade e com um elevado grau de pertinência.

Para finalizar, consideramos ter correspondido de forma bastante satisfatória aos desafios que nos propusemos a ultrapassar, dado que nos pudemos envolver mais proximamente com um cruzamento de temas que nos suscitava curiosidade acadêmica e que se vieram a revelar altamente compensadores do tempo despendido a trabalhá-los.

Reiteramos, por fim, a posição já acima referenciada, de que os conflitos congelados deverão ser alvo de mais investigações, objeto de mais atenções por parte daqueles que nutrem interesse pelas Relações Internacionais. No mesmo sentido, renovamos a nossa opinião de que crises como a de agosto de 2008 não estão, efetivamente, bloqueadas no tempo, mas antes a evoluir na sua imprevisibilidade. Com base nestes dois eixos analíticos, esperamos ter acrescentado alguns elementos acadêmicos relevantes à área da Ciência Política e das Relações Internacionais. Mas se, porventura, a nossa contribuição redundasse, essencialmente, em mais perguntas, num reforço da problematização dos assuntos em análise, não seria isso também um contributo para o desenvolvimento da ciência?

Referências bibliográficas

. Fontes primárias:

. Aron, Raymond (2003), *Peace & War – A Theory of International Relations*. New Jersey (Estados Unidos da América): Transaction Publishers;

. Bispo, António Jesus (1998), *Elementos para uma Teoria do Conflito Político*. Lisboa (Portugal): Instituto Português da Conjuntura Estratégica; Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas; Academia Internacional da Cultura Portuguesa; Instituto Nacional de Engenharia e Tecnologia Industrial; Instituto da Defesa Nacional e Instituto D. João de Castro;

. Clausewitz, Carl Von (1976), *Da Guerra*. Lisboa (Portugal): Perspectivas & Realidades;

. Fânzeres, José Manuel Ferreira (2014), *Geopolítica e Geoestratégia da Federação Russa*. IDN Cadernos, nº14. Lisboa (Portugal): Instituto da Defesa Nacional

. Hobbes of Malmesbury, Thomas (1983), *Leviatã ou Mátéria, Forma e Poder de um Estado Eclesiástico e Civil*. 3ª Edição. São Paulo (Brasil): Abril Cultural;

. Hobsbawm, Eric John (1990), *Nations and Nationalism since 1780: programme, myth, reality*. 2ª Ed. Reino Unido: Cambridge University Press;

. Kaldor, Mary (1999), *New and Old Wars: Organised Violence in a Global Era*. Cambridge / Stanford: Polity Press / Stanford University Press;

. Kant, Immanuel (2013), *A Paz Perpétua e Outros Opúsculos*. Lisboa (Portugal): Edições 70;

. Kjellén, Rudolf (1917), *Der staat als lebenform*. Leipzig (Alemanha): S. Hirzel Verlag;

. Mearsheimer, John J. (2001), *The Tragedy of Great Power Politics*. Estados Unidos da América: W. W. Norton & Company;

. Morgenthau, Hans J. (1946), *Scientific Man versus Power Politics*. Chicago (Estados Unidos da América): University of Chicago Press;

. Morgenthau, Hans J. (1973), *Politics Among Nations: the struggle for power and peace*. 5ª Edição Revista. New York (Estados Unidos da América): Alfred A. Knopf

. Fontes secundárias:

. Allison, Roy (2009), *The Russian case for militar intervention in Georgia: international law, norms and political calculation*, European Security, dezembro, vol. 18, nº2;

. Aphrasidze, David e Siroky, David (2010), *Frozen Transitions and Unfrozen Conflicts, Or What Went Wrong in Georgia?*, Yale Journal of International Affairs;

. Ciută, Felix (2007), *Parting the Black Sea (Region): Geopolitics, Institutionalisation and the Reconfiguration of European Security*, European Security, vol.16, nº1. Routledge;

. Cravinho, João Gomes (2002), *Visões do Mundo – As Relações Internacionais e o Mundo Contemporâneo*. Lisboa (Portugal): Imprensa de Ciências Sociais do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa;

. Fernandes, Hugo Miguel Moutinho (2016), *As Novas Guerras: O Desafio da Guerra Híbrida*. Revista de Ciências Militares, vol. 4, nº2, novembro;

. Gogolashvili, Kakha (2017), *EU-Georgian Relations Future Perspectives*, Georgian Center for Security and Development;

. Independent International Fact-Finding Mission on the Conflict in Georgia (2009c). Vol. 3;

- . Kaldor, Mary (2013), *In defence of New Wars*. Stability: International Journal of Security and Development, vol. 2, nº1;
- . King, Charles (2008), *The Five-Day War – Managing Moscow After the Georgia Crisis*, Foreign Affairs, novembro/dezembro;
- . Mitchell, C. R. (1981), *The Structure of International Conflict*. Reino Unido: The Macmillan Press Ltd;
- . Münkler, Herfried (2010), Old and new wars. In: *The Routledge Handbook of Security Studies*. Estados Unidos da América e Canadá: Routledge;
- . Nye, Joseph S. (2014), *Compreender os Conflitos Internacionais: Uma Introdução à Teoria e à História*. 3ª Ed. Portugal: Gradiva;
- . Racz, Andras (2016), *The frozen conflicts of the EU's Eastern neighbourhood and their impact on the respect of human rights*, Trans European Policy Studies Association, European Parliament;
- . Ramírez, Manuel de Miguel (2013), Georgia y sus territorios secesionistas: más allá del punto de no retorno. In: *Panorama geopolítico de los conflictos 2013*. Instituto Español de Estudios Estratégicos;
- . Tzu, Sun (1963), *A Arte da Guerra*. Lisboa (Portugal): Editorial Futura;
- . Waltz, Kenneth N. (2001), *Man, the State and War – A Theoretical Analysis*. 2ª edição. New York (Estados Unidos da América): Columbia University Press;
- . Weinstein, Jeremy M. (2007), *Inside rebellion: the politics of insurgent violence*. Cambridge University Press

. Artigos:

. Aggestam, Karin e Björkdahl, Annika (2011), *Just Peace Postponed: Unending peace processes & frozen conflicts*, JAD-PdP Working Paper, janeiro, nº10;

. Avaliani, Dmitry; Bukia, Sopho; Tskhurbayev, Alan e de Waal, Thomas (2008), *How the Georgian War Began*, Institute for War & Peace Reporting;

. Aydin, Mustafa (2005), *Regional Cooperation in the Black Sea Area and its Integration into Euro-Atlantic Structures*, The Role of the Wider Black Sea Area in a Future European Security Space, dezembro, vol.1. Roma (Itália): NATO Defense College, Academic Research Branch;

. Blank, Stephen (2008), *Russia and the Black Sea's Frozen Conflicts in Strategic Perspective*, Mediterranean Quarterly, vol. 19, nº3;

. Boonstra, Jos U. (2005), *The Problem of Frozen Conflicts in the Wider Black sea Area. Transdnistria, A Frozen Conflict?*, The Role of the Wider Black Sea Area in a Future European Security Space, dezembro, vol.1. Roma (Itália): NATO Defense College, Academic Research Branch;

. Bowker, Mike (2011), *The war in Georgia and the Western response*, Central Asian Survey, vol. 30, nº2;

. Caldeira, Duarte Heitor (2016), *O Conflito Ucrainiano Enquanto Instrumento Estratégico da Segurança Nacional Russa*, Estudos Estratégicos: estratégia contemporânea e conflitualidades. Coleção ARES, nº9. Lisboa (Portugal): Instituto de Estudos Superiores Militares;

. Cheterian, Vicken (2009), *The August 2008 war in Georgia: from ethnic conflict to border wars*, Central Asian Survey, junho, vol. 28, nº2. Routledge;

- . Cohen, Ariel e Hamilton, Robert E. (2011), *The Russian Military and the Georgia War: lessons and implications*, Strategic Studies Institute, junho;
- . Cornell, Svante E. e Nilsson, Niklas (2009), *Georgian Politics since the August 2008 War*, Demokratizatsiya, nº3, verão;
- . Correia, João Manuel Pinto (2014), *O Fator Religião nas Relações Internacionais e as “New Wars”*, Revista de Ciências Militares, Instituto de Estudos Superiores Militares, vol. 2, nº1, maio;
- . Correia, Paulo Neves (2016), *A Importância Estratégica da Posse da Crimeia*, Estudos Estratégicos: estratégia contemporânea e conflitualidades. Coleção ARES, nº9. Lisboa (Portugal): Instituto de Estudos Superiores Militares;
- . Davey, T. (2014), *Is the Black Sea an area of future conflict or cooperation and what are the implications for regional maritime security?*, Defence Academy Yearbook. Defence Academy of the United Kingdom;
- . de Haas, Marcel (2008), *External Security Cooperation: Friends or Foes?*, The European Union and Russia: Perception and Interest in the Shaping of Relations, novembro. A Haia (Holanda): Netherlands Institute of International Relations Clingendael;
- . Fearon, James D. e Laitin, David D. (2001), *Ethnicity, Insurgency and Civil War*, 2001 Annual Meetings of the American Political Science Association;
- . Foresti, Marta; Welton, George e Jijelava David (2010), *Review of international assistance to political party and party system development – Case study report: Georgia*, Overseas Development Institute, agosto;
- . International Crisis Group (2004), *Georgia – Avoiding War in South Ossetia*, Europe Report, nº159, 26 de novembro;

- . Ionescu, Mihail E. (2005), *The Greater Black Sea Region Cooperation: A Historical Survey*, The Role of the Wider Black Sea Area in a Future European Security Space, dezembro, vol.1. Roma (Itália): NATO Defense College, Academic Research Branch;
- . Jackson, Bruce (2006), *The “Soft War” For Europe’s East*, Policy Review, junho e julho, nº137. Hoover Institution;
- . Kowalski, Mateus (2009), *Novas Guerras, Novos Actores. As Empresas Militares Privadas*. Nação e Defesa, nº124, 4ª série, outono-inverno;
- . Lang, David Marshall; Suny, Ronald Grigor; Djibladze, Mikhail Leonidovich e Howe, G. Melvyn (2016), *Georgia*, Encyclopædia Britannica;
- . Larsen, Henrik Boesen Lindbo (2012), *The Russo-Georgian war and beyond: towards a European great power concert*, European Security, março, vol. 21, nº1;
- . Mansfield, Edward D. e Snyder, Jack (1995), *Democratization and the Danger of War*. International Security, vol. 20, nº1, verão;
- . Mateus, Manuel Carvalho (2016), *O Mecanismo e as Condições da Vitória: Diferenças Entre a Conflitualidade Tradicional e a Conflitualidade Contemporânea*, Estudos Estratégicos: estratégia contemporânea e conflitualidades. Coleção ARES, nº9. Lisboa (Portugal): Instituto de Estudos Superiores Militares;
- . Moura, Tatiana (2005), *Novíssimas guerras, novíssimas pazes. Desafios conceptuais e políticos*. Revista Crítica de Ciências Sociais, nº71;
- . Mudric, Gheorghe (2014), *Política Externa da Federação Russa: Orientação da Política de Segurança e Defesa da Rússia do Séc. XXI*. Revista Científica da Academia da Força Aérea, nº4;
- . Muela, Ricardo Álvarez-Maldonado (2009), *El mar Negro en su entorno geoestratégico*, Cuadernos de Pensamientos Naval, novembro, nº10. Armada Española, Escuela de Guerra Naval;

- . Neto, Nuno Laranjeiro (2016), *O Significado Estratégico do Conflito na Ucrânia*, Estudos Estratégicos: estratégia contemporânea e conflitualidades. Coleção ARES, nº9. Lisboa (Portugal): Instituto de Estudos Superiores Militares;
- . Nichol, Jim (2009), *Russia-Georgia Conflict in August 2008: Context and Implications for U.S. Interests*, Congressional Research Service;
- . Nieto, W. Alejandro Sanchez Cornejo (2008), *A Drop in the Ocean: Bulgaria's NATO Membership and Black Sea Geopolitics*. European Security, vol. 17, nº4. Routledge;
- . Nunes, Isabel Ferreira (1996), *Os conflitos regionais e a segurança internacional*. Nação e Defesa, nº80
- . Ora, Jaap (2006), *Frozen conflicts and the EU – a search for a positive agenda*, Estonian Ministry of Foreign Affairs Yearbook;
- . Pallin, Carolina Vendil e Westerlund Fredrik (2009), *Russia's war in Georgia: lessons and consequences*, Small Wars & Insurgencies, junho, vol. 20, nº2;
- . Perry, Valery (2009), *At a Cross Purposes? Democratization and Peace Implementation Strategies in Bosnia and Herzegovina's Frozen Conflict*, Human Rights Review, 10;
- . Petersen, Alexandros (2008), *The 1992-1993 Georgia-Abkhazia War: A Forgotten Conflict*, Caucasian Review of International Affairs, vol.2, nº4, outono;
- . Pezarat Correia, Pedro de (2012), *Geopolítica e Geoestratégia*, Nação e Defesa, nº131, 5ª série;
- . Pia, Emily e Diez, Thomas (2007), *Conflict and Human Rights: A Theoretical Framework*, SHUR Working Paper Series, janeiro;
- . Romila, Cristina (2006), *La Región del Mar Negro: Cooperación Regional a Principios del Siglo XXI*, Boletín de Información, nº293, Ministerio de Defensa;

- . Sprout, Harold and Sprout, Margaret (1968), *An Ecological Paradigm for the Study of International Politics*, Research Monograph 30, Center of International Studies, Princeton University;
- . The School of Russian and Asian Studies (2008), *Chronologies of the Caucasus Conflict*, 11 de setembro;
- . The School of Russian and Asian Studies (2015a), *Abkhazia – Grandeur to Ruin... and Back Again?*, 24 de janeiro;
- . The School of Russian and Asian Studies (2015b), *South Ossetia: Old Territory, New Problems*, 24 de janeiro;
- . Ungureanu, Ravzan (2005), *Remarks on a Security Concept for the Wider Black sea Area*, The Role of the Wider Black Sea Area in a Future European Security Space, dezembro, vol.1. Roma (Itália): NATO Defense College, Academic Research Branch;
- . Vasconcelos, Tiago Maria Ramos Chaves de Almeida (2009), *O Futuro do Sistema Internacional Face ao Crescimento do Poder dos BRIC*, Boletim – Formação Investigação Doutrina. Nº7, dezembro. Instituto de Estudos Superiores Militares;
- . Vladova, Galya e Knieling, Jörg (2014), *Potential and challenges for the Black Sea regional cooperation*, Eastern Journal of European Studies, junho, vol. 5, nº1;
- . Welt, Cory (2010), *The Thawing of a Frozen Conflict: The Internal Security Dilemma and the 2004 Prelude to the Russo-Georgian War*, Europe-Asia Studies, janeiro, vol. 62, nº1;
- . Wilson, Dominic e Purushothaman, Roopa (2003), *Dreaming with BRICs: The Path to 2050*, Global Economics Paper, nº99, The Goldman Sachs Group, Inc.

. Conferências, palestras e comunicados:

. Beradze, T.; Topuria, K. e Khorava, B. (2009), *A Historical-Geographic Review of Modern Abkhazia*. Palestra no âmbito da conferência *Causes of War – Prospects for Peace*. Tbilisi (Geórgia), 2 e 3 de dezembro de 2008;

. Clancy, Mary Alice C. e Nagle, John (2009), *Frozen Conflicts, Minority Self-Governance, Asymmetrical Autonomies – In search of a framework for conflict management and conflict resolution*. Artigo exposto no âmbito da 6ª Mesa Redonda Ásia-Europa. Londonderry (Irlanda do Norte), 10 a 12 de junho;

. Galtung, Johan (2009), *Theories of Conflict – Definitions, Dimensions, Negations, Formations*. Baseado em aulas ministradas ao longo da sua carreira universitária entre 1958 e 1973;

. Hill, William H. (2010), *Reflections on Negotiation and Mediation – The Frozen Conflicts and European Security*. Baseado na conferência Spring Symposium. Sapporo (Japão), 6 de março de 2009;

. Jasutis, Grazvydas (2016), *Human Security Dimensions across the Frozen Conflicts in the Post-Soviet Space*. Baseado na discussão da conferência *The EU and the Eurasian Economic Union: moving towards Cooperation*. Milão (Itália), 7 de março;

. Mikhelidze, Nona (2009), *After the 2008 Russia-Georgia War: implications for the wider Caucasus and prospects for western involvement in conflict resolution*. Palestra no âmbito da conferência *The Caucasus and Black Sea region: European Neighbourhood Policy (ENP) and beyond*. Roma (Itália), 6 e 7 de fevereiro;

. Moreira, José Arnaut (2016), *Geopolítica e Geoestratégia – Os conceitos enquanto ferramentas*. Aula no âmbito da Pós-Graduação em Estudos Estratégicos e de Segurança. Lisboa (Portugal), 3 de fevereiro;

. Solana, Javier (2008), EU High Representative for the CFSP, calls for urgent efforts to end the violence in South Ossetia. Comunicado oficial do Conselho da União Europeia. Bruxelas (Bélgica), 8 de agosto;

. The Ministry of Foreign Affairs of the Russian Federation (2018), Press release on consultations on security and stability in the South Caucasus. Comunicado oficial do Ministério das Relações Externas da Federação da Rússia. 20 de junho

. Dissertações:

. Ganço, Olesja Mansurova (2009) *Russia's Role in the 2008 Georgia War; and Wider Implications of its Intervention*. Dissertação de Mestrado em Ciência Política e Relações Internacionais. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa

. Fontes noticiosas:

. BBC NEWS (2008a), “Heavy Fighting in South Ossetia”. 8 de agosto. Disponível em: <http://news.bbc.co.uk/2/hi/europe/7546639.stm>, consultada a 12 de dezembro de 2016;

. BBC NEWS (2008b), “Day-by-day: Georgia-Russia crisis”. 21 de agosto. Disponível em: <http://news.bbc.co.uk/2/hi/europe/7551576.stm>, consultada a 13 de dezembro de 2016;

. BBC NEWS (2008c), “Georgian row over origins of war”. 26 de novembro. Disponível em: <http://news.bbc.co.uk/2/hi/europe/7750194.stm>, consultada a 20 de setembro de 2018;

. BBC NEWS (2012), “Regions and territories: Abkhazia”. 12 de março. Disponível em: <http://news.bbc.co.uk/2/hi/europe/3261059.stm>, consultada a 15 de dezembro de 2016;

. BBC NEWS (2016a), “Georgia profile - Overview”. 22 de janeiro. Disponível em: <http://www.bbc.com/news/world-europe-17302106>, consultada a 18 de dezembro de 2016;

. BBC NEWS (2016b), “South Ossetia profile”. 21 de abril. Disponível em: <http://www.bbc.com/news/world-europe-18269210>, consultada a 12 de dezembro de 2016;

. Diário de Notícias (2016), “Nagorno-Karabakh: os mais graves conflitos desde 1994”. 4 de abril. Disponível em: <http://www.dn.pt/mundo/interior/nagorno-karabakh-os-mais-graves-conflitos-desde-1994-5108778.html>, consultada a 27 de abril de 2017;

. Diário de Notícias (2017a), “Ucrânia e Geórgia unem esforços para recuperar áreas de separatistas pró-russos”. 19 de julho. Disponível em: <https://www.dn.pt/lusa/interior/ucrania-e-georgia-unem-esforcos-para-recuperar-areas-de-separatistas-pro-russos-8648557.html>, consultada a 11 de setembro de 2018;

. Diário de Notícias (2017b), “ENTREVISTA: Geórgia agradece a Portugal apoio na defesa da integridade do país”. 3 de outubro. Disponível em: <https://www.dn.pt/lusa/interior/entrevista-georgia-agradece-a-portugal-apoio-na-defesa-da-integridade-do-pais-8817505.html>, consultada a 11 de setembro de 2018;

. Diário de Notícias (2018), “Putin promete garantir a segurança Abkházia e Ossétia do Sul”. 24 de agosto. Disponível em: <https://www.dn.pt/lusa/interior/putin-promete-garantir-a-seguranca-da-abkhazia-e-ossetia-do-sul-9758544.html>, consultada a 11 de setembro de 2018;

. DW (2008a), “Merkel, Medvedev Clash Over Russia’s War in Sochi Talks”. 15 de agosto. Disponível em: <http://www.dw.com/en/merkel-medvedev-clash-over-russias-war-in-sochi-talks/a-3567243>, consultada a 3 de junho de 2017;

. DW (2008b), “Steinmeier Calls for International Probe Into Georgia Conflict”. 5 de setembro. Disponível em: <http://www.dw.com/en/steinmeier-calls-for-international-probe-into-georgia-conflict/a-3620822>, consultada a 3 de junho de 2017;

. Euronews (2018a), “NATO reafirma apoio à Geórgia e Ucrânia na cimeira de Bruxelas”. 12 de julho. Disponível em: <https://pt.euronews.com/2018/07/12/nato-reafirma-apoio-a-georgia-e-ucrania-na-cimeira-de-bruxelas>, consultada a 11 de setembro de 2018;

. Euronews (2018b), “Europe’s forgotten war: The Georgia-Russia conflict explained a decade on”. 7 de agosto. Disponível em: <http://www.euronews.com/2018/08/07/europe-s-forgotten-war-the-georgia-russia-conflict-explained-a-decade-on>, consultada a 11 de setembro de 2018;

. Euronews (2018c), “Merkel promete não esquecer integridade territorial da Geórgia”. 23 de agosto. Disponível em: <https://pt.euronews.com/2018/08/23/merkel-promete-nao-esquecer-integridade-territorial-da-georgia>, consultada a 11 de setembro de 2018;

. Expresso (2017), “União Europeia recusa reconhecer eleições presidenciais da Ossétia do Sul”. 8 de abril. Disponível em: <https://expresso.sapo.pt/internacional/2017-04-08-Uniao-Europeia-recusa-reconhecer-eleicoes-presidenciais-da-Ossetia-do-Sul#gs.oV8BsMU>, consultada a 11 de setembro de 2018;

. Expresso (2018a), “Governo português reitera apoio à soberania da Geórgia”. 4 de junho. Disponível em: <https://expresso.sapo.pt/internacional/2018-06-04-Governo-portugues-reitera-apoio-a-soberania-da-Georgia#gs.8FD5EUg>, consultada a 11 de setembro de 2018;

. Expresso (2018b), “Rússia alerta para “horível conflito” caso a Geórgia adira à NATO”. 7 de agosto. Disponível em: https://expresso.sapo.pt/internacional/2018-08-07-Russia-alerta-para-horrivel-conflito-caso-a-Georgia-adira-a-NATO#gs.A1WDE_M, consultada a 11 de setembro de 2018;

. Independent (2009), “Georgia began war with Russia, but it was provoked, inquiry finds”. 1 de outubro. Disponível em: <https://www.independent.co.uk/news/world/europe/georgia-began-war-with-russia-but-it-was-provoked-inquiry-finds-1795744.html>, consultada a 20 de setembro de 2018;

. Observador (2017), “EUA exigem à Rússia fim imediato da anexação da Crimeia”. 17 de março. Disponível em: <http://observador.pt/2017/03/17/eua-exigem-a-russia-fim-imediato-da-anexacao-da-crimea/>, consultada a 27 de abril de 2017;

. Público (2017), “Mikheil Saakashvili: o mestre das sete vidas promete lutar a partir da prisão”. 10 de dezembro. Disponível em: <https://www.publico.pt/2017/12/10/mundo/noticia/mikheil-saakashvili-o-mestre-das-sete-vidas-saltou-de-mais-um-telhado-1795481>, consultada a 11 de setembro de 2018;

. Público (2018a), “Geórgia acusa Rússia de crimes de guerra no tribunal de Estrasburgo”. 23 de maio. Disponível em: <https://www.publico.pt/2018/05/23/mundo/noticia/georgia-acusa-russia-de-crimes-de-guerra-no-tribunal-de-estrasburgo-1831327>, consultada a 11 de setembro de 2018;

. Público (2018b), “A difícil reconciliação, dez anos depois da guerra com a Rússia”. 7 de agosto. Disponível em: <https://www.publico.pt/2018/08/07/mundo/noticia/georgia-a-dificil-reconciliacao-dez-anos-depois-da-guerra-1840214>, consultada a 11 de setembro de 2018;

. REGNUM (2008), “Genocídio do povo da Ossétia do Sul – Novos factos”. 11 de agosto. Disponível em <https://regnum.ru/news/1039780.html>, consultada a 28 de março de 2017;

. RES Information Agency (2008), “Chronology of Events in South Ossetia 7-11 August 2008”. Disponível em: <http://cominf.org/node/1166478478>, consultada a 19 de setembro de 2018;

. Reuters (2008), “U.S. suggests Russia wants “regime change” in Georgia”. 10 de Agosto. Disponível em: <https://www.reuters.com/article/us-georgia-ossetia-un/u-s-suggests-russia-wants-regime-change-in-georgia-idUSL937294920080810>, consultada a 20 de setembro de 2018;

. RFE/RL (2008), “What Could Replace Russian Peacekeepers in Georgia’s Breakaway Regions?”. 20 de agosto. Disponível em:

http://www.rferl.org/a/What_Could_Replace_Russian_Peacekeepers_In_Breakaway_Regions/1192520.html, consultada a 14 de dezembro de 2016;

. RT (2008a), “Georgia and South Ossetia announce ceasefire”. 7 de agosto. Disponível em: <https://www.rt.com/news/georgia-and-south-ossetia-announce-ceasefire/>, consultada a 12 de dezembro de 2016;

. RT (2008b), “UN inaction fuels military conflict - Russia”. 9 de agosto. Disponível em: <https://www.rt.com/news/un-inaction-fuels-military-conflict-russia/>, consultada a 28 de abril de 2017;

. RT (2008c), “The Georgian war – minute by minute, August 10”. 10 de agosto. Disponível em: <https://www.rt.com/news/the-georgian-war-minute-by-minute-august-10/>, consultada a 13 de dezembro de 2016;

. RT (2008d), “The Georgian war minute by minute – August 11”. 11 de agosto. Disponível em: <https://www.rt.com/news/the-georgian-war-minute-by-minute-august-11/>, consultada a 13 de dezembro de 2016;

. RT (2008e), “War chronicles”. 31 de dezembro. Disponível em: <https://www.rt.com/politics/war-chronicles/>, consultada a 12 de dezembro de 2016;

. SIC Notícias (2018), “Merkel afasta hipótese de adesão da Geórgia à NATO a curto prazo”. 24 de Agosto. Disponível em: <https://sicnoticias.sapo.pt/mundo/2018-08-24-Merkel-afasta-hipotese-de-adesao-da-Georgia-a-NATO-a-curto-prazo>, consultada a 11 de setembro de 2018;

. Sputnik (2008), “Chronicle of the Georgian-Ossetian conflict: Fact sheet”. 14 de agosto. Disponível em: <https://sputniknews.com/analysis/20080813116006455/>, consultada a 11 de março de 2017;

. The Guardian (2008a), “Nato joins US in condemning Russia’s response in South Ossetia”. 11 de agosto. Disponível em:

<https://www.theguardian.com/world/2008/aug/11/georgia.russia7>, consultada a 20 de setembro de 2018;

. The Guardian (2008b), “Gordon Brown calls on Russia to end military action against Georgia”. 11 de agosto. Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2008/aug/11/georgia.russia6>, consultada a 2 de junho de 2017;

. The Guardian (2008c), “Six days that broke one country – and reshaped the world order”. 16 de agosto. Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2008/aug/16/georgia.russia1>, consultada a 2 de junho de 2017;

. The New York Times (2008a), “Differences emerge in Europe of a response to Georgia conflict”. 12 de agosto. Disponível em: <http://www.nytimes.com/2008/08/12/world/europe/12iht-diplo.4.15218653.html?mcubz=1>, consultada a 9 de abril de 2017;

. The New York Times (2008b), “Georgia Claims on Russia War Called Into Question”. 6 de novembro. Disponível em: <http://www.nytimes.com/2008/11/07/world/europe/07georgia.html>, consultada a 12 de dezembro de 2016;

. The Washington Post (2008), “A Two-Sided Descent Into Full-Scale War”. 17 de agosto. Disponível em: <http://www.washingtonpost.com/wp-dyn/content/article/2008/08/16/AR2008081600502.html?sid=ST2008081700211>, consultada a 12 de dezembro de 2016;

. Times Online *apud* Abkhaz World (2008), “Georgia fires first shot, say UK monitors”. Disponível em: <http://abkhazworld.com/aw/current-affairs/438-georgia-fired-first-shot-say-uk-monitors>, consultada a 12 de dezembro de 2016;

. TVI24 (2008), “Geórgia/Ossétia: Portugal apela ao cessar-fogo”. 11 de agosto. Disponível em: <http://www.tvi24.iol.pt/mundo/conflito/georgia-ossetia-portugal-apela-ao-cessar-fogo>, consultada a 20 de setembro de 2018;

. UN News (2008), “Security Council meets again to discuss violence in South Ossetia, Georgia”. 8 de agosto. Disponível em: <https://news.un.org/en/story/2008/08/268872-security-council-meets-again-discuss-violence-south-ossetia-georgia>, consultada a 20 de setembro de 2018

. Livros:

. Bouthoul, Gaston (1991), *Traité de Polémologie*. França: Payot;

. Brannon, Robert (2009), Russia and Georgia: The Summer of 2008. In: *Russian Civil-Military Relations*. Ashgate;

. Bremmer, Ian e Taras, Ray (1993), *Nation and politics in the Soviet successor states*. Nova Iorque (Estados Unidos da América): Cambridge University Press;

. Choucri, Nazli e North, Robert C. (1975), *Nations In Conflict – National Growth and International Violence*. San Francisco (Estados Unidos da América): W. H. Freeman and Company;

. Cornell, Svante E. (2002), *Autonomy and Conflict – Ethnoterritoriality and Separatism in the South Caucasus – Cases in Georgia*. Uppsala (Suécia): Department of Peace and Conflict Research;

. de Mowbray, Stephen A. (1990), *Key Facts in Soviet History – Volume I: 1917-1941*. Londres (Reino Unido): Pinter Publishers;

. Dougherty, James E. e Pfaltzgraff Junior, Robert L. (2003), *Relações Internacionais – As Teorias em Confronto*. Lisboa (Portugal): Gradiva – Publicações;

- . Emerson, Michael e Kovziridze, Tamara (2016), *Deepening EU-Georgian Relations – What, why and how?*. Londres (Reino Unido): Rowman & Littlefield International;
- . González, Francisco J. Ruiz (2014), Moldavia y el Transdniéster: conflicto congelado en el corazón de Europa. In: *Panorama geopolítico de los conflictos 2014*. Instituto Español de Estudios Estratégicos;
- . Guedes, Armando Marques (2009), *A Guerra dos Cinco Dias – A Invasão da Geórgia pela Federação Russa*. Lisboa (Portugal): Instituto de Estudos Superiores Militares e Prefácio;
- . Haas, Marcel de (2010), *Russia's Foreign Security Policy in the 21st Century*. Estados Unidos da América e Canadá: Routledge;
- . Huntington, Samuel P. (1998), *The Clash of Civilizations and the Remaking of World Order*. Reino Unido: Touchstone Books;
- . Leandro, Francisco da Silva (2005), *As Armas das Vítimas – Um novo prisma sobre o Direito Internacional Humanitário e dos Conflitos Armados*. Lisboa (Portugal): Cosmos e Instituto da Defesa Nacional;
- . McNair, Brian (1991), *Glasnost, perestroika and the Soviet Media*. Londres (Reino Unido): Routledge;
- . Mead, Margaret (2000), *Warfare Is Only na Invention – Not a Biological Necessity*. In: Barash, David P. ed. *Approaches to peace: a reader in peace studies*. Nova Iorque (Estados Unidos da América): Oxford University Press;
- . Miller, Benjamin (2002), *When opponents cooperate: great power conflict and collaboration in world politics*. Estados Unidos da América: The University of Michigan Press;
- . Ortega y Gasset, José (1943), *La rebelión de las masas*. Madrid (Espanha): Revista de Occidente;

. Pezarat Correia, Pedro de (2010), *Manual de Geopolítica e Geoestratégia – Volume I – Conceitos, Teorias, Doutrinas*. Coimbra (Portugal): Edições Almedina;

. Pozo, Fernando del (2009), El Nuevo Imperio Ruso. In: *Panorama Estratégico 2008/2009*. Instituto Español de Estudios Estratégicos;

. Ramsbotham, Oliver; Woodhouse, Tom e Miall, Hugh (2011), *Contemporary Conflict Resolution*. 3ª Edição. Cambridge (Reino Unido) e Malden (Estados Unidos da América): Polity Press;

. Rayfield, Donald (2012), *Edge of empires: a history of Georgia*. Londres (Reino Unido): Reaktion Books;

. Rousseau, Jean-Jacques (1966), *Du contract social*. Paris (França): Garnier-Flammarion;

. Sousa, Fernando de e Mendes, Pedro (2014), *Dicionário de Relações Internacionais*. 3º Ed. Portugal: Edições Afrontamento e Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade;

. Wright, Quincy (1971), *A study of war*. Chicago (Estados Unidos da América): The University of Chicago Press

. Relatórios e Documentos:

. Council of the European Union, (2008), Council Conclusions on the situation in Georgia – General Affairs and External Relations Council meeting. 13 de agosto, Bruxelas;

. Constituição da República Portuguesa (2015). 2ª edição, fevereiro. Edições Almedina;

. Instituto de Altos Estudos Militares (s.d.), *Análise geoestratégica – Subsídios para o seu estudo*, NC-71-00-01;

. Independent International Fact-Finding Mission on the Conflict in Georgia (2009a). Vol. 1;

. Independent International Fact-Finding Mission on the Conflict in Georgia (2009b). Vol. 2;

. Jornal Oficial da União Europeia (2014), Legislation. Vol. 57, 30 de agosto;

. Security Council Report (s. d.), Chronology of Events – Georgia;

. V-Dem Institute, (2018), Democracy for All? – D-Dem Annual Democracy Report 2018. University of Gothenburg

. Websites:

. Central Intelligence Agency (2018), The World Factbook – Georgia. Disponível em: <https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/gg.html>, consultada a 12 de março de 2018;

. Europa (s. d.), União Europeia. Disponível em: https://europa.eu/european-union/about-eu/history/2000-2009_pt, consultada a 9 de fevereiro de 2018;

. Europa (2018), European Commission. Disponível em: <http://ec.europa.eu/trade/policy/countries-and-regions/countries/russia/>, consultada a 19 de fevereiro de 2018;

. GlobalSecurity.org (a, s.d.), *South Ossetia – Daily Chronology*. Disponível em: <https://www.globalsecurity.org/military/world/war/south-ossetia-10.htm>, consultada a 28 de outubro de 2017;

- . GlobalSecurity.org (b, s.d.), *Soviet Abkhazia*. Disponível em: <https://www.globalsecurity.org/military/world/war/abkhazia-5.htm>, consultada a 28 de outubro de 2017;
- . GlobalSecurity.org (c, s.d.), *Independent Abkhazia*. Disponível em: <https://www.globalsecurity.org/military/world/war/abkhazia-4.htm>, consultada a 28 de outubro de 2017;
- . GlobalSecurity.org (d, s.d.), *South Ossetia – Background*. Disponível em: <https://www.globalsecurity.org/military/world/war/south-ossetia-3.htm>, consultada a 28 de outubro de 2017;
- . Human Rights Watch (2001), *Georgia – Human Rights Developments*. Disponível em: <https://www.hrw.org/legacy/wr2k1/europe/georgia.html>, consultada a 14 de abril de 2018;
- . iratta (2007), História da Ossétia. Disponível em: <http://iratta.com/so/1370-vvedenie.html>, consultada a 3 de outubro de 2017;
- . Lee, Roger (2012), *The Georgia-Russia War*. Disponível em: <https://www.historyguy.com/georgia-russia-war.htm#.W6JXr-hKiUk>, consultada a 8 de dezembro de 2017;
- . Lietuvos Respublikos Seimas (2008), Declaration of Presidents of Parliaments of the Baltic States. 10 de agosto. Disponível em: http://www.lrs.lt/sip/portal.show?p_r=6429&p_k=2&p_t=78205, consultada a 18 de janeiro de 2018;
- . NATO (s. d.), What is NATO? Disponível em: <http://www.nato.int/nato-welcome/index.html>, consultada a 25 de fevereiro de 2018;
- . NATO (2017), Relations with Georgia. 23 de agosto. Disponível em: https://www.nato.int/cps/en/natohq/topics_38988.htm, consultada a 25 de fevereiro de 2018;

- . OSCE (s. d.), The Georgian - Ossetian Conflict. Disponível em: <http://www.osce.org/georgia-closed/44630>, consultada a 28 de fevereiro de 2018;

- . President of Russia (2008), “Press Statement following Negotiations with French President Nicolas Sarkozy”. 12 de agosto. Disponível em: <http://en.kremlin.ru/events/president/transcripts/1072>, consultada a 14 de dezembro de 2017;

- . Regional Cooperation Council (2017), About Us. Disponível em: <https://www.rcc.int/pages/2/about-us>, consultada a 19 de setembro de 2018;

- . United Nations (2008), Security Council Hears Conflicting Russian, Georgian Views Of Worsening Crisis As Members Seek End To Violence In Day’s Second Meeting On South Ossetia. 8 de agosto. Disponível em: <http://www.un.org/press/en/2008/sc9418.doc.htm>, consultada a 10 de janeiro de 2018;

- . UNOMIG (2009), United Nations Observer Mission in Georgia. Disponível em: <https://peacekeeping.un.org/mission/past/unomig/>, consultada a 30 de novembro de 2017

Anexos

Anexo 1. Diversidade étnica na região do Cáucaso



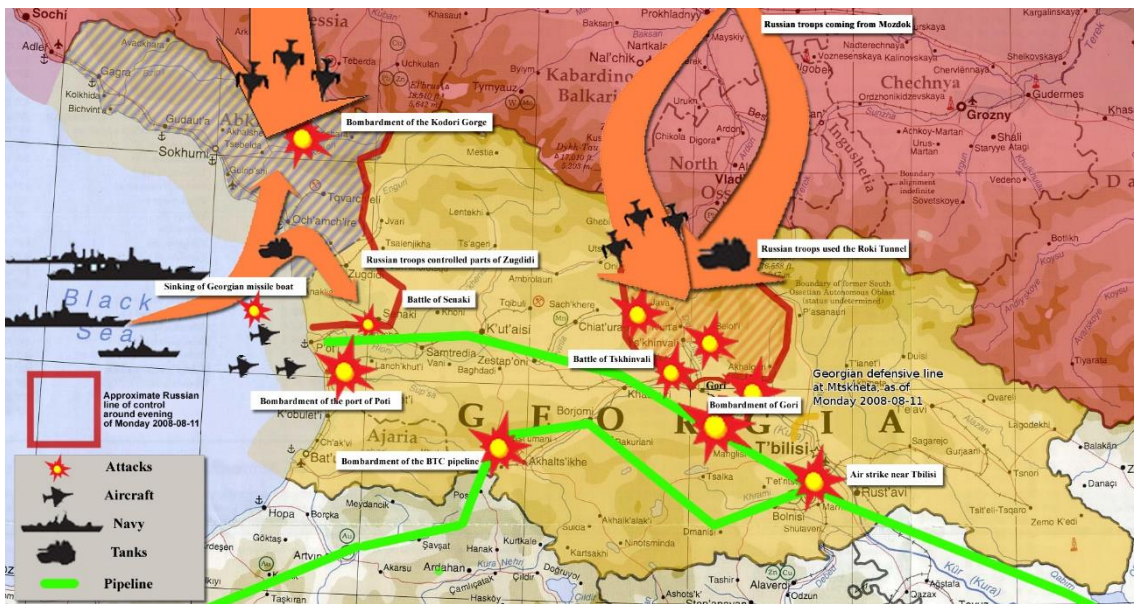
Fonte: Reddit, Ethnic Plurality in the Caucasus, por John O'Loughlin. Disponível em: https://www.reddit.com/r/MapPorn/comments/2k75ib/ethnic_plurality_in_the_caucasus_made_by_john/

Anexo 2. Entorno geográfico do conflito



Fonte: All Worlds Wars, Battle for the South Ossetia. Disponível em: <http://www.allworldwars.com/Battle%20for%20the%20South%20Ossetia%20August%202008.html>

Anexo 3. Representações das confrontações registadas



Fonte: Development of the first days of the Georgian – Russian War 2008, por DivineDanteRay. Disponível em: <https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Georgia-War-2008-08-11.jpg>



Fonte: Map of the Russo-Georgian War, por Andrei Nacu. Disponível em: https://commons.wikimedia.org/wiki/File:2008_South_Ossetia_war_en.svg